

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES	5
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO	21
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	22
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	23
2. Objetivos e Metas Institucionais	24
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	24
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	26
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	27
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	29
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	32
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	35
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	37
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	37
2.3.2 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	78
2.3.3 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	91
2.3.4 Programa 1120 – Paz no Campo.....	94
2.3.5 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	99
2.3.6 Programa 1350 – Educação no Campo.....	106
2.3.7 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	116
2.3.8 Programa 0750 – Apoio Administrativo	128
2.3.9 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas	132
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	133
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	133
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	134
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	135
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	136
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	137
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	139
2.5 Indicadores Institucionais	143
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	151

4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.	152
4.1	Análise Crítica.....	152
5.	Informações sobre recursos humanos da unidade	153
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos.....	153
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	158
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	159
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	160
5.5	Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada	161
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	162
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	164
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência	165
6.1	Transferências efetuadas no exercício	165
6.2	Análise Crítica.....	170
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv	171
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	173
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	174
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	176
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	178
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	178
11.1.1	Análise crítica:	178
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	179
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	181
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.	183
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	184
16.	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno	195
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão	214
17.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	215
	Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	219

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....219

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.221

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067.....	11
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	23
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado.....	132
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	133
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	134
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.	135
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.	136
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa	137
Quadro A.2.8 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	139
Quadro A.2.9 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	140
Quadro A.2.10 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	141
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	152
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	153
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	154
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	155
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	156
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	157
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011	158
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	158
Quadro A.5.8 – Composição do quadro de estagiários - situação apurada em 31/12/2011	159
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 ...	160
Quadro A.5.10 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	161
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	161
Quadro A.5.12 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	161
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	162
Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .	163
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	165
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	166

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes.....	167
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	168
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	169
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG.....	171
Quadro A.7.2 – Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV	172
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	173
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	174
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	176
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	178
Não se aplica à natureza jurídica da UJ	178
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	178
Não se aplica à natureza jurídica da UJ	178
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.	178
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	179
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	182
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício ...	184
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	189
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	193
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	194
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	195
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	211
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	214

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

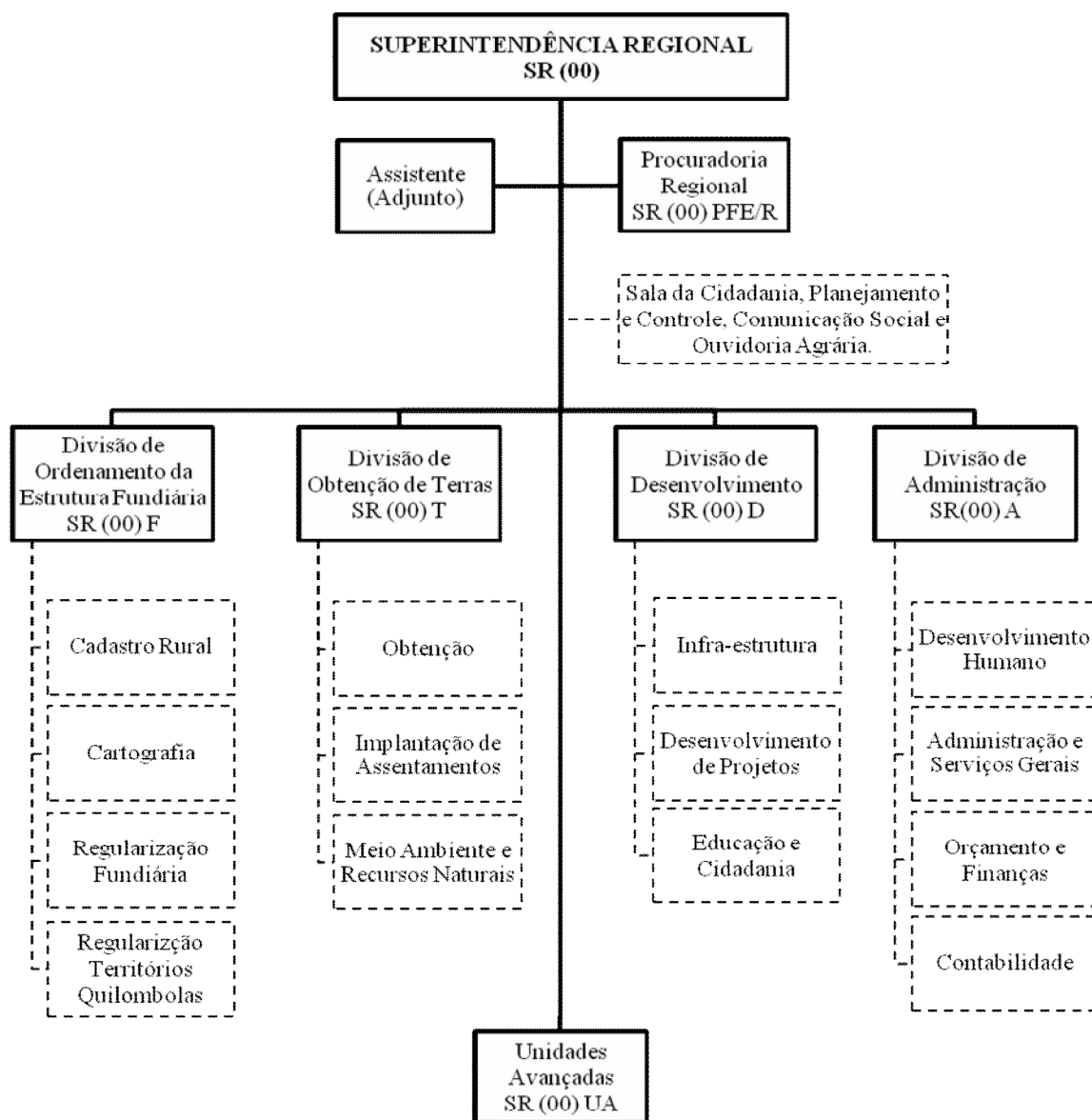
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

**FIGURA I – ORGANOGRAMA FUNCIONAL CONFORME DECRETOS Nº 5.735
DE 27/3/2006 E 5.928 DE 13/10/20067**



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima que **foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009**, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(05) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (05)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a

aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos,

cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(05)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(05)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades

relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintração; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder à vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintração de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao

reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **De Meio Ambiente e Recursos Naturais** - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(05)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) **De Infraestrutura** - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras

edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e

de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(05)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e

de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancários; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

e) Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VI) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 108 de novembro de 2010, o Relatório de Gestão 2011 Individual, da Superintendência Regional do INCRA na Bahia, busca apresentar de forma clara o objetivo as principais realizações da gestão no ano de 2011, suas execuções físicas e orçamentárias e também registrar as principais dificuldades encontradas por esta unidade.

Nesta superintendência, o ano de 2011 foi marcado pela total alteração de seu quadro gestor. Com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, houve a natural reestruturação ministerial, onde o MDA, ministério ao qual o Incra está vinculado, só teve definição de seu novo Ministro em 14 de março.

O Incra teve seu novo presidente nomeado dia 30 do mesmo mês. Após diversas articulações ao longo de todo ano, esta superintendência só teve a definição de seu novo gestor no dia 22 de dezembro.

Como pontos positivos em 2011, podemos destacar a manutenção de uma assistência técnica para 35.493 famílias assentadas, numa parceria através de convênio com o Governo do Estado da Bahia, quase universalizando esta assistência à todos os assentados da Bahia; a ampliação do PRONERA, incorporando novos cursos de nível superior destinados aos beneficiários da Reforma Agrária; os cerca de 200 mil hectares vistoriados para fins de verificação do cumprimento da função social da terra; os cerca de 14 mil hectares reconhecidos como comunidades quilombolas; os 516 Km de estradas recuperadas e 14 sistemas de abastecimento de água entregues; dentre outros.

Por outro lado, como dificuldades encontradas por esta regional para o efetivo cumprimento de suas atribuições, destacamos: a total mudança do quadro gestor e a demora excessiva para que isto ocorresse; a já pública e notória (inclusive destacada pelo próprio TCU em seus pareceres finais dos RG de anos anteriores) insuficiência de servidores para o atendimento mínimo da demanda; insuficiência de recursos orçamentários para algumas Ações e restrita disponibilidade de financeiro para outras.

PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 305000	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(71)3505-5306	(71)3505-5307	(71)3371-0094 fax
E-mail: marcos.nery@sdr.incra.gov.br			
www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP 41.213-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Instituto nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo Decreto-Lei nº 5.735, de 09 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto 5.735 de 27 de março de 2006 (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Todas as Portarias, Instruções Normativas, resoluções, Normas de execução e Regimento Interno podem ser Acessados pelo portal do Incra na internet.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O portal do Incra na Internet possui um completo acervo de publicações relacionadas à questão agrária no país, Assim como Doutrina e Jurisprudência da área.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
n/a	n/a		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
n/a	n/a		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
n/a	n/a		

2. Objetivos e Metas Institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão de Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Com o advento do Estatuto da Terra, nasce a Autarquia com a finalidade de promover medidas para uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de Justiça Social, de desenvolvimento rural sustentável e conseqüente aumento de produção.

Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
- O combate à fome e à miséria;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, as ações executadas pelo INCRA devem ser integradas a um projeto nacional de desenvolvimento massivo, de qualidade, gerador de trabalho e produtor de alimentos. Deve ainda prover o Estado dos instrumentos necessários para conhecer e gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero e o acesso à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Nos últimos anos, o INCRA através de várias parcerias com o Estado e Municípios, incorporou entre suas prioridades a implantação de modelo de assentamento com a concepção de promover o desenvolvimento territorial. O objetivo é criar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Ademais, tornou-se imperativo o equacionamento do passivo ambiental existente, além da recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País.

Não é demais lembrar que toda essa diversidade de ações desdobra-se em outras atividades de competência desta Autarquia, cujos destinatários são os mais diversos e sem perder que, essa missão deve se estender por 54.765.271,6 ha, fato que sobrecarrega esta Unidade que conta com apenas dois escritórios (Sul, Oeste Baiano) que não dispõem de estrutura administrativa.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

O ano de 2011 pode ser considerado atípico em virtude da atrasada nomeação dos dirigentes desta Autarquia. Com a mudança na Presidência da República e as conseqüentes mudanças ministeriais, a definição do novo presidente do Incra só se deu no final de março, com isso, houve um elevado retardo na nomeação do corpo diretor do Incra e dos Superintendentes Regionais, que no caso da Bahia, só se deu no final de dezembro.

Cenário de um elevado ambiente de discussão política, a principal consequência disso foi a manutenção da estratégia de atuação do ano anterior (2010), sem que houvessem ocorrido os ajustes necessários para um novo ciclo de gestão. Em suma, 2011 pode ser considerado um ano de muita discussão política e contidas realizações físicas.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05, regimentalmente tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária no Estado. Para tanto, coordena e supervisiona a execução das atividades de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

Ao Serviço de Cadastro Rural compete a organização, a manutenção e a atualização das informações referentes aos imóveis rurais do Estado da Bahia, de proprietários e detentores desses imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Também é atribuição deste Serviço o desenvolvimento de ações de fiscalização de imóveis rurais, de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país, além da análise de processos oriundos das descaracterizações na malha fundiária (parcelamentos, transformação rural/urbana, além de outras).

Não obstante, desprende-se destas atividades do Serviço de Cadastro uma gama de procedimentos administrativos. Cita-se como exemplo o levantamento e análise de dados literais, cartorários e cadastrais de imóveis rurais, pesquisas nos sistemas de informação, disponibilização de informações através das respostas aos ofícios diversos oriundos de particulares e de diversas instâncias do poder judiciário, o treinamento e atendimento às Unidades Municipais de Cadastro (UMC).

O Serviço de Cartografia da SR-05 gerencia todas as atividades relacionadas ao Geoprocessamento, Topografia e Sistemas de Informações Georreferenciadas no âmbito da Superintendência. Dentre as diversas atividades deste Serviço estão, atualmente, o suporte técnico necessários às ações de demarcação de Projetos de Assentamento, de instalação e manutenção da Rede INCRA, de rastreamento de sinais de satélite e da produção de dados padronizados de natureza cartográfica. É também inerente ao Serviço, a Certificação de Imóveis Rurais em atendimento à Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, conforme Lei 10.267/01, além da organização, manutenção e atualização das informações georreferenciadas dos imóveis rurais do Estado da Bahia.

Ademais, em razão das atividades relacionadas à Topografia e ao Geoprocessamento associadas à capacidade técnica de seu quadro de pessoal, este Serviço representa um excelente espaço para discussões, troca de informações e disponibilização de dados às diversas Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, além de ONG(s) e Universidades.

O Serviço de Regularização Fundiária nesta Superintendência tem como principal atividade a propositura, junto à instância específica do Governo do Estado, de ações intervencionistas na

malha fundiária estadual visando sua regularização. Este Serviço não realiza a discriminação e arrecadação direta de terras devolutas e terras públicas da União devido a sua jurisdição, ou seja, fora da Amazônia legal e áreas de fronteira.

Ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas compete a coordenação e execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, destacando-se entre estas, a identificação e orientação das comunidades, elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos territórios (RTID), cadastramento das famílias, publicação do edital e encaminhamento do RTID.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, no exercício 2011, priorizou as ações referentes à regularização de Territórios Quilombola, em função da grande e crescente demanda por esta ação. Observa-se, entretanto, que se por um lado cresceram o número de certidões de reconhecimento destas comunidades, por outro lado ocorreu uma acentuada redução da capacidade operacional da SR para os encaminhamentos relativos aos RTIDs.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento adotou a estratégia de atendimento às solicitações de vistorias de imóveis rurais por parte dos Movimentos Sociais, conforme o Artigo 1º do Decreto 2.250 de 11 de junho de 1997. Na impossibilidade de tramitar com processos de desapropriação nas áreas indicadas, por apresentar alguma restrição jurídica ou técnica, buscou-se gerar alternativas de expropriar outros imóveis nas imediações, a partir de informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, conseguindo minimizar assim os focos de conflito.

A intervenção fundiária se justifica na Bahia pela forte concentração das terras no estado, bem como pela expressiva mobilização dos diversos movimentos sociais. Não é raro essa demanda ser decorrente de conflito cujos imóveis resultam em processo de obtenção mais complexos, com situação jurídica que muitas vezes inibe a ação do INCRA, exigindo sempre esforços suplementares para seu trâmite legal.

O esforço prioritário aqui é para a obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento através da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, cujo instrumento constitucional é regulamentado pela Lei 8.629/93. E, decorrente dos procedimentos técnicos que orientam tal desapropriação, notadamente por conta da caracterização da função social ser muito mais fundada nos indicadores de uso e eficiência da terra, observa-se, em muitas regiões do estado, a dificuldade de efetivar a desapropriação, sendo a região extremo-sul o maior exemplo dessa evidência. As poucas tentativas de desapropriação utilizando a opção da aquisição por compra e venda como prevê o Decreto nº433/ 92, não tem demonstrado atratividade aos proprietários rurais, principalmente em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária.

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05), em particular, abarca as atividades regimentais, se estruturando a partir do Serviço de Obtenção, do Serviço de Implantação de Assentamentos e do Serviço de Meio Ambiente.

Ao Serviço de Obtenção se designa nesta Regional as ações preparatórias de recebimento de pauta dos movimentos sociais, busca e análise dos documentos cartoriais, instrução processual, notificação e comunicados ao representante legal do imóvel, comunicado a diversos órgãos públicos sobre interesse concorrente e atendimento ao público.

O Serviço de Implantação de Assentamentos se responsabiliza pelo cadastramento e seleção de famílias para o assentamento em projetos de assentamentos criados, em vagas existentes em

projetos já existentes ou em áreas reconhecidas pelo INCRA. Providencia os atos de criação e de implantação de projetos de assentamentos, elabora documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento, gerencia o SIPRA e aplica as ações referentes à NE 70, que visa à correção de inconsistências no assentamento de famílias.

Ao Serviço de Meio Ambiente tem-se a recepção, análise e encaminhamentos junto ao Instituto Estadual do Meio Ambiente do Estado da Bahia – INEMA, dos requerimentos das licenças dos imóveis em processo de obtenção. Também se responsabiliza pelo licenciamento e recuperação de áreas degradadas, através de formalização e supervisão de convênios e contratos; elabora inventário florestal em imóveis em processo de obtenção ou em projetos de assentamentos quando há necessidade de caracterizar a vegetação para calcular o Grau de Utilização da Terra – GUT, ou para propor supressão de vegetação.

A prioridade das ações da Divisão de Obtenção da SR(05) tem sido de atendimento das metas através das desapropriações. Observa-se, entretanto, que a crescente gama de procedimentos para a obtenção de imóveis, que foram normatizadas para garantir mais segurança aos processos administrativos, ampliou o prazo para sua tramitação. Depende-se cada vez mais das manifestações, da agilidade ou de documentos externos (Cartórios, Fundação Palmares, órgão de terras do Estado, IMA, DNPM, FUNAI, correios, ICMBio, SPU, Vara Agrária). Além disso, a Bahia possui uma das legislações ambientais mais restritivas do país, o que gerou a necessidade de qualificar melhor os laudos agrônômicos de vistoria, bem como destinar engenheiros agrimensores para elaboração de mapas de uso atual e de uso proposto com a padronização exigida. Nota-se também que os proprietários estão mais bem assessorados, interpondo impugnações com argumentações mais fundamentadas, ou dificultando a fiscalização de campo. Observa-se certa fluidez nas fases anteriores e posteriores ao ajuizamento da ação, entretanto, os atrasos nas imissões de posse, após o ajuizamento das ações, tem retardado o assentamento de famílias.

A estratégia de atuação da Divisão de Obtenção foi então de intensificar a quantidade de vistorias em campo, ampliando o leque de possibilidades de assentamentos de famílias, focando nas áreas com maior mobilização social. Para reduzir conflitos locais, buscou-se gerar alternativas de vistoriar outros imóveis nas imediações, buscando informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, quando aquele imóvel priorizado foi inviabilizado por razões técnicas agrônômicas ou legais.

Quadro das atividades executadas em 2011 com relação à obtenção de imóveis.

Item	Fase	No.	Área (ha)
		Processos	
1	NOTIFICAÇÕES	83	
2	VISTORIAS	83	200.080,11

3	AVALIAÇÃO	19	48.027,39
4	IMISSÃO NA POSSE	03	14.604,17

Fonte: Sigplan

O quadro anterior mostra o quantitativo de trabalho realizado pela Divisão de Obtenção no ano de 2011. No entanto ocorre uma certa retenção na elaboração dos laudos e entrega das peças técnicas, justificada principalmente por conta dos procedimentos técnicos necessários a conclusão do Laudo Agrônomo de Fiscalização, notadamente por conta dos mapas elaborados para o próprio processo e para o licenciamento.

Por conta dos atrasos nas imissões de posse, em função da morosidade da 7ª Vara da Justiça Federal, a quantidade de famílias assentadas em imóveis obtidos tem sido abaixo das expectativas e do esforço empreendido. Para se ter uma dimensão mais exata do problema, as imissões de posse que deveriam ser emitidas em 48 horas se arrastam por meses. Assim, em dezembro de 2011 tinham-se 30 processos com ação ajuizada, aguardando a imissão na posse.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é responsável por todas as ações relacionadas aos projetos de assentamentos já criados e também reconhecidos pelo INCRA. De acordo com o Regimento Interno da Autarquia, as ações da Divisão estão distribuídas nas subdivisões de infraestrutura, desenvolvimento de projetos e educação e cidadania, com a consequente coordenação, execução e supervisão da implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

Conforme explicitado em Relatórios de Gestão anteriores, esta Divisão vem tentando sistematicamente buscar formas de organização e de reestruturação para fazer frente a uma demanda qualitativa e quantitativa cada vez maior de seu público alvo, além da demanda da sociedade e dos órgãos de controle internos e externos que cobram resultado do PNRA. Como exemplo podemos citar a necessidade de apresentarmos à sociedade casos de assentamentos bem sucedidos, principalmente no que diz respeito a renda e preservação ambiental das áreas, e também uma cobrança explícita em relação ao poder do INCRA de fiscalizar e acompanhar os assentamentos, principalmente em relação a ocupações irregulares e transferências de lotes sem anuência deste.

Na busca da reestruturação, em 2008 e 2009 a SR (05) D alterou sua estrutura interna, anteriormente com servidores lotados em quatro Núcleos distintos, com comunicação precária entre eles, para a distribuição em equipes multidisciplinares e territoriais, utilizando como base os Territórios de Identidade. Essa estratégia buscou otimizar os escassos recursos humanos e materiais existentes, otimizando os recursos financeiros para viagens, a comunicação entre os setores e ter referenciais para atendimento por região. Os núcleos ou serviços tiveram o número de servidores reduzido, ficando somente aqueles necessários para o trabalho interno, conseguindo-se minimizar a falta de servidores de campo.

Em 2010, com esta estruturação e definição de competências e atribuições, iniciou-se o aprimoramento dos fluxos e instrução de processos, bem como no monitoramento, acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos, principalmente no que tange aos créditos de instalação. Esse aprimoramento na instrução processual teve maior sucesso em 2011 e aliado à estratégia citada no relatório de gestão de 2010, isto é, a incorporação em todas as atividades, legalmente e normativamente possíveis, dos parceiros, principalmente o Governo do Estado da Bahia, através do nosso Convênio firmado para execução da Assessoria Técnica Ambiental e Social – ATES, foi que permitiu sobreviver a Divisão de Desenvolvimento (D) sem a entrada num verdadeiro colapso.

No Relatório de Gestão de 2010 foram citadas algumas limitações, que valem a pena elencar novamente, visto que, os avanços foram tímidos, muito mais fruto da gestão interna da Divisão do que de providências externas.

As limitações elencadas foram:

1. Acúmulo de demandas, tarefas e responsabilidades sobre os servidores, gerando um ambiente de trabalho estressante;
2. Um frágil e desatualizado banco de dados da reforma agrária, e demais sistemas de informação, que dificulta o acompanhamento e controle das ações e tornando mais lentas as tomadas de decisão;
3. A constante mudança nos normativos, gerando dúvidas, choques de interpretação e atrasos nas execuções das metas;
4. Falta de uma estratégia de capacitação dos servidores;
5. Orçamento insuficiente para atendimento das demandas, gerando déficits que se acumulam de um exercício para outro;
6. Falta de procedimentos claros entre as diversas áreas, o que se reflete nas Superintendências, gerando sobreposições de atividades e retrabalhos.

Em relação ao item 1, no relatório de Gestão de 2010, apesar de acusar a redução da força de trabalho em 10%, deixou-se de apontar o histórico dos dois anos anteriores, 2008 e 2009. Ao fazermos isso agora, denunciaremos a diminuição de 13 servidores na Divisão, sendo quatro em 2008, dois em 2009, seis em 2010 e um em 2011, correspondendo a mais de 20% do total disponibilizado em apenas quatro anos. Nesse mesmo período houve um aumento de 56 assentamentos com capacidade de 5.923 famílias, passando de 577 PAs e 44.978 famílias para 633 PAs e capacidade de 50.901 famílias, com quadro atual de 44 servidores apenas, tendendo a uma situação insustentável.

A situação do banco de dados não se alterou muito. A gestão do SIPRA é de responsabilidade da Divisão de Obtenção, no entanto sabemos que naquela, a situação não é diferente em relação ao número de servidores. A Divisão de Desenvolvimento é particularmente afetada já que os dados continuam desatualizados em muitos casos e, uma expressiva parte de nossas atividades fica prejudicada, já que não podemos emitir contratos, declaração de aptidão ao Pronaf, entre outros documentos. Muitas vezes os documentos dos assentados estão no processo individual correspondente e não foram digitados corretamente ou simplesmente não foram digitados.

Isso foi apenas minimizado com a distribuição de senhas para os servidores da

Divisão de Desenvolvimento auxiliarem na atualização dos dados, como forma de viabilizar a demanda daquele momento. No entanto isso gerou mais sobrecarga para o Desenvolvimento, diminuindo a capacidade operacional das ações inerentes da mesma.

O item 3 pode ser exemplificado através da IN 47 2008, que trata da situação ocupacional dos lotes. Até a data de hoje, existe um manual desta norma que nunca foi publicado oficialmente, tendo a denominação de “Minuta do Manual de Retomada de Parcelas”. Além disso, está em andamento um Grupo de Trabalho que ficou responsável pela reedição da norma. Para finalizar existem normas que estão precisando de revisão e não foram revisadas, trazendo o mesmo problema que o excesso de mudanças.

Um programa amplo de capacitação dos servidores da Divisão de Desenvolvimento não foi feito em 2011, persistindo o que foi relatado no relatório passado.

Apesar do Orçamento de 2011 para o Crédito Instalação na Bahia ter superado a meta pactuada, o financeiro correspondente continua sendo insuficiente, gerando restos a pagar. Para outras ações como divisão de lotes e infraestrutura o déficit continua, gerando problemas como o impedimento de acesso ao PRONAF pelas famílias que não possuem lotes demarcados. Este é um fator que deve estar em consonância com a capacidade operacional, visto que se atendido sem resolver o problema da força de trabalho poderá acarretar a entrada em colapso da Divisão.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Inicialmente, oportuno registrar que a Divisão de Gestão Administrativa, tem como objetivos e prioridades, atender as demandas das áreas fins, no cumprimento institucional de assentar famílias, sendo o seu maior desafio, desempenhar suas atividades, com um déficit histórico de servidores. Neste exercício de 2011, com a aposentadoria compulsória do contador, somente no final do ano, houve a sua substituição, depois de inúmeras solicitações junto a Diretoria de Administração, especificamente “Coordenação de Contabilidade”, que viabilizou a transferência de uma servidora da Superintendência Regional de Rondônia, para ocupar o referido cargo.

O quantitativo de atribuições para o desempenho das atividades rotineiras da Divisão começa com o conhecimento dos normativos vigentes da Administração Pública Federal, somados a necessidade de manter atualizada na forma virtual os Sistemas: SIAFI, SIAPI, SICAF, SIASG, SICON, SICONV, CPGF, SCDP, SISPROTC e Comprasnet, que em virtude, das constantes fases de aperfeiçoamento e dinâmica sistemática nos programas, que demanda um aprendizado contínuo do servidor frente as alterações necessárias para manter padronizado as informações. Evitando assim, inconsistências nos lançamentos.

Ressaltamos que apesar das dificuldades enfrentadas pela Superintendência Regional, com referencia principalmente a falta de pessoal, a Administração vem a cada ano aprimorando o seu desempenho institucional, com motivação dos poucos servidores lotados nesta Divisão, que tem feito o diferencial, em relação à implantação de ações gerenciais, na racionalização de custos, acompanhamento e controle dos créditos orçamentários e recursos financeiros, atualização de dados, no Sistema, dando condições de análise e adequação das rotinas principalmente no acompanhamento dos contratos de prestação de serviços.

Vale salientar, que o ano de 2011 foi atípico com relação à substituição nos cargos eletivos, demora na aprovação da LOA, portanto, indisponibilidade orçamentária, enfrentada logo no início do ano. A adaptação funcional a partir as publicação do Dec. 7.446/2011(que versa sobre contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens), também prejudicou o Plano de Ação Anual, cominando com a falta de liberação de recursos financeiros para atender o passivo de “Inscrições em Restos a Pagar”.

Diante das ocorrências acima citadas, foram estabelecidas algumas prioridades, para atendimento imediato, focando as ações do teto do orçamento apropriado para esta Superintendência, priorizando melhoria nas condições para que as áreas finalísticas, buscassem alcançar os objetivos institucionais e cumprimento das metas com maior eficácia e eficiência.

A Divisão de Administração envida esforços no cumprimento das atividades, mesmo diante da dinâmica da legislação, diretrizes e observâncias legais vigentes, que aliadas às ações imediatistas e emergenciais urgem rápidas providencias da máquina pública para a redução da violência e da pobreza no campo, evitando o êxodo rural e a promoção de igualdade.

Sendo a Missão da Administração da Unidade agregar todas as fases de aquisição de materiais e/ou contratação de serviços; acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos e Convênios

celebrados pela UJ; concessão de diárias e passagens, gerenciamento da concessão de cartão corporativo; pagamento das despesas da UJ; análise contábil; controle do almoxarifado e patrimônio. Além do suporte das atividades finalísticas, inclusive apoio aos Escritórios.

Nas descrições das principais atividades acima referenciadas tecemos as seguintes informações:

1. Para contratações de serviços de recuperação e/ou obras de infraestrutura para Projetos de Assentamento foram registrados procedimentos licitatórios: 02 Concorrências; 01 Tomada de preço e 01 Carta Convite; para aquisições de materiais e contratação de outros serviços foram realizados 13 Pregões Eletrônicos;

2. Acompanhamento de 33 Contratos diversos: mão de obra terceirizada (Limpeza, Copa, Vigilância, Apoio Administrativo, Suporte Técnico e Condutores), Manutenção de elevador, de ar condicionado, de viaturas, central telefônica, locação de impressora, locação de GPS, locação de bens imóveis, locação de veículos, além de outros serviços essenciais: água, luz, telefonia, telecomunicação, entrega de correspondência, reprografia, dentre outros. Houve no exercício de 2011 o acompanhamento de 10 Convênios e celebração de 05, totalizando 15 instrumentos de transferência;

3. Acompanhamento de diárias e passagens aéreas/rodoviárias através do sistema SCDP e administração do Cartão Corporativo que envolveu 23 servidores, dos quais 13 motoristas, 03 chefes de Escritórios, e 05 técnicos para despesas basicamente em viagens, 01 servidor para atender o Programa PDTR/MDA e 01 servidor de despesas administrativas.

4. Quanto as atividades orçamentária/financeiras que envolvem o SIAFI/SIASG/SICAF estes com monitoramento permanente da gestão 37201.

5. Da análise contábil, prejudicado neste exercício pela aposentadoria do Contador em abril do exercício de 2011, não sofrendo solução de descontinuidade em virtude do desempenho dos servidores das outras áreas na melhor maneira possível até que fosse concretizada a transferência de uma servidora da SR/Rondônia;

6. Com a implantação de Pregão Eletrônico/Ata de Registro de Preço o controle de aquisição de materiais fica condicionada ao fluxo de saída/entrada, sem a necessidade da guarda significativa no estoque. O que foi monitorado por sistema interno e específico junto ao INCRA/DA/DAA. Quanto ao patrimônio, também é gerenciado em sistema específico de monitoramento, ambos com acompanhamento e fechamento contábil mensalmente.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ernesto Santana dos Reis

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	familia	3.070	1.524	0	1.524	49,6	1.546

Fonte: SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
319.626,00	380.602,79	374.959,97	98,5	372.283,73	97,8	372.283,73	97,8

Fonte: SIAFI

Execução de Restos a Pagar (RAP) exercício 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
38,60	38,60	0	0

² Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

Fonte: SIAFI.

A ação de Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária, no âmbito da SR (05), é coordenada pelo Serviço de Implantação, que objetiva, essencialmente, identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais. Também gerencia e atualiza os dados do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

No Estado da Bahia foram beneficiadas, com o programa da reforma agrária, em 2011, 1.524 famílias, atendidas através de assentamentos já criados, em novos assentamentos e em reserva extrativista, conforme detalhamento no quadro a seguir:

Assentamento/Legitimação de Famílias

Descrição	Fam. Assentada (Un)
PA'S criados em 2011	155
Complemento de Capacidade (PAs Atracaju*, Ponta D'água, Potiguar, Paulo Cunha, Borá e Beira Rio Sento Sé)	181
Reserva Extrativista (Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e Reserva Extrativista Cassurumbá)	1086
Substituições – IN 47	104
Total	1524

Fonte: SIPRA/SR (05). *Criada em 2010, litígio com o proprietário resolvido em fevereiro de 2011, assim contou para meta 2011

As 155 famílias mencionadas acima foram assentadas nos 3 Projetos de Assentamento criados em 2011, conforme se discrimina no quadro a seguir:

PA's criados em 2011

Nº	Projeto	Município	Área	Famílias Assentadas
1	Guimarães	Sento Sé	9.534,5800	88
2	Jovita Rosa	Paratinga	2.269,2732	35
3	Pedra Bonita	Itamaraju	1.042,7206	32

Em decorrência das divergências de interpretação e de operacionalização da IN 47, o nivelamento das rotinas e procedimentos para sua execução foi tardio para o aproveitamento integral de todo o levantamento realizado para as metas do exercício 2011. Organizou-se um mutirão para priorizar as atividades referentes ao reassentamento de famílias, nos casos de lotes abandonados sem indicativo de situação irregular de compra e venda e/ou conflito ainda em curso.

Esse mutirão conta com técnicos das Divisões de Obtenção e Desenvolvimento e dos Escritórios Sul e Oeste. Foram então enviados à Comissão da IN 47 um total de 417 processos administrativos de regularização de lotes para análise e parecer conclusivo, sem que houvesse tempo suficiente, conforme dito, para aproveitamento em 2011. O quadro abaixo relaciona os processos administrativos, fruto dessa operação:

Processos Administrativos com levantamento de campo para serem analisados pela Comissão da IN 47

Nº	PA	Município	Quant(UM)
1	Rio Aliança	Arataca	04
2	Cascata	Aurelino Leal	01
3	Angico	Barra	02
4	Antonio Conselheiro	Barra	05
5	Barro Vermelho/Canudos	Barra	31
6	Fazenda Itacutiara	Barra	12
7	Ferradura	Barra	29
8	Sítio Novo	Barra	01
9	Uirapuru	Barra	15
10	Cangussu	Barra do Choça	03
11	Fazenda Brasil	Barro Preto	01
12	Batalha	Bom Jesus da Lapa	16
13	Boa Esperança	Bom Jesus da Lapa	04
14	Campo Grande	Bom Jesus da Lapa	05
15	Santa Rita	Bom Jesus da Lapa	02
16	Entre Rios	Camacan	07
17	Mariana	Camamu	07
18	Brasilândia	Carinhanha	01
19	Fazenda Santa Helena	Carinhanha	05
20	Feirinha Marrequeiro	Carinhanha	14
21	Maria Zilda	Cordeiros	06
22	Ponta D'agua	Coribe	03
23	Beira Rio II	Cotegipe	02
24	Rio Grande II	Cotegipe	02
25	Primavera	Encruzilhada	10
26	Etevaldo Barreto	Ibicaraí	03
27	Loreta Valadares	Ibicaraí	03
28	Vila Isabel	Ibicaraí	04
29	Frei Vantuy	Ilhéus	01
30	São Bento	Ilhéus	02
31	Nova Vida	Itacaré	04
32	Pancada Grande	Itacaré	02
33	Helvécia	Itajuípe	08
34	Lucas Dantas	Ituberá	02
35	Rio de Ondas	Luís Eduardo Magalhães	05
36	Nancy	Mascote	8
37	Santa Bárbara	Muquém de S. Francisco	07
38	Serra Branca	Muquém de S. Francisco	02
39	Anice	Muquém de São Francisco	06
40	Manoel Dias	Muquém de São Francisco	01

41	Carlota	Riachão das Neves	01
42	Rio Branco	Riachão das Neves	12
43	Terra de Santa Cruz	Santa Luzia	02
44	Antoni COnslheiro	Santa Rita de Cássia	04
45	Arco Verde	Santa Rita de Cássia	02
46	Senhor do Bonfim	Santa Rita de Cássia	02
47	Tainá	São Desidério	04
48	Rumo Novo	São Feliz do Coribe	12
49	Paus Preto	Sebastião Laranjeiras	01
50	Extrativista São Francisco	Serra do Ramalho	41
51	Reserva Oeste	Serra do Ramalho	27
52	Conceição	Sítio do Mato	02
53	Mangal II	Sítio do Mato	07
54	Reunidas José Rosa	Sítio do Mato	02
55	Reunidas José Rosa	Sítio do Mato	03
56	Riacho dos Cavalos	Sítio do Mato	01
57	São Caetano	Sítio do Mato	03
58	Vitropolis	Una	01
59	Cedro	Vitória da Conquista	09
60	Conj. Baixão	Vitória da Conquista	03
61	Conquista do Rio Pardo	Vitória da Conquista	03
62	Mocambo/Bonfim	Vitória da Conquista	06
63	Mutum	Vitória da Conquista	05
64	PCA Bela Vista da Serra	Vitória da Conquista	05
65	Campo Alegre	Wanderley	10
Total			417

Fonte: SIPRA/SR(05)

Assim, de uma meta inicialmente prevista para 3.070 famílias, conseguiu-se executar 49,6%, ou, 1.524 famílias. Este percentual se justifica pela redução da participação da meta onerosa no cômputo geral da meta, visto que os requerimentos de liberação de recursos indenizatórios formulados pela superintendência regional do Incra não foram completamente atendidos pela Sede devido a indisponibilidade de orçamento, pela não imissão na posse dos imóveis com ação ajuizada e pela necessidade de seguir os ritos da IN 47 para os assentamentos antigos. Quanto a IN 47, como foi explicado anteriormente, observou-se que o nivelamento quanto aos procedimentos a serem adotados nas regionais veio tardiamente, comprometendo a execução dos trabalhos e reduzindo o cômputo desses números para o ano de 2011. Aliado a isto, faz-se necessário a determinação de metas mais realistas, isto é, que sejam estabelecidos números compatíveis com a real capacidade operacional da superintendência.

Buscou-se também, no âmbito do Serviço de Implantação, em atendimento a demanda da Divisão de Desenvolvimento, a adequação aos pré requisitos descritos na IN nº30 de 24/02/2006, quanto aos encaminhamentos referentes à emissão de CCU – Contrato de Concessão de Uso, realizando atividade de conferência, regularização processual e digitação de dados no SIPRA, tanto dos beneficiários como dos Projetos de Assentamento. O setor do SIPRA na SR (05) é composto apenas por uma servidora do próprio INCRA e de três servidores terceirizados.

Ao longo do exercício de 2011 cadastraram-se 2590 famílias dentre moradores de áreas de Resex e acampamentos, correspondentes aos imóveis em processo de aquisição pelo INCRA em fase já adiantada de instrução. Destes cadastros, até o final do exercício, já havia sido digitados no SIPRA os dados de 2415 candidatos cadastrados.

As atividades de campo, referente a entrega de notificações e vistoria de lotes dos beneficiários com inconsistência de elegibilidades, para atendimento da NE 70, foram realizadas em anos anteriores a 2011.

Encontram-se finalizados os encaminhamentos pertinentes aos inconsistentes que abandonaram/desistiram dos seus lotes. As demais situações, caso a caso, permanecem em processo de análise.

156 Projetos de Assentamento foram atualizados no sistema SIPRA – Formulário Marrom – Módulo Projeto.

Outra atividade que foi realizada através desta ação foi o cadastro dos acampamentos do Estado da Bahia, utilizando-se de ponto de localização do acampamento através de GPS e estimativa da quantidade de famílias acampadas. Das 11 regiões inicialmente identificadas para atuação da atividade, abrangendo quase que 100% do Estado, foram levantadas informações em 9 regiões, tendo sido identificados em torno de 346 acampamentos.

Para o cadastro e seleção de famílias previu-se um montante de R\$319.626,00. A provisão recebida foi de R\$380.602,79, tendo sido emitido o empenho de R\$374.959,97 . O total liquidado e pago foi equivalente a R\$372.283,73 .

Detalhamento dos elementos de despesas da Ação 8384

		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc em RP Não-Proc
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	125.259,53	125.259,53	125.259,53	
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.463,73	1.463,73	1.463,73	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	137.374,00	137.374,00	137.374,00	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	70.862,71	70.862,71	70.862,71	
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB	40.000,00	37.323,76	37.323,76	2.676,24
	Total	374.959,97	372.283,73	372.283,73	2.676,24

Fonte: SIAFI

Destes valores, 33,64% foram gastos em diárias, 0,39% foram gastos em material de consumo, 36,90% em despesas com locomoção e passagens e 29% em serviços de terceiros de pessoa jurídica.

Entretanto, há de se observar que a meta seria alcançada a pleno êxito caso as questões externas, já referidas neste relatório, não retardassem o processo de obtenção de terras. Computam-se processos de desapropriação ajuizados e não imitados na posse, processos onde os TDAs já foram emitidos, mas em tempo não hábil para ajuizar a ação no mesmo exercício, processos cujos TDAs já foram solicitados a Brasília e não publicado e processos onde a avaliação já foi realizada em campo e se encontra em fase de conclusão do laudo. Tem-se sugerido que as publicações dos decretos e a liberação dos recursos indenizatórios sejam efetuadas com mais diligência, de forma a viabilizar a emissão dos TDAs no mesmo exercício financeiro.

Para o exercício de 2012 sugere-se que as metas sejam compatíveis com os recursos que serão liberados para a meta onerosa, bem como com a capacidade da Regional em executá-la. Todo o trabalho de campo, realizado em 2011 para ficar em conformidades com IN 47 para reassentamento de famílias, nos casos de lotes abandonados sem indicativo de situação irregular de compra e venda e/ou conflito poderão ser aproveitados para a meta de 2012. Foi concluído o levantamento das RESEX no estado e estabelecido contato com conselheiros e gestores, já estando as comunidades cientes e em acordo com a ação do INCRA, o que poderá implicar, positivamente na meta de assentamento. Quanto a meta onerosa, sugere-se priorizar aqueles imóveis onde se observa maior tensão e aqueles que o prazo do decreto se expira ainda neste exercício.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	ha	132.000	57.956,31	0	57.956,31	43,9	74.040,69

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
385.000,00	619.767,30	614.497,64	99,1	576.756,69	93,0	568.137,69	92,4

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
41.834,28	14.535,23	26.602,29	696,76

Fonte: SIAFI.

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA AVALIADA (ha)
Alto da Boa Esperança	Tapiramutá	467,3900
Nova Esperança e Outra	São Desidério	133,2179
Uma área de terras Faz Baixa	Araci	1.288,5200
Jatobá	Muquem de São Francisco	12.717,2600
Belo Horizonte	Paulo Afonso	401,4223
Brejo do Alto Alegre	Tucano	1.361,2500
Poderosa	Buerarema	115,5709
Primavera	Juazeiro	391,7100
Oriental	Wenceslau Guimarães	455,4026
Oasis antiga Faz Santo Antônio	Ipirá	2.852,4480
Mucunan e Outros	Jacobina	931,8817
Quererá e Outros	Tucano	1.379,2500
Brasilândia	Una	1.769,2478
Cajuba	Nova Soure	17.783,9703
Monte Castelo	Lajedo do Tabocal	492,8502
São João	Itajuípe	347,1552
Araticum Açu da Capivara	Camaçari	105,2817
Vale do Itapicuru e outras	Araci	4.509,9346
Santa Fé	Arataca / Santa Luzia	523,6303
Outras vistorias		9.937,92
Total		57.956,31

Fonte: Sigplan

Cabe também esclarecer que este quantitativo de vistorias realizadas se deve graças ao convênio com o Governo do Estado que disponibiliza Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Agrimensores para a realização destas atividades, ficando a cargo dos Engenheiros Agrônomos do INCRA os trabalhos de vistoria e avaliação dos imóveis. A elevada rotatividade dos técnicos do Estado aliado à inexperiência de alguns também contribui para o baixo rendimento na confecção das peças técnicas que compõe o Laudo Agrônomo de Fiscalização.

Assim, a liberação dos recursos demonstra plena compatibilidade com o trabalho realizado, considerando que o trabalho de campo é que efetivamente consome os recursos programados nos elementos de despesa, necessitando de suplementação.

Detalhamento das despesas da Ação 8387

Discriminação	Valor (R\$)	Percentual
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	173.557,14	30,54
MATERIAL DE CONSUMO	26.329,45	4,63
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	222.680,60	39,19
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	131.870,51	23,21
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	13.699,99	2,43
	568.137,69	100

As informações do SIAFI confirmam que 30,5% dos gastos foram consumidos com diárias. Devido a grande extensão territorial do Estado da Bahia, tem-se o uso intensivo de diárias para cobrir despesas com deslocamento, principalmente, das equipes de vistoria e avaliação, para os trabalhos de campo nos imóveis rurais fiscalizados com o objetivo de assentar famílias. Complementa essa ação de suporte às equipes de campo a destinação de recursos orçamentários para a alocação de veículos, que servem a todo o Estado da Bahia, inclusive os Escritórios, que, juntamente à aquisição de passagens perfizeram 39,19% dos gastos. Observa-se que o volume dos recursos gastos está compatível com a quantidade de serviços realizados.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença	33	23	0	23	69,7	10

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
499.614,00	821.683,59	821.335,01	99,9	744.237,98	90,6	744.237,98	90,6

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
126.307,72	125.753,13	554,59	0

Fonte: SIAFI.

Na SR (05) os estudos para o licenciamento em imóveis em processo de obtenção são efetuados pelo engenheiro agrônomo e engenheiro agrimensor. Para tanto, agregou-se à ação de vistoria de imóvel para fiscalizar o cumprimento da função social o levantamento de informações

para o licenciamento prévio. O tipo de procedimento exigido no Estado da Bahia depende de um encaminhamento específico, que se fundamenta no enquadramento do empreendimento; caso a propriedade tenha mais de 2.000ha ou capacidade para assentar mais de 82 famílias, elabora-se a Licença de Localização, que consiste (Relatório de Caracterização do Empreendimento, Elaboração dos mapas de Uso proposto e de Uso Atual – publicação em jornal de grande circulação; para imóveis menores que 2.000ha e capacidade de assentamento inferior a 82 famílias, elabora-se o Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA, que consiste também em estudo, encaminhado através de formulário com o Termo e os mapas; após expedida), assegurando regularidade ambiental ao assentamentos criados, atendendo assim ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.

Para o ano de 2011 a meta de Licenças Ambientais Protocoladas era de 33 áreas, mas só foi possível dar o devido encaminhamento para um total de 23, ficando um déficit de 10 Licenças protocoladas. Justifica-se tal diferença pelo fato do INCRA SR-05 ter firmado convênios com a finalidade de licenciar alguns PAs, mas a empresa conveniada não entregou o devido material:

Convênio INCRA e Instituto Floresta Viva nº 006/2007 previa o licenciamento de 8 Projetos de Assentamento e não foi concluído até o presente momento por parte do IFV;

Convênios INCRA e Instituto Floresta Viva nº 004/2008 e 005/2008 previam o licenciamento de 14 PAs com ações conjuntas de manejo, englobando revegetação de APPs e RLs, ações de educação ambiental, dentre outros, também sem conclusão até o momento.

Para os imóveis em fase de obtenção foram protocoladas em 2011, 5 Licenças Ambientais. Em relação aos Projetos de Assentamento, foram protocolados em 2011, 17 pedidos de averbação de Reserva Legal e 18 pedidos de Licença, conforme tabela abaixo.

Relação de PAs com protocolos de Reserva Legal e Licença no Órgão Ambiental

PAs protocolados em 2011	
COM PROTOCOLO DE RESERVA LEGAL	COM PROTOCOLO DE LICENÇA AMBIENTAL
PA SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	PA SANTA CLARA E PARAGUACIUMA
PA BOQUEIRÃO	PA BOQUEIRÃO
PA RANCHO NEVADO	PA RANCHO NEVADO
PA SANTA HELENA	PA SANTA HELENA
PA LAGOINHA E BOA VISTA	PA LAGOINHA E BOA VISTA
PA NASCENCA E CONQUISTA	PA NASCENCA E CONQUISTA

PA PAU PEBA	PA PAU PEBA
PA CONJ PALESTINA	PA CONJ PALESTINA
PA PACHOLA	PA PACHOLA
PA FAZ REUNIDAS	PA FAZ REUNIDAS
PA SEGredo E RIACHUELO	PA SEGredo E RIACHUELO
PA SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA	PA SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA
PA SOHEN	PA SOHEN
PA BELA FLOR	PA BELA FLOR
PA SÃO FRANCISCO 5	PA SÃO FRANCISCO 5
PA SANTANA	PA SANTANA
PA LAGOA NOVA	PA LAGOA NOVA
	PA PAULO CUNHA

Uma das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Meio Ambiente da SR(05) e que consome tempo e recursos, diz respeito ao atendimento das condicionantes impostas pelo Órgão Ambiental com relação às Licenças já expedidas, pois requer acompanhamento individual de cada PA por parte dos Técnicos do setor.

Assim, a quantidade de recursos utilizados na Ação demonstram compatibilidade com as atividades realizadas, e o estoque de trabalho na elaboração de peças técnicas representam um volume até superior à meta prevista. Esta Divisão tem travado um diálogo permanente com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, procurando demonstrar o interesse e a qualificação do corpo técnico para realizar o licenciamento, mas apontando os entraves que existem na tentativa de licenciar os empreendimentos.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	ha	11.800	22.068,07	0	22.068,07	187	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
14.401.000,00	5.274.227,78	4.805.548,33	91,1	1.172.864,55	22,2	1.172.864,55	22,2

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
4.185.656,31	649.868,27	1.979.508,68	1.556.279,36

Fonte: SIAFI.

Antes de mais nada, cabe destacar que em detrimento do orçamento previsto para a Superintendência na PO, só é descentralizado para a UJ os valores referentes ao pagamento de Benfeitorias, ficando o pagamento da terra nua sob responsabilidade da Sede, que a efetua através de TDAs.

De acordo com a meta prevista na Programação Orçamentária (PO) 2011, a Superintendência Regional da Bahia, através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, teve como meta a obtenção de 11.800,00 ha, conforme tabela acima. Para o atendimento de tais metas, segundo critérios do INCRA-SEDE, a programação orçamentária para o exercício 2011 foi de R\$5.274.227,78 de Provisão Recebida, o empenho emitido foi de R\$4.805.548,33 , mas a despesa efetivamente liquidada foi de R\$1.172.864,55 .

Considerando o total de área a ser obtido no exercício de 2011, 11.800,00 ha, observa-se, como demonstra o quadro acima, que se conseguiu atingir 187% da meta originalmente estabelecida. Isto ocorreu por conta das ações já ajuizadas em exercícios anteriores.

Observa-se, entretanto que o ritmo de trabalho desempenhado pela regional tem imprimido uma demanda para a meta onerosa bem superior aos recursos disponibilizados até então. Alerta-se para o tempo de validade dos TDAs, que é de apenas dois anos, e a quantidade de imóveis tramitando nas fases iniciais até a solicitação de recursos em Brasília. Deve-se atentar também para o fato de que no final de 2011 foram ajuizadas em torno de 12 ações na Justiça Federal e que só terão efeitos financeiros em 2012.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.2272	A	-	-	-	-	-	-		-

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	379.491,30	379.256,79	99,9	374.456,79	98,7	374.456,79	98,7

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
29.791,68	0	29.791,68	0

Fonte: SIAFI.

Essas despesas bancaram: serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, alocada na Sede da Regional e nos Escritórios, deslocamentos de servidores do Gabinete para tratar de assuntos relacionados à Obtenção, despesas com viagens e locomoção dos servidores da Divisão de Obtenção, publicação de editais para as licenças e para notificação de proprietários.

Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Valério Freitas Dorneles

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.6 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	familia	2.481	26	836	862	34,7	1.619

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
14.000.000,00	20.742.798,26	20.705.534,89	99,9	2.005.307,49	9,7	2.005.307,49	9,7

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
16.492.050,16	0	15.286.496,37	1.205.075,49

Fonte: SIAFI.

A realização de licitações para contratação direta de empresas de engenharia para execução de obras para implantação de sistemas de abastecimento de água e recuperação/implantação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento jurisdictionados à SR 05 tem sido o modelo adotado

pela BA, em substituição ao modelo de formalização de convênios com Órgãos do Estado e Prefeituras.

Essa estratégia foi adotada porque no período de 2001 a 2003 o setor contava com um número confortável de técnicos cobrindo todo o Estado da Bahia e acompanhando de perto dos diversos Convênios celebrados pela SR-05 com o Governo do Estado (CAR – Companhia de Ação Regional da Bahia, CERB – Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia, CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário) além da CEF – Caixa Econômica Federal.

A partir de 2008, conforme já relatado anteriormente, houve um esvaziamento do setor, com a saída de três técnicos de nível médio concursados que foram para a Petrobrás, um Engenheiro Civil também concursado que foi trabalhar na iniciativa privada e um técnico em estradas que foi transferido para a SR do RS. Além disso mais dois engenheiros do Convênio com o Governo do Estado retornaram para seu local de origem. Apenas dois engenheiros, um ocupante de cargo DAS e outro contratado através de convênio com a CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário pelo sistema REDA – Regime Especial de Direito Administrativo, são responsáveis pelas licitações e acompanhamento de todas as obras e projetos contratados. Esse fator, aliado a descentralização de recursos menor do que a demanda são os responsáveis pelas metas não terem sido alcançadas.

Com a abertura de concurso para o INCRA, em que foram disponibilizadas para esta superintendência quatro vagas para engenheiro civil, surgiu uma esperança de que essa situação fosse melhorar, mas com os problemas ocorridos durante a execução das provas, a convocação dos engenheiros aprovados não ocorreu durante o exercício de 2011 e com isso o Serviço de Infraestrutura passou o ano todo com apenas os dois engenheiros. Vale lembrar que se tratando do Estado da Bahia esse número de profissionais é muito pequeno para atender a toda a demanda de infraestrutura dos Projetos de Assentamentos jurisdicionados por esta Superintendência.

No ano de 2010 o montante de recursos aplicados foi da ordem de dezoito milhões de reais para contratação de empresa para realização de obras de recuperação de estradas vicinais, obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e para elaboração de projetos de estradas. Algumas das obras contratadas em 2010 foram concluídas no exercício de 2011, restando as demais para o ano de 2012. No ano de 2011, além da conclusão de algumas obras dos contratos de 2010 foram investidos, ainda, quase treze milhões de reais para contratação de empresa para execução de obras de recuperação de estradas vicinais e de implantação de sistemas de abastecimento de água.

Vale lembrar que dos contratos de 2011 (quadro resumo em anexo) algumas obras começaram já no final do exercício e outras irão começar no exercício de 2012 com previsão de conclusão em 2012. Com isso as metas para o exercício de 2012 poderão ser alcançadas com as obras em aberto dos exercícios anteriores e com as obras que serão contratadas durante o ano.

Em relação a demanda da SR, a mesma continua longe de ser amenizada, visto que nos anos anteriores nunca houve uma situação de atendimento total, sempre fazendo com que o passivo exista.

Valores em R\$1,00

MUNICÍPIO	PA	TIPO DE OBRA	QUANTIDADE (Un/km)	VALOR (R\$)	FAMILIAS ATENDIDAS	SITUAÇÃO
VITÓRIA DA CONQUISTA	BAIXÃO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	1.483.026,95	51	EM ANDAMENTO
VITÓRIA DA CONQUISTA	CIPÓ	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	129.088,73	59	EM ANDAMENTO
VITÓRIA DA CONQUISTA	CONQUISTA DO RIO PARDO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	3.184.535,16	48	EM ANDAMENTO
VITÓRIA DA CONQUISTA	LAGOA CALDEIRÃO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	187.292,85	77	EM ANDAMENTO
VITÓRIA DA CONQUISTA	MUTUM	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	237.185,80	79	EM ANDAMENTO
VITÓRIA DA CONQUISTA	OLHOS D'ÁGUA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	1.122.160,51	37	EM ANDAMENTO
SÃO FÉLIX DO CORIBE	FAZ. BOM SUCESSO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	5,30	124.256,35	20	EM ANDAMENTO
CARINHANHA	FEIRINHA MARREQUEIRO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	8,40	305.193,31	795	EM ANDAMENTO
PARATINGA	RIACHO DOS PORCOS	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	32,76	687.171,69	481	EM ANDAMENTO
TUCANO	SÃO JOSÉ DO MARIMBÁ	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	3,00	129.073,48	10	EM ANDAMENTO
ESPLANADA	REUNIDAS PALAME	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	15,62	291.886,05	55	EM ANDAMENTO
ITAETÊ	MACACO SECO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	12,90	224.557,28	35	EM ANDAMENTO
ITACARÉ	NOVA VIDA	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	11,00	435.189,67	42	EM ANDAMENTO
MASCOTE	NANCY	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	10,98	883.260,89	32	EM ANDAMENTO
GUARATINGA	LAJEDO BONITO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	11,23	334.112,92	52	EM ANDAMENTO
CAMAMU	ARGEMIRO MENDES	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	10,01	209.863,32	24	EM ANDAMENTO
AURELINO LEAL	CASCATA	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	5,80	294.268,61	39	EM ANDAMENTO
IBIRACARAI	ETEVALDO BARRETO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	5,48	202.856,90	30	EM ANDAMENTO
ILHÉUS	FÁBIO HENRIQUE	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	3,16	83.338,47	29	EM ANDAMENTO
COTEGIPE	RIO GRANDE II	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	30,27	609.104,75	106	EM ANDAMENTO
BOA VISTA DO TUPIM	REUNIDAS CAMBUI	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	9,82	491.665,00	40	EM ANDAMENTO
BOA VISTA DO TUPIM	BARRA VERDE	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	23,00	450.455,61	95	EM ANDAMENTO
NOVA SOURE	CAJUEIRO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	5,20	100.459,58	23	EM ANDAMENTO
SANTA LUZ	ANTONIO CONSELHEIRO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	12,50	203.575,06	37	EM ANDAMENTO
TUCANO	BOQUEIRÃO	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	10,00	358.577,10	24	EM ANDAMENTO
TOTAL:				12.762.156,04	2320	

2.3.1.7 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8398	A	3	família	1.124	0	0	0	0	1.124

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
644.232,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.611.136,54	285.892,98	194.087,70	2.131.155,86

Fonte: SIAFI.

O CRT 0015/2009, que tem por objeto a demarcação topográfica de PAs, foi único contrato ainda vigente nesta Superintendência no exercício a que se refere este relatório. Contudo ao final do segundo bimestre de 2011, houve contenção de recursos financeiros e as atividades foram paralisadas devido à falta de garantia de que se conseguiria honrar o pagamento dos serviços que seriam entregues.

Com relação aos contratos que se encerraram ainda em 2010, foram entregues peças técnicas referentes aos serviços executados, entretanto devido a mudança de gestão das divisões e da própria equipe de acompanhamento, não houve tempo hábil para realizar a avaliação final do material. Identificou-se dentre os 69 assentamentos que tiveram alguma ação executada nos contratos finalizados e aceitos pelo setor de cartografia apenas 16.

Com relação a estes contratos já finalizados, a Cartografia vem realizando a avaliação das peças entregues, para constatar o cumprimento da meta e vem realizando gestão junto às empresas quando julga necessário a partir da necessidade de pequenas adequações nos materiais entregues para sua aceitação final.

Referente ao único contrato ainda vigente, o CRT 015/2009, houve aditamento de prazo, e as atividades foram retomadas ao final do exercício de 2011, período em que houve repasse de recursos financeiros. Portanto, no exercício referido, a maior parte dos pagamentos realizados refere-se a serviços e peças técnicas intermediárias do processo de demarcação. Através do referido contrato, foram finalizados em 2011, os parcelamentos para seis projetos de assentamentos, correspondentes a 565 famílias.

As atividades foram canceladas no Projeto de Assentamento Terra Nova BA0208000, devido a definição final de que o Projeto de Assentamento seria incorporado a um território indígena localizado na região.

Atualmente encontra-se em andamento através do mesmo contrato, a execução do parcelamento em 50 projetos de assentamento.

Permanecem as dificuldades relatadas de atraso na execução da demarcação das parcelas devido a necessidade de discussão e elaboração de anteprojetos de parcelamento que envolveram as equipes do INCRA/ATES, as Instituições Parceiras e os Beneficiários. Em sua grande maioria, os projetos de assentamento apresentam tempo considerável de criação e ocupação relativamente consolidada. As discussões permeiam especialmente realocação de famílias por diversos motivos que vão desde a necessidade de adequação ambiental das áreas, até à discussão sobre a capacidade do projeto de assentamento.

2.3.1.8 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4320	A	3	família	0	0	864	864	-	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	1.100.000,00	1.100.000,00	100	675.000,00	61,3	675.000,00	61,3

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
734.202,13	100.000,00	634.202,13	0,00

Fonte: SIAFI.

O ano de 2011 foi caracterizado pela intempestividade no repasse de recursos orçamentários e financeiros pelo INCRA-SEDE que ocasionou o descumprimento do cronograma de desembolso do convênio pactuado com a Fundesf e do contrato da empresa Jukai durante meses, e impossibilitou a finalização dos processos licitatórios de aquisição de equipamentos (via registro de preços) e de elaboração de projetos executivos (via convite). A falta de recursos também inibiu os núcleos operacionais de ATES e os articuladores de ATES e demais atores do programa de reforma agrária a apresentarem demandas potenciais e qualificá-las como efetivas, vez que na maior parte dos meses não havia sinalização de orçamento a ser descentralizado. Isso penalizou principalmente os 4 assentamentos que já tinham projetos executivos elaborados, outros 6 que já poderiam estar com as obras concluídas e equipadas, e outros 80 que apresentaram demanda potencial e não passaram desse estágio. Ao final do mês de dezembro foi que o panorama se alterou onde foram descentralizados recursos financeiros para cobrir cerca de 40% do convênio e orçamentários para 10% do contrato firmado com a Pavimak (8 obras). Isso trouxe novo ânimo às comunidades assentadas vez que o INCRA Sede se comprometeu a cumprir os cronogramas em atraso até o segundo mês de 2012, e também descentralizar recursos para contratação do registro de preço e do convite mencionados acima. Ver descrição ao final.

Dessa forma todas as ações apresentaram problemas na execução, devido ao contingenciamento e liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, salvo o contrato de projetos executivos iniciado em 2010, que foi prejudicado por força de problemas internos na empresa, superados após 60 dias de cobrança.

Conclusão: o Terra Sol é uma excelente ferramenta de apoio ao desenvolvimento dos projetos de assentamento e de combate a miséria e a pobreza. É a única política do INCRA que também atende a atividades não agrícolas como o artesanato e o turismo que contribuem para aumento da renda, fixação dos jovens no campo e para a autonomia das mulheres assentadas.

Em 2011 a pouca efetividade em relação ao ano anterior foi ocasionada por motivo alheio a esta regional, em que pese a defasagem de servidores na Divisão de Desenvolvimento, que sobrecarrega os servidores envolvidos na ação. Considerando a mudança de gestão na SR-05 no último trimestre de 2011, decidiu-se unir a coordenação do Terra Sol com a de ATES para otimização dos trabalhos, o que causou uma maior aproximação dos núcleos operacionais e articuladores, e o melhor entendimento das dificuldades operacionais de 2011, além da discussão de estratégias alternativas para 2012.

O Terra Sol - BA prevê para 2012 uma demanda potencial já apresentada em torno de R\$ 9.000.000,00 incluindo os projetos em carteira, e o estreitamento das suas ações com os programas de ATES e Arte e Cultura e Territórios de Identidade, sendo priorizados R\$ 7.000.000,00 para atender a demanda prioritária.

Recomenda-se para 2012 a revisão dos normativos vigentes para desburocratizar e qualificar o programa, a sua execução articulada com a ATES, o Pronera, o Programa de Arte e Cultura e políticas complementares como PAA e PNAE; e a articulação com o Governo do Estado que tem um programa de agroindústria que pode acrescentar recursos ao Terra Sol e estreitar o tempo entre a elaboração do projeto e a sua execução. Também é imprescindível o acréscimo de servidores à força de trabalho necessário ao melhor funcionamento do programa, conjugada com a melhoria salarial nos moldes de órgãos federais análogos e com a disponibilidade durante todo o exercício de recursos de campo para supervisão do programa.

AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2011

- 1- Elaboração de 4 projetos executivos de: 1-reforma de casa sede no PA Boa Sorte Una para pousada comunitária; 2-pousada do PA Bela Vista (transferida pelo Eldorado) 3-Receptivo comunitário do PA Eldorado/Roteiro Recôncavo e a 4-Adaptação de galpão para unidade de frutas do PA Nova Suíça.
- 2- Articulação EBDA, viabilizando a liberação de recursos em 2011 para edição de folhetos em português de cada roteiro definido;
- 3- Apresentação de Palestras: Fórum Interamericano de Turismo Sustentável - FITS SP e no Seminário Estadual de Turismo Rural da Bahia
- 4- Participação nas reuniões da Câmara Técnica de Turismo Rural e Turismo de Base Comunitária e da Câmara da Zona Turística Baía de Todos os Santos do Fórum Baiano de Turismo
- 5- Participação na Comissão Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos;
- 6- Participação na FENAGRO/Feira Estadual da Agricultura Familiar 2011 – Parque de exposições
- 7- Participação no Grupo de Trabalho do Programa Arte e Cultura
- 8- Articulação com o Instituto Mauá para inclusão do artesanato dos assentamentos nas políticas da entidade
- 9- Participação nas reuniões do Movimento Slow Food para inclusão dos alimentos produzidos nos assentamentos
- 10- Orientação técnica aos técnicos do Terra Sol do INCRA-MG e do INCRA-PE (Recife)

AÇÕES INICIADAS E CONTINUADAS, NÃO CONCLUÍDAS EM 2011

- 1- Execução das obras (empresa Jukai) do centro de artesanato no PA Salubrinho (que vai atender também o Mocambo) em Andaraí, da Pousada do PA Baixão, em Itaetê e de reforma das casas de farinha/fecularia do Santa Luzia de Valença, do Nova Vitória em Ilhéus, do Ipauaté-Irajuba e do Santa Irene em Gongogi. Com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2012. R\$ 950.665,28.
- 2- Contratação de empresa Pavimak para executar 8 obras de: 1-reforma de casa sede no PA Boa Sorte Una para pousada comunitária; 2-pousada do PA Bela Vista (transferida pelo Eldorado) 3-Receptivo comunitário do PA Eldorado/Roteiro Recôncavo; 4-Adaptação de galpão para unidade de frutas do PA Nova Suíça; 5- PA São Mateus construção de unidade para processamento de frutas e temperos caseiros, 6- PA Cajueiro de Nova Soure construção de unidade para beneficiamento de Caju (castanha e pseudofruto) 7- PA Canaã (Remanso) ampliação e reforma de unidade para processamento de frutas e 8- PA Caritá ampliação de tecelagem artesanal. Com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2012. R\$ 828.990,00.
- 3- Início de licitação (registro de preço) dos equipamentos do centro de artesanato no PA Salubrinho (que vai atender também o Mocambo) em Andaraí, da Pousada do PA Baixão, em Itaetê

e de reforma das casas de farinha/fecularia do Santa Luzia de Valença, do Nova Vitória em Ilhéus e do Santa Irene em Gongogi. Com conclusão para o primeiro quadrimestre de 2012. R\$ 116.313,13

4- Continuidade do convênio com a FUNDESF, incluindo agroindústria, comercialização, turismo e artesanato, para dentre outras coisas:

a) elaboração do Plano de Desenvolvimento do turismo do PA Boa Sorte

b) criação da Rede de Artesanato Solidário da Bahia incluindo todos que produzem artesanato em todas regionais como o Paulo Cunha e Bela Vista no recôncavo, o Paulo Jackson no sul, o São João no Baixo sul, o Araras na Chapada, etc.

c) consolidar os roteiros do Recôncavo e da Chapada para instalação das centrais de reserva e qualificação das ações de hospedagem, culinária e condução de visitantes;

d) elaborar estudos e relatórios de viabilidade nos assentamentos: Moreno (que tem uma gruta estudada pela USP sendo uma das poucas que tem o lago com o Bagre cego), do PA Maria Zilda e do Marcha Brasil no sudoeste, Pau Brasil no extremo sul e Santa Luzia de Valença.

e) elaborar a rotulagem e atualizar a rotulagem de doces do Canaã, dos cosméticos e da cachaça do Recôncavo.

f) elaborar o plano de negócios solidários da Pousada do Baixão.

g) editar o livro de culinária de raiz do Recôncavo e da Chapada.

h) elaborar o portal do artesanato e do turismo dos roteiros do Recôncavo e da Chapada em parceria com a ATES e a UNEB.

i) elaborar o projeto executivo da Primeira Feira Estadual da Reforma Agrária.

j) apoiar o projeto de arte e cultura aprovado (samba de roda do Recôncavo) e a elaboração de novos projetos. R\$ 1.200.000,00.

2.3.1.9 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redesignação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4358	A	3	documento	728	1.854	0	1.854	150	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
101.917,00	89.412,32	87.997,24	98,4	87.997,24	98,4	87.997,24	98,4

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

A emissão de Contratos de Concessão de Uso superou a meta prevista de 728 contratos na PO 2011 em 150 % conforme tabela acima, com um total de 1.822 documentos emitidos.

Este resultado deve-se principalmente, ao contrário do que foi dito no relatório passado, pela obrigatoriedade deste documento por ocasião da liberação do crédito instalação. Isto não quer dizer que não se tenha dado prioridade à regularização da situação ocupacional em áreas de reforma agrária, mas daí a afirmar que esta prioridade tenha aumentado a emissão de CCUs nos parece um grande equívoco. Essa afirmação justifica-se devido ao passivo de processos de IN 47/2008 instruídos e ainda sem parecer da comissão de supervisão, que gira em torno de 1.600 processos, número muito próximo do que foi vistoriado em 2010. A SR 05 D, como já dito anteriormente neste relatório, está no limite próximo ao colapso em termos de número de servidores e as ações estão totalmente prejudicadas.

A estratégia utilizada para emitir estes CCUs tem sido a mais variada possível. Nos assentamentos atendidos pelas Equipes Mesorregionais da Sede, os servidores responsáveis pelo pagamento dos créditos, isto é, as comissões de crédito do INCRA, fazem a atualização no SIPRA do módulo beneficiário e, a única servidora lotada no SIPRA da SR (05) T (problema igual ao Desenvolvimento e demais Divisões – falta de servidores) juntamente com alguns terceirizados faz a atualização do módulo projeto. Isso demanda muito tempo e trabalho devido ao grande passivo deste sistema (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA) que não é confiável e tem muita defasagem em relação à realidade no campo e nos processos individuais dos assentados e dos processos administrativos do Assentamento.

Para os assentamentos atendidos pelos escritórios Sul e Oeste, onde a defasagem do número de servidores é ainda maior, o SIPRA da SR (05) T tem feito a atualização tanto do módulo projeto como do módulo assentamento e encaminhado os CCUs para emissão. Além disso temos solicitado a vinda de técnicos da ATES, da área administrativa dos Núcleos Operacionais (NOs) para auxiliarem na instrução processual e outras tarefas possíveis, visto que não podemos fornecer a senha do SIPRA para trabalharem diretamente no sistema.

O serviço de Titulação e Consolidação da SR contou com apenas dois servidores durante o ano de 2011, não tendo a mínima condição de atender a demanda do Estado da Bahia, deixando à concessão de título definitivo (título de domínio) às famílias assentadas, em último plano, sem emissão de nenhum título, apenas atendendo pedidos ou determinação de cancelamento frutos de atos normativos. Da mesma forma a destinação às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso não foi executada.

Segue quadro demonstrativo da emissão de CCUs:

MÊS	NOME DO P.A.	MUNICÍPIO	Nº	Nº B. S.	DATA PUBLIC.
ANO : 2011					
Fevereiro	Borá	Itaguaçu da Bahia	16	BS Nº 08	21/02/2011
	Novo Horizonte Jacaranda	Itambé	36	BS Nº 9	28/02/11
TOTAL MENSAL			52		
TOTAL ANO ATÉ FEVEREIRO/2011.....			52		
Março	Galileia	Poções	58	BS Nº 12	21/03/2011
TOTAL MENSAL			58		
TOTAL ANO ATÉ MARÇO/2011.....			110		
Abril	Santa Maria	Mata de são João	31	BS Nº 15	11/04/2011
	São Mateus	Araçás	35		
	União	Candeias	27		
	Pachola	Morro do Chapéu	9		
TOTAL MENSAL			102	BS Nº 16	18/04/2011
TOTAL ANO ATÉ ABRIL/2011			212		
Maio	Conquista do Rio Pardo	Vit. a da Conquista	17	BS Nº 22	30/05/2011
TOTAL MENSAL			17		
TOTAL ANO ATÉ MAIO/2011			229		
Junho	Gameleira	Itambé	19	BS Nº 23	06/06/2011
	Novo Horizonte Jacaranda	Itambé	7		
	Rancho Alegre	Santa Inês	52		
	Rancho dos Teixeiras	Cândido Sales	8		
	São Sebastião de Utinga	Wagner	57		
	Sohen	Morro do Chapéu	78		
	Vale da Califórnia	Mirante	48		
MÊS	NOME DO P.A.	MUNICÍPIO	Nº	Nº B. S.	DATA PUBLIC.
Junho (cont.)	Alagoinha	Jacobina	34	BS Nº 25	20/06/11
	Boa Sorte Recreio	Ribeirão do Largo	23		
	Engano	Caem	31		
	São Francisco Nº 5	Utinga	30		
	Vila Nova	Ouroândia	39		
	Boa Sorte Una	Iramaia	105	BS Nº 26	27/06/11
	Dorcina Paula de Oliveira	Bonito	14		
TOTAL MENSAL			545		
TOTAL ANO ATÉ JUNHO/2011			774		
Julho	Antonio Conselheiro	Santa Luz	30	BS Nº 29	18/07/2011
	Lagoa do Boi	Santa Luz	70		
	Malhador Jurema	Canudos	36		
	Varzinha	Campo Formoso	12		
	Moka	Canudos	34		
	Rumo a Independência	Santa Luz	35		
TOTAL MENSAL			217		
TOTAL ANO ATÉ JULHO/2011.....			991		
Agosto	Conquista do Rio Pardo	Vit. da Conquista	02	BS Nº 35	29/08/2011
	Dorcina Paula de Oliveira (cancelamento)	Bonito	7		
TOTAL MENSAL			2		
TOTAL ANO ATÉ AGOSTO/2011.....			986		
Setembro	3 de Abril	S. Sebastião do Passé	21	BS Nº 39	28/09/2011
TOTAL ANO ATÉ SETEMBRO/2011.....			1.007		

Outubro	Várzea do Curral Lagoa de Dentro I e II	Jacobina Ourolândia	24 28	BS Nº 40	03/10/2011
MÊS	NOME DO P.A.	MUNICÍPIO	Nº	Nº B. S.	DATA PUBLIC.
Outubro (contin.)	PA Nova Paz	Queimadas	15	41	10/10/11
	Rio Verde	Cansação	17		
	Rumo à Independência	Santa Luz	2		
	Varzinha	Canudos	12		
	Nova Palmares	Conceição do Coité	82	43	24/10/11
	Mari	Cansação	53		
	Dorcina Paula de Oliveira	Bonito	7		
	Fazx. Reunidas Boa Vista e Outras	Esplanada	20		
			1.267		
TOTAL ANO ATÉ OUTUBRO/2011.....					
Novembro	Jequitibá	Mucuri	3	46	14/11/11
			1.270		
TOTAL ANO ATÉ NOVEMBRO/2011.....					
Dezembro	Rompe Gibão	Coronel João Sá	11	48	01/12/11
	Cova da Árvore	Tucano	69		
	Paraíso	Quijingue	22		
	Tingui Gonçalves e Desenvolvimento	Sítio do Quinto	13		
	Santana/Buri			48	01/12/11
	Faz. Reunidas Boa Vista e Outras	Cipó	13		
	Campo Formoso	Esplanada	20		
	Salubrinho	Nova Redenção	23		
	Potiguar	Andaraí	30		
	Nasença e Conquista	Sento Sé	53		
	Pau de Colher	Morro do Chapéu	20		
	Ponta D'Água	Jacobina	18		
	Bela Flor	Sento Sé	42		
	Pau Peba	Lençóis	14		
	Aliança	Utinga	39		
	Araruma	Boa Vista do Tupim	59		
	Che Guevara	Lençóis	13		
	Lameiro	Boa Vista do Tupim	46		
	Mutum	Tapiramutá	16		
	São Francisco	Vitória da Conquista	30		
	Utinga	1			
			1.822		
TOTAL ANO ATÉ DEZEMBRO/2011.....					

Fonte: Informações obtidas na Secretaria da Divisão de Desenvolvimento da SR(05)/BA e MEMOS INCRA/DDA-2

2.3.1.10 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.10YN	P	3	família	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

2.3.1.11 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	3	família	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	256.933,67	256.933,67	100	249.612,21	97,2	249.612,21	97,2

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Esta Ação não teve uma execução física específica, entretanto foram utilizados recursos para atividades ligadas ao Serviço de Meio Ambiente, com pagamento de despesas de publicações, telecomunicações, manutenção de veículos, treinamentos de servidores dentre outros.

2.3.1.12 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	A	3	família	6.688	454	3.415	3.869	57,8	2.819

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
36.778.180,00	67.097.839,66	67.073.700,00	99,9	11.572.600,00	17,2	11.572.600,0	17,2

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
81.872.124,00	46.743.158,00	22.444.100,00	12.684.866,00

Fonte: SIAFI.

A Divisão de Desenvolvimento do INCRA na Bahia (SR-05 D) possui uma demanda de aplicação de crédito instalação superior a sua capacidade operacional de pagamento, acompanhamento e fiscalização do mesmo, em virtude do reduzido número de servidores. Dos 44 servidores lotados na Divisão, 23 estiveram envolvidos nesta atividade em 2011 e apenas 20 estarão envolvidos em 2012 devido a remanejamentos necessários para atender outras ações dentro das

Divisões. Além desse, outros nove que são lotados nos dois Escritórios também atuam nesta ação de forma precária devido ao tamanho da demanda.

Como o volume de recursos orçamentários providos, em anos passados, foi bastante elevado, foram necessários adiamentos nas aplicações, gerando volume considerável de restos a pagar, que pode ser observado pela baixa liquidação em relação ao total que foi empenhado e a necessidade de anulação de NEs de 2007 a 2009.

Em 2011 ainda foi necessário complementar os valores individuais dos créditos instalação, que sofreram reajuste. O valor total aplicado foi de R\$ 13.074.400,00, sendo R\$ 7.500.200,00 só em complementações, do exercício de 2011 e RAP R\$ 5.574.200,00. Ressaltamos que foram 3.234 complementações de crédito, que não contam como cumprimento de meta.

A previsão orçamentária de 2011 foi de R\$ 36.778.180,00, porém com a melhora na instrução e tramitação dos processo, adoção de um Banco de Dados em Access em substituição de planilhas de Excel até 2010 permitiu a melhor identificação das necessidades, definindo-se critérios para prioridades e finalmente celeridade no atendimento das solicitações. Com isso ultrapassamos o proposto, empenhando R\$ 67.073.700,00. No entanto a disponibilizado de recurso financeiro foi R\$ 34.016.700,00, sendo aplicado R\$ 11.572.600,00 nas NEs de 2011, e R\$ 22.444.100,00 para RAP; ficando R\$ 55.501.100,00 em inscritos em restos a pagar.

Segue abaixo tabela demonstrativo do ano de 2011 por modalidade de Crédito, Código SIPRA do Assentamento, N° de Famílias e Ordem Bancária.

Modalidade	BA Projeto	N° Famílias	O.Bancária
APOIO INICIAL			
	BA0420000	16	51.200,00
	BA0870000	31	99.200,00
	BA0879000	16	51.200,00
	BA0836000	10	32.000,00
	BA0575000	4	12.800,00
	BA0592000	37	118.400,00
	BA0861000	18	57.600,00
	BA0571000	34	81.600,00
	BA0599000	47	150.400,00
	BA0582000	81	259.200,00
	BA0549000	62	198.400,00
	BA0906000	19	60.800,00
	BA0862000	12	40.000,00
	BA0862000	36	118.000,00
Total	14	423	1.330.800,00
APOIO INICIAL-COMP.			
	BA0561000	26	20.800,00
	BA0516000	18	57.600,00
	BA0571000	34	27.200,00
	BA0475000	8	11.200,00
	BA0497000	2	4.000,00
	BA0862000	3	5.200,00
Total	6	91	126.000,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO			
	BA0420000	2	14.000,00
	BA0420000	69	552.000,00

	BA0023000	7	105.000,00
	BA0368000	4	60.000,00
	BA0870000	31	465.000,00
	BA0056000	5	70.000,00
	BA0879000	16	240.000,00
	BA0253000	6	90.000,00
	BA0836000	10	150.000,00
	BA0075000	38	570.000,00
	BA0566000	31	465.000,00
	BA0665000	58	870.000,00
	BA0592000	37	555.000,00
	BA0861000	18	270.000,00
	BA0059000	8	56.000,00
	BA0599000	33	495.000,00
	BA0511000	2	11.000,00
	BA0361000	100	1.500.000,00
	BA0071000	100	1.500.000,00
	BA0582000	81	1.215.000,00
	BA0549000	56	837.000,00
	BA0590000	40	600.000,00
	BA0477000	3	45.000,00
	BA0484000	1	7.000,00
	BA0050000	11	77.000,00
	BA0862000	51	765.000,00
Total	26	818	11.584.000,00

AQUIÇÃO DE MATERIAL DE CONST.COMP.

	BA0420000	16	128.000,00
	BA0266000	2	16.000,00
	BA0557000	32	256.000,00
	BA0292000	64	640.000,00
	BA0292000	11	88.000,00
	BA0362000	50	392.000,00
	BA0075000	2	16.000,00
	BA0298000	95	760.000,00
	BA0358000	53	490.111,65
	BA0358000	30	236.888,35
	BA0516000	18	270.000,00
	BA0393000	112	1.120.000,00
	BA0059000	8	64.000,00
	BA0397000	65	520.000,00
	BA0488000	1	8.000,00
	BA0488000	77	616.000,00
	BA0570000	22	140.800,00
	BA0570000	22	35.200,00
	BA0571000	34	272.000,00
	BA0511000	32	289.000,00
	BA0475000	8	120.000,00
	BA0476000	89	451.000,00
	BA0549000	6	93.000,00
	BA0556000	13	192.000,00
	BA0050000	11	88.000,00
	BA0464000	51	408.000,00
	BA0532000	29	232.000,00
Total	27	953	7.942.000,00

FOMENTO

	BA0523000	71	227.200,00
	BA0449000	2	6.400,00
	BA0455000	6	20.800,00
	BA0455000	71	227.200,00
Total	4	150	481.600,00

FOMENTO-COMP.

	BA0475000	8	25.600,00
	BA0543000	31	24.800,00
Total	2	39	50.400,00

RECUPERAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

	BA0155000	34	272.000,00
	BA0121000	276	2.208.000,00
	BA0166000	20	100.000,00
	BA0114000	29	145.000,00
	BA0329000	26	130.000,00
	BA0129000	52	300.000,00
	BA0215000	100	500.000,00
	BA0167000	30	150.000,00
	BA0253000	59	257.000,00
	BA0303000	24	90.000,00
	BA0172000	20	135.000,00
	BA0070000	40	320.000,00
	BA0169000	38	310.000,00
	BA0169000	7	50.000,00
	BA0079000	50	200.000,00
	BA0098000	40	200.000,00
	BA0134000	50	60.000,00
	BA0143000	8	23.000,00
	BA0237000	55	275.000,00
	BA0150000	75	375.000,00
	BA0151000	30	215.000,00
	BA0065000	3	15.000,00
	BA0050000	43	344.000,00
Total	23	1.109	6.674.000,00

RECUP. AQUISIÇÃO DE MAT. DE CONST.COMP.

	BA0094000	36	108.000,00
	BA0155000	62	13.000,00
	BA0155000	5	25.000,00
	BA0166000	20	60.000,00
	BA0114000	29	87.000,00
	BA0329000	26	39.000,00
	BA0329000	26	39.000,00
	BA0167000	30	90.000,00
	BA0253000	59	215.000,00
	BA0303000	24	102.000,00
	BA0187000	28	35.000,00
	BA0075000	97	291.000,00
	BA0040000	17	26.000,00
	BA0269000	14	105.000,00
	BA0273000	25	75.000,00
	BA0120000	60	480.000,00
	BA0120000	40	120.000,00

	BA0342000	32	96.000,00
	BA0251000	34	102.000,00
	BA0251000	21	88.000,00
	BA0268000	11	38.000,00
	BA0268000	69	207.000,00
	BA0150000	75	225.000,00
	BA0125000	57	171.000,00
	BA0109000	122	150.000,00
	BA0109000	122	32.000,00
	BA0164000	125	375.000,00
	BA0164000	40	320.000,00
	BA0236000	185	555.000,00
	BA0093000	29	87.000,00
	BA0031000	33	4.000,00
Total	31	1.553	4.360.000,00

SEMIÁRIDO

	BA0211000	6	12.000,00
	BA0166000	20	40.000,00
	BA0879000	16	32.000,00
	BA0215000	91	136.500,00
	BA0040000	10	20.000,00
	BA0040000	7	14.000,00
	BA0359000	55	110.000,00
	BA0665000	58	116.000,00
	BA0861000	18	36.000,00
	BA0059000	56	84.000,00
	BA0134000	50	100.000,00
	BA0257000	96	147.000,00
	BA0314000	61	122.000,00
	BA0455000	16	31.200,00
	BA0455000	1	800,00
	BA0455000	70	33.000,00
	BA0455000	55	110.800,00
	BA0050000	54	108.000,00
Total	18	740	1.253.300,00

SEMIÁRIDO-COMP.

	BA0094000	3	5.000,00
	BA0517000	67	33.500,00
	BA0266000	15	7.500,00
	BA0056000	40	20.000,00
	BA0215000	91	45.500,00
	BA0075000	174	370.000,00
	BA0269000	35	17.500,00
	BA0331000	1	2.000,00
	BA0257000	96	45.000,00
	BA0475000	8	16.000,00
	BA0499000	41	20.500,00
	BA0189000	27	13.500,00
Total	12	598	596.000,00

APOIO MULHER

	BA0134000	24	72.000,00
Total	1	24	72.000,00

2.3.8.2. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
900.000,00	2.159.307,60	2.149.076,56	99,5	2.053.809,36	95,1	2.053.809,36	95,1

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
67.840,41	8.071,80	59.768,61	0,00

Fonte: SIAFI.

Essas despesas bancaram: serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular, alocada na Sede da Regional e nos Escritórios, deslocamentos de servidores do Gabinete para tratar de assuntos relacionados ao Desenvolvimento, despesas com viagens e locomoção dos servidores da Divisão de Desenvolvimento e publicação de editais para as licenças.

Todas as atividades da Divisão de Desenvolvimento exigem em vários momentos o deslocamento de seus servidores ao campo, visto que trabalhamos com Reforma Agrária. Esses deslocamentos muitas vezes são necessários, além dos Projetos de Assentamento, aos Núcleos Operacionais de ATES e Escritórios Sul e Oeste para prestar apoio, realizando assim sua missão de coordenar, executar e supervisionar a implementação e desenvolvimento dos projetos de assentamento, através das atividades relacionadas às subdivisões de infraestrutura, desenvolvimento de projetos, educação e cidadania.

Ao considerarmos o exíguo quadro de servidores, o qual conta com 44 profissionais concursados, (no relatório do ano passado foi citado o número total da SR e não o número da Divisão) frente a imensa demanda da SR(05), a qual atingiu 633 PAs com capacidade para 50.901 famílias no exercício de 2011, verificamos que os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa foram justificadamente aplicados, com resultados efetivos. Pois vejamos:

- R\$ 21.178.100,00 aplicados em créditos de instalação;
- Acompanhamento dos contratos firmados no final de 2010 no valor de R\$ 11.552.913,71 para recuperação de 558Km de estradas, elaboração 117 projetos de estradas e 12 Sistemas de abastecimento de água, beneficiando 3.956 famílias; Além disso foram assinados contratos no valor de R\$ 12.762.156,04 entre sistemas de abastecimento de água e recuperação de estradas conforme quadro resumo apresentado na descrição da Ação 8396, que também geraram a necessidade de ir a campo fiscalizar estas demandas, apresentadas pelos assentados e representantes de Movimentos Sociais.
 - 34.344 famílias atendidas pelo Programa de ATES;
 - 4.709 lotes visitados nos trabalhos de supervisão da situação ocupacional das áreas de reforma agrária;
 - 1.512 Declarações de Aptidão fornecidas para acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Aquisição Alimentos – PAA;
 - R\$ 417.518,71 empenhados, 2.068 famílias beneficiadas e 2.949 famílias ainda em execução no programa Terra Sol, ação que visa gerar renda nas áreas de reforma agrária;
 - 370 assentados atendidos pelo Programa de Educação em Áreas de Reforma Agrária- PRONERA.

Os principais entraves enfrentados para uma execução mais econômica dos recursos podem ser destacados como:

1. A grande dimensão do Estado da Bahia e sua precária infraestrutura, principalmente estradas, o que dificulta e encarece os deslocamentos;
2. Número reduzido de servidores frente à demanda, gerando sobrecarga de atribuições e tarefas, reduzindo eficiência;
- 3 Dificuldade de se estabelecer um planejamento a médio e longo prazo e de cumprimento deste, frente à dinâmica das áreas de reforma agrária e às constantes mudanças orçamentárias e normativas;
4. Banco de dados e sistemas de informações desatualizados e inoperantes;
5. Falta de atualização dos servidores (capacitação) para uma maior eficácia na aplicação dos recursos.

Visando atenuar estes problemas, foram estabelecidas e fortalecidas as parcerias visando a assistência técnica e o acompanhamento e orientação às famílias assentadas na construção e melhoria de moradias nos Projetos de Assentamento, possibilitando ampliar a capacidade operacional da Divisão.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, a ação de Titulação foi a que apresentou a maior defasagem entre a meta estabelecida e o cumprimento desta. Isto se deu pela priorização das ações de vistoria de situação ocupacional, visando corrigir um problema crônico e que impede a titulação dos lotes: as ocupações irregulares em áreas de assentamento.

O aumento nas despesas com diárias, no exercício de 2010 em relação ao exercício de 2009, deve-se principalmente a correção do valor da mesma passando de R\$ 85,92 para R\$ 177,00 a partir da segunda quinzena de 2009.

Detalhamento dos Elementos de Despesas da Ação 2272

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	797.631,30	797.631,30	797.631,30
MATERIAL DE CONSUMO	141.490,45	141.490,45	139.490,45
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	374.678,20	374.678,20	374.678,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	70.500,00	70.500,00	70.500,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	87.815,21	87.815,21	86.415,13
INDENIZACOES E RESTITUICOES	425,75	425,75	425,75
TOTAL	1.472.540,91	1.472.540,91	1.469.140,83

Fonte: SIAFI

2.3.2 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Aroldo Souza Andrade

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos. (alteração no PPA 2011)

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	3	imóvel	16.554	19.146	0	19.146	115,6	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
148.986,00	110.891,54	110.518,94	99,7	51.960,40	46,9	51.960,40	46,9

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

O principal entrave na execução desta ação está na falta de servidores com qualificação profissional para desempenhar e dar funcionalidade à organização do cadastro rural. Esta ação desempenha papel central no gerenciamento da estrutura fundiária através do acompanhamento de certificações de imóveis; fiscalização, controle e orientação dos cartórios no cumprimento da lei que regula o registro imobiliário de aquisição de terras por estrangeiros; controle do limite mínimo de parcelamento de imóveis rurais, identificando imóveis rurais com baixos índices de produtividade que possam ser destinados nas ações de reforma agrária; bem como o acompanhamento de imóveis flagrados com trabalhos escravos; além de promover a seleção e vistorias de imóveis rurais com área superior a 5.000,00 hectares com processo de fiscalização, objetivando verificar o cumprimento da função social.

Foi prevista uma meta de 16.554 imóveis gerenciados nas ações a serem realizadas pela UJ, entretanto, fora executada 19.146, o equivalente a 115,6%, com um percentual a maior de 15,6% no período. Isso se deve às ações realizadas em parceria com as Prefeituras Municipais, através de termo de cooperação técnica, criando 72 unidades municipais de cadastros rurais em outubro de 2011. Foram qualificamos 72 profissionais destas prefeituras que serão responsáveis por atender todos os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais, maior demanda deste serviço.

Na PO2011 foi previsto um orçamento de R\$ 148.986,00, entretanto foram empenhados R\$ 110.891,54, com liquidação de R\$ 51.960,40. Embora tenhamos superada a meta 15,6% do previsto, os recursos empenhados não foram totalmente utilizados devido a impossibilidade de executar as atividades com gerenciamento, fiscalização e capacitação de pessoal da UMC, por força da Norma de Execução 97/2011 de 15 de junho de 2011.

Várias atividades importantes estão com seu serviço comprometido por falta de pessoal qualificado para exercer tais atividades, tais como: a fiscalização, análise de processo de aquisição por estrangeiros e descaracterização de imóveis rurais. Entretanto, as que mais apresentaram problemas foram as ações de análise cadastrais, em função da baixa de senha de todas as Unidades Municipais de Cadastro pela determinação da Norma de Execução 97/2011 de 15 de junho de 2011.

Ações de caráter prioritário devem ser enquadradas no fortalecimento de algumas atividades, tais como:

- Implantação de rotina para execução de vistoria “in loco” de imóveis rurais com processo de fiscalização para verificar a função social da propriedade;

- b. Aumento da capacidade operacional de análise cadastral com a criação de novas unidades mediante termo de cooperação técnica com as Prefeituras Municipais;
- c. Remoção e capacitação de pessoal para o setor de cadastro rural.

2.3.2.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.4426	A	3	ha	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	-	0	-	0	-

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
900.000,00	0	0	900.000,00

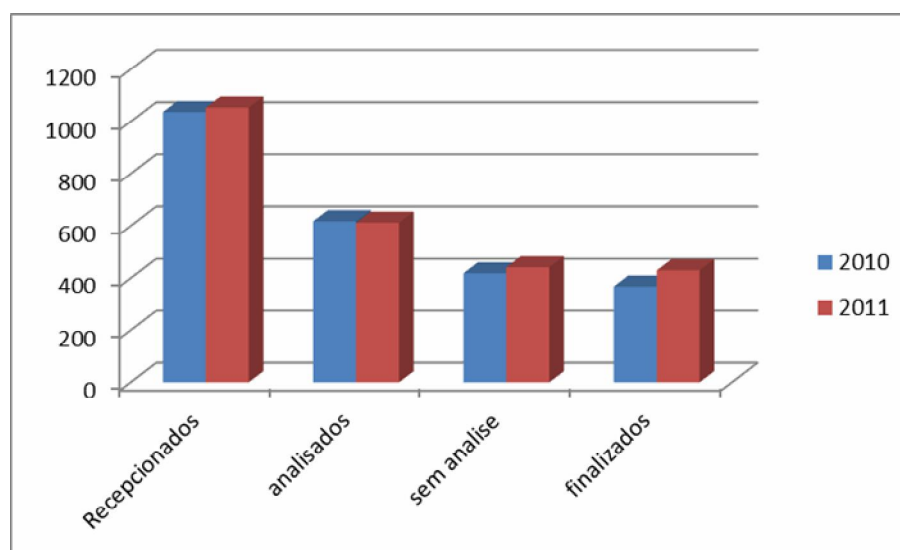
Fonte: SIAFI.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05 não executa diretamente ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, executando-o de forma indireta através da Certificação de Imóveis Rurais Particulares, solicitada por seus respectivos proprietários, através dos quais apresentam detalhadamente os limites do imóvel, seu uso e aptidões e que uma vez aprovados pelo INCRA tem seus dados incorporados ao SNCR. A atuação do Comitê Regional de Certificação tem contribuído com esta ação, tanto na formação de ambiente técnico de discussão com instituições e profissionais que atuam nesta atividade no Estado da Bahia, quanto na efetiva análise e certificação destes trabalhos.

Em 2011, através do Serviço de Cartografia, foram recepcionados e fiscalizados serviços de medição e demarcação de lotes em 16 Projetos de Assentamento, atingindo um montante de aproximadamente 1.654 parcelas, além de uma grande quantidade de áreas de Reserva Legal, APP(s), estradas projetadas, áreas comunitárias e coletivas. Estes serviços foram oriundos de contratação indireta e resultaram no georreferenciamento de aproximadamente 43.575,8810 hectares. A redução dos números referente ao parcelamento dos projetos de assentamento realizado em 2010 se deu basicamente pela finalização de parte dos contratos firmados para realização dos serviços.

O número de processos com requerimentos de certificação do georreferenciamento de imóveis rurais se manteve estável em relação a 2010, mantendo também uma estabilidade do número absoluto de processo efetivamente analisados em 2011, no entanto, apesar da redução de custos por conta do corte de parte do orçamento da instituição, as ações internas para otimização das análises processuais permitiram um aumento do número de processos finalizados em torno de 14,42% com relação a 2010.

Gráfico 01 – Análise dos Processos de Certificação de Imóveis Rurais.



Ano	Recepcionados	Analisados	Sem análise	Finalizados
2010	1037	618	419	368
2011	1054	612	442	430

A exemplo de anos anteriores, a contínua participação de técnicos desta Divisão da Estrutura Fundiária em seminários, oficinas e em articulações institucionais continua promovendo a sensibilização e a divulgação das atividades do INCRA a partir das informações disponíveis nesta superintendência, tal como as Bases de Dados Georreferenciados de Imóveis Rurais e Projetos de Assentamento.

Desta forma, a manutenção da realização de reuniões técnicas relacionadas principalmente à Certificação de imóveis rurais continua favorecendo o melhor conhecimento por parte dos demandantes, da metodologia de análise dos processos de certificação e consequentemente melhorando a qualidade dos trabalhos que estão sendo submetidos, tornando mais céleres as análises destes processos.

2.3.2.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2110	A	3	ha	1.463	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
320.000,00	900.000,00	900.000,00	100	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Como o Incra não possui estrutura própria para a execução desta ação, foi firmado o convênio nº 724108/2009, entre o INCRA e o Governo do Estado da Bahia, através da SEAGRI-CDR, com os seguintes objetos:

1. Cadastro georreferenciado de 343.911,00 há;
2. Regularização Fundiária de 12.900 imóveis rurais, situados em sete municípios no Território Semiárido Nordeste II do Estado da Bahia;

Já foi liberada pelo Incra uma primeira parcela no valor de R\$ 1.000.000,00(um milhão de reais) e, até presente momento, a conveniada não apresentou nenhum registro no portal do convênio referente à execução do objeto pactuado.

Foi solicitada através do Ofício INCRA/SR-05/GAB/Nº325, de 10/10/2011, à Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, a prestação de contas e registro das informações no SICONV sobre o andamento das ações do convênio, assim como informações sobre o cumprimento ao despacho no Decreto nº. 7.511, de 30 de junho de 2011 e portaria SHN nº673, de 30 de setembro de 2011.

Em resposta, a conveniada envia o Ofício nº 584/2011/Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, de 30/10/2011, informando que houve uma postergação do andamento do citado processo em virtude de:

1. Atraso no entendimento com o INCRA a respeito da normatização técnica exigida para a abertura do processo licitatório de contratação das empresas de georreferenciamento;
2. Modificações na estrutura da Procuradoria Geral do Estado (PGE)
3. Criação de uma comissão conjunta PGE/CDA, com o objetivo de preparar a instrução normativa, visando os procedimentos a serem adotados no tocante à regularização fundiária de imóveis rurais.

Ressalta-se que a publicação do Aviso de licitação foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 07/12/2011.

2.3.2.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.8380	A	3	ha	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Esta ação não é desenvolvida por esta Superintendência.

2.3.2.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterada em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.8378	A	3	ha	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Esta ação não é desenvolvida por esta Superintendência.

2.3.2.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	321.906,10	321.691,04	99,9	268.779,04	83,5	268.779,04	83,5

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
96.750,33	12.027,32	84.152,12	570,89

Fonte: SIAFI.

O objetivo desta ação é dar o suporte necessário para a concessão das metas institucionais das demais que compõem este programa, custeando, por exemplo, o acompanhamento e o monitoramento das ações finalistas do programa, publicações, além da fiscalização dos serviços executados.

Conforme o previsto no caderno de metas, os recursos desta ação custearam também diárias e passagens para o Gabinete desta Superintendência, além de servidores de outras Superintendências com o objetivo de atender o grande passivo de análise de Cadastros Rurais e as comissões de processo administrativo disciplinar, de acordo com o quadro resumo de despesas discriminados abaixo.

Quadro: Gestão e Administração do Programa

Natureza da Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Restos a Pagar
339014 - Diárias	57.299,76	57.299,76	57.299,76	
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	129.392,08	129.392,08	129.392,08	
339039 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00			5.000,00
339139 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Op. Intra-Orçamentário	130.000,00	82.087,20	82.087,20	47.912,80
Total	321.691,84	268.779,04	268.779,04	52.912,80

Fonte: SIAFI

2.3.3 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marivone de oliveira Santana

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado	78	51	0	51	65,0	27

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
33.618,00	88.131,27	86.242,70	97,1	86.242,70	97,1	86.242,70	97,1

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
940,50	0,50	940,00	0

Fonte: SIAFI.

Considerando a limitação de recursos descentralizados para esse tipo de ação no exercício 2011, dificuldade esta já prevista pela Diretoria de Administração desta Autarquia, houve a

preocupação no atendimento das demandas de capacitação coletivas, em detrimento das demandas individuais e pontuais. Como pode ser observado, foi possível atender a capacitação de 51 servidores, o que representa cerca de 65% do total planejado para o exercício, marca significativa diante da escassez de recursos ora mencionada. As ações de capacitação deram-se em várias áreas, como: Oficinas sobre Assessoramento Técnico, Participação dos Peritos Federais Agrários em Congresso Nacional, Curso de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares, Curso sobre Convênios e Contratos, Curso de Elaboração de Mapas Temáticos (Quantum-Gis), Cursos sobre Patrimônio e Almoxarifado, além de participações em encontros e simpósios nacionais. O que se pode ressaltar da execução das ações de capacitação para 2011 é a existência da figura dos Instrutores Internos, ou seja, os próprios servidores ministrando cursos, o que viabiliza bastante sua realização em virtude das dificuldades orçamentárias e financeiras na área de qualificação e requalificação dos servidores.

2.3.4 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marcos Antônio Silva Nery

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1120.2109	A	3	famílias	0	54.719	0	54.719	-	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	523.630,98	523.577,88	100	411.902,98	78,7	411.902,98	78,7

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
126.329,16	80,36	126.248,80	0

Fonte: SIAFI.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, assegura o acesso à alimentação nutricional da população. É dever do Governo Federal distribuir alimentos para as famílias que não têm condições financeiras de adquirir os alimentos ou vivem em localidades (inclusive às margens de rodovias) onde a disponibilidade da alimentação saudável é precária. Outros vivem em territórios diminutos, com pouco espaço para produzir em quantidade adequada para o consumo.

É um programa que permite ações rápidas e pontuais em situações específicas – temporárias ou permanentes – de falta de alimento ou dificuldade de acesso.

A ação de distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e executada em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, nominada “Programa Fome Zero”, com a participação de outros parceiros, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional de grupos específicos, entre eles as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras.

Os alimentos são comprados por meio de parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O MDS repassa recurso financeiro para a CONAB, que realiza a compra e a armazenagem.

Grande parte dos alimentos que compõem as cestas distribuídas vem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da produção da agricultura familiar para a distribuição ou formação de estoques para os programas, órgãos e entidades do país.

A indicação dos beneficiários (acampados, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, marisqueiras e caranguejeiras) é definida pelos órgãos parceiros da ação: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC-MIN).

Na Bahia são distribuídas cestas para 51.455 (cinquenta e uma mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) famílias. A CONAB libera em fases. Em cada fase, são entregues duas etapas de cestas, com o peso por cesta de 23 (vinte e três) quilos. As famílias beneficiadas acampadas estão distribuídas nas regiões abaixo discriminadas:

- Baixo Sul – 2.786 famílias Chapada – 10.473 famílias Extremo Sul 5.567 famílias
- Irecê – 551 famílias
- Litoral Norte 553 famílias
- Nordeste – 5.334 famílias Norte – 3.977 famílias
- Oeste – 6.942 famílias Recôncavo 8.124 famílias Sudoeste – 2.237 famílias Sul – 4.911 famílias

Data de Disponibilização pela CONAB	Etapas	Quant. de famílias beneficiadas	Quant. de Cestas entregues em 2011	Quant. em toneladas	Período de Entrega
Fevereiro/2011	3ª e 4ª de 2010	51.445	102.910	2.367	Fevereiro à Abril/2011
Julho/2011	5ª de 2010 - APENAS no Pólo de Entre Rios	7.291	7.291	168	Julho e Agosto/2011
Outubro/2011	1ª e 2ª de 2011	51.445	102.910	2.367	Outubro à Dezembro/2011
T O T A I S			213.111	4.902	

Os gêneros alimentícios, disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, fruto de safra de grãos, ficam estocados em 05 (cinco) pólos de distribuição localizados nos Municípios de: Santa Maria da Vitória; Irecê; Itaberaba; Entre Rios e Ribeira do Pombal. Vale ressaltar que para execução desta atividade são designados 07 servidores do INCRA para a execução dos trabalhos nas unidades armazenadoras da CONAB visando o acompanhamento do carregamento e embarque das cargas para os destinos.

A Bahia é o quinto maior estado do país em dimensão territorial e que abriga grande número de famílias que dependem desta política de governo. E, para atendimento faz-se necessário gastos com a locação de caminhão baú para transportar as cestas básicas dos pólos de atendimento até os acampamentos. Demandando ainda despesas com diárias, passagens e transportes de servidores que acompanham a entrega das cestas.

O Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, Órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, administra o Programa “Paz no Campo” que tem como finalidade mediar os conflitos rurais, contribuindo para a diminuição da violência no campo, de forma simples e sem burocracia, promovendo a prevenção e a resolução dos conflitos agrários, devendo proporcionar condições para que o trabalhador rural seja dotado de instrumentos capazes e propiciar a defesa de seus direitos, principalmente os direitos humanos, sociais e fundamentais, o que muitas vezes demanda despesas com locação de veículos,

refeições, passagens para os deslocamentos dos trabalhadores rurais sem terras envolvidos.

Ademais, há uma parceria com o Governo do Estado da Bahia que nomeou Equipe Agrária para atuar no território baiano cujas operações demandam participação e apoio, sendo essas despesas (locação de carros, passagens e diárias) custeadas por esta Superintendência.

Os casos excepcionais e emergenciais, ou seja, aqueles não contemplados pela programação de suplementação alimentar subsidiada pelo MDS, a exemplo de despejos de trabalhadores rurais acampados em imóveis objetos de processos expropriatórios (uma das causas de violência no campo), quando se faz necessário a interferência da Ouvidoria Agrária Nacional, CONSOP, Casa Militar, CDA, INCRA, Delegacia Agrária na mediação desses conflitos, e que por vezes, a OAN descentraliza recursos financeiros para atendimento a esses grupos populacionais específicos de trabalhadores rurais sem-terras, que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e que aguardam providências do poder público para acesso ao programa de reforma agrária do governo federal, que sequer tem condições de produzir o básico para as suas sobrevivências, solicitando as Superintendências aquisição de gêneros alimentícios para compor Cestas Básicas para atender suas necessidades básicas de subsistência, o que resultou na necessidade de aquisição de cestas básicas para atender a 795 famílias. Além de aquisição de lonas plásticas para as famílias acampadas, crianças e idosos inclusive, que foram despejadas do local e necessitaram no mínimo de conforto para se abrigarem do sol, chuva e vento.

2.3.5 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Aroldo Souza Andrade

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.1642	P	3	ha	618	14.025,34	0	14.025,34	2.269,4	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
206.028,00	285.415,84	285.114,03	99,9	276.332,23	96,8	276.332,23	96,8

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
100.000,00	100.000,00	0	0

Fonte: SIAFI.

A política Quilombola sempre foi marcada por diversos desafios. O principal deles é o de fazer valer o dispositivo constitucional que garante aos remanescentes de quilombos a propriedade e o usufruto das riquezas do solo, do subsolo e das terras nas quais exercem uma ocupação há sucessivas gerações, através da titulação definitiva de suas terras. O INCRA em cumprimento dessa função institucional tem concentrado esforços no sentido de exercer de forma satisfatória a responsabilidade de executar essa política de regularização quilombola em que pesem as questões estruturais, orçamentárias e de pessoal.

Entretanto, o que se observa na medida em que avançamos é uma crescente demanda de processos sem que se contemple, na mesma proporção, o aporte técnico, orçamentário e financeiro desejado.

Conforme se observa, superamos em 2.269,4 % a meta estabelecida para o ano que era o reconhecimento de 618 hectares de terras quilombolas. Na UJ, em 2011, foram reconhecidos 14.025,34 hectares de terras quilombolas, sendo 9.041,7139 hectares da Comunidade Quilombola de Mangal/Barro Vermelho; 2.643,0730 hectares da Comunidade Quilombola de Mata do Sapé; e 2.340,5536 hectares da Comunidade Quilombola de Agreste. Contudo, consideramos que a meta estabelecida para o exercício foi subestimada, o que explica essa discrepância com o resultado alcançado.

Em síntese, durante o ano de 2011 foram executadas as seguintes atividades no âmbito da UJ:

1. Abertura de 17 (dezessete) processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas:

Nº	Processo	Comunidade (s)	Município
1	54160.000297/2011-61	Ronco	Camamu
2	54160.000302/2011-35	Dendê	Maragogipe
3	54160.000300/2011-46	Volta Miúda	Caravelas
4	54160.000301/2011-91	Baixa da Linha	Cruz das Almas
5	54160.000298/2011-13	Barrinha	Bom Jesus da Lapa
6	54160.000296/2011-16	Cândido Mariano	Nova Viçosa
7	54160.000299/2011-50	Mocambo do rio azul	Rio Real

8	54160.000792/2011-70	Casinhas	Jeremoabo
9	54160.000793/2011-14	Alto do Tororó	Salvador
10	54160.001801/2011-40	Sapé	Caetité
11	54160.002357/2011-80	Bete II	São Gonçalo dos Campos
12	54160.002845/2011-97	Lagos do Zeca	Canarana
13	54160.002844/2011-42	Vila Juazeiro	Ibirapuã
14	54160.002843/2011-06	Palmeira da Água boa	São Sebastião do Passé
15	54160.003162/2011-57	Rio dos Macacos	Simões Filho
16	54160.003304/2011-86	Porto do Campo	Camamu
17	54160.003747/2011-77	Caõnge, Calembá, Dendê, Eng, da ponte e Eng. da Praia	Cachoeira

2. Publicação de 02 (dois) Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação RTID's de Territórios Quilombolas:

Nº	Comunidade	Município
1	Lagoa de Piranhas	Bom Jesus da Lapa
2	Capão das Gamelas	Seabra

3. Publicação de 03 (três) Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas;

Nº	Comunidade	Município
1	Mangal/Barro Vermelho	Sítio do Mato
2	Agreste	Seabra
3	Mata do Sape	Macaúbas

4. Trabalhos de campo para a elaboração de 06 (seis) Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação RTID's:

Nº	Comunidade (s)	Município
1	Ilha de Maré	Salvador
2	Pitanga de Palmares	Simões Filho
3	Rio dos Macacos	Simões Filho
4	Barra do Parateca	Carinhonha
5	Giral Grande, Tabatinga, Guarucu, Baixão do Guai e Porto da Pedra	Maragogipe
6	Duas Lagoas	Riacho de Santana

5. Rotinas administrativas: instrução processual, resposta a diversos ofícios, reuniões nas comunidades quilombolas para esclarecimento sobre os procedimentos da regularização, notificações a ocupantes e confrontantes dos territórios quilombolas, resposta às contestações aos RTID's, reuniões com movimentos sociais, entidades públicas e privadas para tratar dos processos de regularização quilombola, etc.

O principal problema encontrado para a execução das ações foi a não existência de servidor efetivo com formação em antropologia nos quadros da UJ, o que impossibilitou a realização de forma direta dos estudos necessários (relatórios antropológicos) para a produção de novos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). Entretanto, no exercício de 2011, obtivemos um importante avanço com a realização de um Pregão Eletrônico Nacional para a contratação de empresas para a elaboração de relatórios antropológicos, importante peça técnica para os processos de regularização fundiária quilombola. Neste certame, a UJ foi contemplada com 21 relatórios licitados, que terão a sua execução no ano de 2012.

Conforme colocado acima, consideramos que a meta estabelecida para o exercício foi subestimada, o que explica a discrepância com o resultado alcançado. Portanto, a superação da meta não foi resultante de nenhuma ação específica empreendida pela UJ.

2.3.5.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.0859	P	3	ha	16.480	14.581,3	0	0	14.581,3	1.898,7

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.472.000,00	7.449.563,02	7.449.563,02	100	7.353.107,60	98,7	7.353.107,60	98,7

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

A ação de Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos tem por objetivo viabilizar o processo de desintrusão de não-quilombolas dos territórios decretados, através da desapropriação por interesse social dos imóveis rurais inseridos nos territórios quilombolas reconhecidos pelo INCRA

Realizamos no exercício de 2011 um grande esforço para viabilizar o estudo dominial, as vistorias, a avaliação e a indenização dos imóveis inseridos nos 03 (três) territórios quilombolas decretados de interesse social pelo Presidente da República em novembro de 2009. Após o que, ajuizamos na Justiça Federal, 11 (onze) processos de desapropriação de imóveis inseridos em territórios quilombolas na UJ e estamos aguardando decisão judicial para a imissão do INCRA na posse desses imóveis, para posterior titulação coletiva em nome das comunidades quilombolas interessadas:

Nº	Território Quilombola Reconhecido	Proprietário (a)	Área avaliada (ha)	Valor da indenização
01	Jatobá	Adroelza Limoeiro	13.788 ha	R\$ 7.198.002,97
02	Nova Batalhinha	Manuel Luiz de Souza	18,6971 ha	R\$ 2.866,45
03	Nova Batalhinha	Afonso Pereira Bispo	38,8082 ha	R\$ 5.949,69
04	Nova Batalhinha	Manuel Rodrigues Silva	55,5194 ha	R\$ 8.511,68
05	Nova Batalhinha	Ernesto Francisco de Araújo	41,6864 há	R\$ 6.390,94
06	Nova Batalhinha	Celcina Alves Rodrigues	23,3829 ha	R\$ 3.584,83
07	Nova Batalhinha	Ulisses Rodriguesda Silva	26,9033 ha	R\$ 4.124,54
08	Nova Batalhinha	Aurelino Ramos de Almeida	23,9880 ha	R\$ 3.587,15
09	Nova Batalhinha	Ana Célia Coutinho Rocha	373,9365 ha	R\$ 79.854,88
10	Nova Batalhinha	Luis Eduardo Furiati Lopes	170,9059 ha	R\$ 37.245,97
11	Nova Batalhinha	Durvalino Pereira de Almeida	19,4932 ha	R\$ 2.988,50

Conforme se observa, executamos quase a totalidade dos recursos disponibilizados (98,7%), indenizando 14.581,32 ha para titulação de territórios quilombolas, o que representou 88,47 % da meta estabelecida.

O principal problema encontrado para a execução da ação foi a demora para a conclusão das vistorias e avaliação dos imóveis, em função da baixa capacidade operacional da UJ, frente a essa nova demanda de obtenção de imóveis rurais trazida pela política quilombola para o INCRA.

2.3.6 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Valério Freitas Dorneles

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.4474	A	3	trabalha dor	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Esta ação não é desenvolvida por esta Superintendência.

2.3.6.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.363.1350.6952	A	3	profissional	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	130.000,00	130.000,00	100	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Esta ação não é desenvolvida por esta Superintendência.

2.3.6.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.363.1350.8370	A	3	profissional	80	290	370	660	825	0

Fonte: SIAFI.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
460.800,00	991.605,21	991.605,21	100	791.801,40	79,85	791.801,40	79,85

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
450.400,00	220.000,00	0,00	230.400,00

Fonte: SIAFI.

O exercício de 2011 iniciou-se para o PRONERA, com a promessa de ser um ano profícuo em realizações concernentes ao atendimento das demandas por Educação do Campo do público assentado de reforma agrária.

Tal indicativo justificava-se tanto pela assinatura do decreto presidencial 7.352/2010 – ocorrida em 05/11/2010 – que dispõe sobre a Educação do Campo e o PRONERA, como também pela revogação, em 14/12/2010, do acórdão 2.653/2008 do TCU que durante dois anos impediu a plena execução das atividades do programa, pois proibia a pactuação de novos convênios para o atendimento das demandas existentes.

No início de 2011 já se encontravam em execução três convênios, a saber:

1) CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM (CRT 00002/2008): convênio pactuado entre INCRA, FADCT e UESB, objetivando fornecer formação de nível médio profissionalizante para 150 jovens e adultos assentados de reforma agrária.

Devido à ocorrência de alguns erros cometidos pela equipe da UESB durante a elaboração do projeto do curso, este teve suas atividades paralisadas em janeiro de 2011. Os recursos do convênio foram totalmente esgotados, em decorrência do seu subdimensionamento no projeto original.

Face tal situação a convenente solicitou ao INCRA aditamento financeiro para o projeto, entretanto este pleito foi negado após a análise da procuradoria jurídica. Todavia, por existir parecer técnico da asseguradora do programa favorável ao atendimento do pedido de suplementação, recomendou a procuradora que os autos fossem remetidos à CGJ (INCRA-SEDE) para que fosse feita uma nova análise do pleito encaminhado pela convenente; providência esta que foi imediatamente tomada.

Entretanto, devido a dificuldades encontradas pela convenente em atender as diligências referentes à justificativa do pleito, propostas pela Coordenação de Educação do Campo (DDE), tornou-se necessário aditar o prazo do convênio, tendo em vista que este estaria vigente até 31/12/2011 e que as diligências solicitadas pela DDE em fevereiro de 2011, só foram atendidas e encaminhadas pela convenente em 30/11/2011. Tais circunstâncias tornaram impossível encaminhar o processo à CGJ, sem correr o risco de findar-se a vigência do instrumento antes de concluída a análise jurídica. Daí sugeriu-se à convenente que solicitasse o aditivo de prazo, o qual foi solicitado e concedido após devidamente analisado pelas áreas técnica e jurídica da superintendência.

Assim, após aditada a vigência do convênio em 180 dias, será dado prosseguimento ao encaminhamento dos autos à CGJ, para que seja então avaliada a possibilidade de suplementação financeira, visando a conclusão das atividades do convênio.

2) CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM LETRAS (CRT 00010/2005): convênio pactuado entre INCRA, FUNDESF e UNEB para fornecer formação de nível superior em Letras Vernáculas a 120 educandos.

O instrumento atendeu, no exercício, o pleito de aditamento de prazo em 180 dias e o pleito por suplementação financeira no valor de R\$ 200.250,00 (repassado em julho 2011), baseando-se tal solicitação na NE 73/2008 que reajustou o valor aluno/ano praticado pelo PRONERA. A vigência foi até 29/12/2011.

Foi realizada fiscalização ao convênio nos meses de setembro e outubro de 2011, verificando-se, na oportunidade, o cumprimento de 87,5% das metas físicas pactuadas.

OBS: Considerando que em 29/02/2012 expirou o prazo para prestação de contas final do convênio, foi enviado expediente à conveniente. Em resposta o técnico responsável contactou a asseguradora do programa e informou que até o dia 13 de março de 2012 será enviada a prestação de contas final do instrumento.

3) CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM AGRONOMIA (CRT 00007/2006): convênio pactuado entre INCRA, FASEC e UNEB para formação de nível superior em agronomia para 100 educandos. A finalização da vigência do certame está prevista para 29/11/2012.

A fiscalização ao convênio foi executada em junho de 2011, verificando-se que cerca de 60% das metas físicas pactuadas já haviam sido cumpridas.

Durante o exercício foram feitos dois repasses financeiros à conveniente, o primeiro ocorreu em julho de 2011, no valor de R\$ 230.400,00, salientando-se que esse pagamento correspondeu a uma parcela em atraso que deveria ter sido paga no exercício anterior.

O atraso no mencionado pagamento provocou a temporária suspensão das atividades do curso, retomadas em julho de 2011 após o recebimento da supracitada parcela.

O segundo repasse ao instrumento ocorreu em dezembro de 2011, também no valor de R\$ 230.400,00.

CONVÊNIOS NOVOS PACTUADOS EM 2011:

No decorrer do exercício de 2011 foi feita uma grande articulação da Coordenação Nacional de Educação do Campo junto a essa Superintendência e a os parceiros do PRONERA no estado da Bahia. Várias reuniões foram realizadas com o propósito de subsidiar tanto a equipe técnica da SR-05, quanto os parceiros, na adequação aos novos procedimentos necessários para a formalização dos convênios do programa.

Tal mobilização fez-se necessária, não apenas pela necessidade de adequar os projetos enviados anteriormente à superintendência ao novo manual do PRONERA, publicado em 31/05/2011, mas principalmente para que a formalização e execução dos novos convênios passasse a ser feita através do SICONV.

Essa nova condição de trabalho impôs às convenientes a necessidade de se adaptar ao sistema, criando estratégias e buscando condições técnicas para operacionalizar os novos convênios dentro do portal.

Assim, fruto de um esforço conjunto da Coordenação Nacional de Educação do Campo, coordenação do PRONERA na SR-05 e demais áreas e instituições de ensino parceiras, foi possível finalizar o ano de 2011 com a formalização de quatro novos convênios:

- Curso Técnico em Meio Ambiente (150 vagas), convênio firmado entre INCRA e UESB.
- Curso Técnico em Cooperativismo (50 vagas), convênio firmado entre INCRA e UESB.
- Curso Técnico em Administração (50 vagas), convênio firmado entre INCRA e UESB.
- Curso Superior de Bacharelado em Direito (40 vagas), convênio pactuado entre INCRA e UEFS.

Todos esses convênios foram formalizados em dezembro de 2011 e receberam os repasses das primeiras parcelas de cada um deles em 30/12/2011.

Segue quadro com os dados dos novos convênios:

PROJETO	Nº DO PROCESSO	SIAFI	VALOR 1º PARCELA
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	54160.003826/2011-88	762313/2011	14.823,60
TÉCNICO EM COOPERATIVISMO	54160.003824/2011-99	762314/2011	14.823,60
TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	54160.003825/2011-33	762315/2011	45.037,20
BACHARELADO EM DIREITO	54160.003835/2011-79	763232/2011	55.867,00

Conclui-se que o exercício de 2011, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, em que pese ser coordenado e executado por uma única servidora, foi produtivo para o PRONERA na Bahia.

Entretanto, cabe salientar que questões como descentralização orçamentária e financeira são ainda pontos de fragilidade do programa. De suma importância é, também, o incremento da equipe técnica na Bahia, visto que se houver qualquer impedimento da servidora ou até mesmo período de férias não há quem a substitua.

2.3.6.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	19.274,90	16.103,10	83,54	16.103,10	83,54	16.103,10	83,54

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

O GAP deste programa teve movimentação orçamentária bastante pequena, sendo destinado ao acompanhamento e fiscalização dos Convênios existentes, custeando basicamente pagamento de diárias e combustível, dentre pequenas outras aplicações correlatas.

2.3.7 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Valério Freitas Dorneles

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	família	27.640	0	35.493	35.493	128,4	0

Fonte: SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
18.686.655,00	26.830.554,92	26.830.554,92	100	6.130.554,92	22,85	6.130.554,92	22,85

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
5.140.990,00	141.040,00	552.833,00	4.447.117,00

Fonte: SIAFI.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, ATES, criado em 2004 pelo INCRA/MDA, por meio da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº 39/2004, tem o objetivo de trabalhar novas perspectivas para o desenvolvimento da agricultura familiar, potencializando ações já desenvolvidas e abrindo novas potencialidades em busca de qualidade de vida e emancipação socioeconômica em assentamentos rurais, através de sistema integrado de gestão onde se busca trabalhar as questões econômicas, sociais, tecnológicas, sociais, político-institucionais e ambientais conjuntamente.

Executado na Bahia desde 2004, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, ATES, é coordenado e gerido pelo INCRA, por intermédio da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), em nível nacional, e pelas Superintendências Regionais (SRs), em suas áreas de atuação, em estrita observância às diretrizes da PNATER.

No programa de ATES foram definidas instâncias de gestão participativa em nível nacional e estadual, cujos objetivos são viabilizar a construção de canais institucionalizados de comunicação entre o público beneficiário e o INCRA, promovendo a participação e o debate entre as diversas instituições atuantes na área da assistência técnica no âmbito da reforma agrária, com vistas a conferir maior transparência no processo de planejamento, implementação e avaliação das atividades de ATES. Contudo, verificou-se um relativo esvaziamento do Fórum Estadual de ATES na medida em que demandas foram acolhidas e encaminhadas por outros meios.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, SR-05, assim como outras superintendências regionais, a partir de 2004 adotou na prestação dos serviços de ATES, a modalidade convênio. Neste sentido, a SR-05 e o Governo do Estado da Bahia firmaram uma ampla parceria, em julho de 2008, objetivando o desenvolvimento dos assentamentos, quando àquela data foi assinado entre as partes o convênio CRT-BA0001/2008, processo Nº 54160.002908/2008-18, tendo a Secretária de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEAGRI, como conveniente e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, EBDA, como executora dos serviços de ATES. O objeto do referido convênio é a prestação de serviços de ATES a 35.000 famílias assentadas, representando 86,5% do universo de famílias assentadas no estado, o que coloca a Bahia como um dos melhores estados em termos de percentual de atendimento do

programa, bem como de técnicos e do montante de recursos executados. O referido convênio, ao final do exercício de 2011 teve aditivo de prazo, posto que o início efetivo da prestação dos serviços se deu cerca de um ano após a assinatura do mesmo. Dessa forma, ficou estabelecido o mês de junho de 2013 para o término do ajuste. Em síntese, cabe pontuar que as atividades realizadas até o exercício de 2010 corroboram com os objetivos do programa de ATES.

Como instâncias de execução técnica do programa, cabe-nos destacar que os serviços de ATES propriamente dito são prestados através dos 48 (quarenta e oito) Núcleos Operacionais, NOs, compostos de base física e estrutura operacional onde estão lotadas as equipes interdisciplinares, responsáveis, em última análise, pela prestação dos serviços de ATES aos Projetos de Assentamentos.

Adicionalmente, objetivando a integração, o acompanhamento e a capacitação dos técnicos de ATES, em novembro de 2009 foi celebrado o convênio SICONV 709227/2009, tendo como concedente o INCRA e como conveniada/executora a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Socio-Cultural e Ambiental- FUNDESF. Por meio deste convênio foram contratados 12 articuladores que fazem a integração dos núcleos, o monitoramento do programa e a capacitação dos técnicos, além de articulações de políticas públicas e ações específicas com atores locais. Considerando a iminente prorrogação do convênio de ATES da SEAGRI e o necessário suporte técnico aos extensionistas de ATES, considerando que o início efetivo dos trabalhos dos articuladores se deu com atraso de 5 meses, através de alguns ajustes internos foi o referido convênio estendido até dezembro de 2012, sem a necessidade de celebração de aditivo de recursos, até porque há uma vedação neste sentido em razão da implementação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, SR-05, é uma das poucas SRs que ainda não adotaram o modelo de chamada pública de ATER, preconizado pela LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. Tal fato se deve em razão do atual convênio de ATES, pactuado em 2008 estar vigente, com previsão de finalização em junho de 2013. Economicamente o convênio em questão é imensamente vantajoso, tendo em vista a elevada contrapartida do Governo do Estado da Bahia e a cobertura de cerca de 87% das famílias assentadas no estado. Indispensável ressaltar que os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER são plenamente cotejados pela ATES.

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONVÊNIO ATES INCRA SR-05	
Número convênio	CRT-BA 0001/2008
Data de publicação	03/07/2008
Concedente	INCRA
Conveniente	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma
Executora	EBDA
Valor concedente	R\$ 49.000.000,00
Valor conveniente	R\$ 35.589.899,26
Valor global	R\$ 84.589.899,26
Total de famílias atendidas	35.360
Número de famílias/técnico	Aproximadamente 85
Período de execução	07/2008 a 06/2013
Aditivo de planos- Ano 2008	R\$ 5.141.040,00

Quadro resumo convênio CRT- BA 0001/2008

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONVÊNIO ATES INCRA SR-05	
Número convênio	SICONV 709227/2009
Data de publicação	18/11/2009
Concedente	INCRA
Conveniente	Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Socio-Cultural e Ambiental-
Executora	FUNDEF
Valor concedente	R\$ 6.930.516,44
Valor conveniente	R\$ 631.400,00
Valor global	R\$ 7.561.916,44
Total de famílias atendidas	35.000
Período de execução	11/2009 a 12/2012

Quadro resumo convênio SICONV 709227/2009

Ressalta-se que está entre as responsabilidades da SEAGRI, como contrapartida do conveniente, a contratação de 420 técnicos que atuariam junto às 35.000 famílias assentadas prestando diretamente a Assistência Técnica Social e Ambiental por meio de equipes multidisciplinares alocados em 48 Núcleos Operacionais de ATES, situados na mesma estrutura

física dos escritórios locais da EBDA. Ademais, dos 420 técnicos inicialmente previstos, em função do regime de contratação e remuneração dos profissionais muito aquém do mercado, verificou-se no exercício 2011 um elevado *turnover* nas equipes, que em nenhum momento estiveram completamente formadas, oscilando entre 330-310 técnicos, que representam cerca de 75% do quantitativo inicialmente proposto. Por oportuno, salientamos que os valores de referência por família de ambos os convênios, somados, totalizam R\$ 406,00/família/ ano, valor substancialmente menor que aqueles praticados nas chamadas públicas de outras superintendências que giram ao redor de R\$ 1.200,00/família/ano. Tal fato se deve ao significativo aporte de contrapartida da SEAGRI, o que não ocorre no caso de chamadas públicas de ATER.

Compete aos 48 Núcleos Operacionais de ATES:

a) executar as atividades de ATES, baseadas nos princípios e objetivos do Programa, junto às famílias assentadas dos Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA, em áreas de reforma agrária;

b) elaborar, assessorar e acompanhar a implementação dos PEA, PDA, PRA e o RAS, observando os normativos existentes, especialmente a Resolução CONAMA nº 387/2006;

c) adequar, assessorar e acompanhar a implementação do PDA e PRA já existentes, mesmo que elaborados por outras entidades;

d) desenvolver estudos, em articulação com o INCRA, para selecionar e identificar as áreas produtivas, de reserva legal e de preservação permanente, buscando viabilizar a elaboração do PEA;

e) orientar a aplicação do Crédito Instalação, dentre outras linhas, com o envolvimento das famílias assentadas e todo o processo de elaboração e implementação dos planos e projetos;

f) executar a estratégia de divulgação e internalização das atividades de ATES, junto aos (às) assentados(as) beneficiários(as), com vistas ao entendimento, sintonia e participação desses atores para o perfeito funcionamento do Programa;

g) orientar e capacitar os (as) agricultores (as) para a elaboração e implementação dos projetos produtivos nas áreas de Reforma Agrária;

h) elaborar e acompanhar a implementação dos projetos técnicos que viabilizem o acesso dos (as) agricultores (as) às diferentes modalidades de crédito produtivo, bem como orientar e acompanhar a aplicação dos recursos e produzir relatórios técnicos, a serem encaminhados à SR, conforme preceitua o Manual de Crédito Rural;

i) elaborar projetos técnicos dos assentamentos que assegurem a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), bem como dos solos degradados. Esses projetos ainda podem prever ações de gestão e educação ambiental;

j) orientar e acompanhar a aplicação dos recursos, bem como produzir relatório semestral, sobre o estágio atual do projeto. Destaca-se a necessidade do projeto guardar coerência com as proposições do PDA ou PRA;

k) elaborar os projetos técnicos dos assentamentos que permitam o acesso ao Programa Terra Sol, bem como orientar e acompanhar sua execução. Os projetos técnicos mais complexos podem ser elaborados por especialistas, conforme prevê o Programa de ATES. É vedada a contratação ou utilização dos Núcleos Operacionais de ATES para realização de atividades que constituam atribuições inerentes aos cargos do quadro de servidores do INCRA.

Referente ao papel dos articuladores no programa de ATES, conforme estabelecido no manual do programa são atribuições da Equipe de Articulação, dentre outras:

a) assessorar o planejamento estratégico e operacional das atividades desenvolvidas pelos Núcleos Operacionais de ATES, tomando como base as diretrizes de planejamento apresentadas pelo INCRA;

b) assessorar os Núcleos Operacionais, proporcionando suporte técnico e metodológico;

c) contribuir com a integração e a articulação das atividades desenvolvidas nos projetos de assentamento da sua área de abrangência, bem como a integração de tais atividades com outras políticas públicas afins;

d) contribuir com a socialização das experiências exitosas;

e) contribuir na divulgação das atividades de ATES junto aos assentados, promovendo a participação dos mesmos no Programa;

f) identificar e articular as demandas de capacitação dos Núcleos Operacionais e das famílias assentadas em temáticas necessárias ao seu aprimoramento e ampliação dos conhecimentos necessários ao atendimento das diretrizes e objetivos do Programa de ATES, encaminhando-as ao Fórum Estadual e ao INCRA.

g) apresentar à Superintendência Regional do INCRA e ao Fórum Estadual de ATES relatórios trimestrais, de forma a contribuir para o monitoramento e a avaliação do Programa.

É vedada a contratação ou utilização das Equipes de Articulação de ATES para realização de atividades que constituam atribuições inerentes aos cargos do quadro de servidores do INCRA.

Principais Resultados e Dificuldades Encontradas

Dos resultados:

Inicialmente cabe-nos pontuar que as ações de ATES se dividem em ações de assistência técnica propriamente dita e ações específicas motivadas pelos programas e ações específicos do INCRA, a exemplo dos créditos, atualização de RB, manejo e recuperação ambiental, IN47 e muitas outras, o que torna o leque de ações extremamente vastas e complexas.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia utiliza os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, estando a sua Divisão de Desenvolvimento organizada em equipes mesoterritoriais responsáveis pelos atendimentos aos projetos de assentamento de suas respectivas regiões. Os assentamentos foram agrupados em 7 (sete) mesorregiões. Foi definida uma equipe de Coordenação de ATES, atuante na Divisão de Desenvolvimento, que juntamente com as equipes meso-territoriais, equipe de coordenação da EBDA e articuladores de ATES monitora a execução da prestação dos serviços de ATES.

Como primeiro resultado do convênio supramencionado, apontamos a ampliação do número de beneficiários, que passou de um percentual de 44,7% para 94% das famílias assentadas elegíveis, desconsiderando aí aquelas assentadas em projetos de Assentamentos consolidados.

Ambos os convênios no âmbito do programa de ATES se encontram em execução plena. Atualmente são atendidas pelos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, 35.360 famílias assentadas, distribuídos em 538 assentamentos dispersos por 148 municípios distintos do estado em 25 territórios de identidade. As equipes técnicas multidisciplinares, compostas atualmente por cerca de 320 profissionais estão lotadas em 48 Núcleos Operacionais de ATES, sendo responsáveis pelo atendimento de assentamentos situados num raio máximo de 200 km de sua localização.

Dentro do convênio estão sendo elaborados 150 planos de desenvolvimento e recuperação de assentamentos. Tais planos, acompanhados das respectivas peças técnicas subsidiarão a solicitação de licença ambiental no órgão estadual e a efetivação do licenciamento ambiental das áreas em questão possibilitará o acesso de inúmeras políticas públicas, a exemplo do PRONAF.

Pontuamos ainda que, em relação ao diagnóstico socioeconômico e cultural das famílias assentadas, foi construído, em parceria com a EBDA, um sistema apropriado para tabulação dos dados e indicadores, tendo sido aplicados e sistematizados 3.613 questionários individuais. Cabe salientar que tanto os diagnósticos regionais, os DRPs dos assentamentos e o sócio-econômico- cultural das famílias são parte integrante e indispensável dos planos dos assentamentos, sejam eles na modalidade de Plano de Desenvolvimento ou Recuperação, contribuindo ainda para o monitoramento do programa de ATES. Tais dados, após tabulados subsidiaram a confecção de artigo específico, sendo passível sua utilização para o planejamento de algumas ações da Divisão de Desenvolvimento do INCRA.

Referente ao monitoramento de metas físicas do convênio é feito, mormente, através de sistema da EBDA, denominado SIN-EBDA a qual subsidia a elaboração de relatório de metas físicas da conveniada, que posteriormente é analisado pela coordenação de ATES do INCRA, acrescido de relatório dos articuladores da FUNDEF e verificação in loco desenvolvida com técnicos do

INCRA. Ressaltamos na oportunidade que o sistema de informação da EBDA é um instrumento indispensável na consolidação de informações. Ocorre que o mesmo necessita de aperfeiçoamentos visto que os relatórios emitidos por meio desse instrumento, referente a algumas ações, apresenta dados destoantes daqueles monitorados internamente pelo INCRA, a exemplo do PRONAF A cujo relatório da EBDA apensado às folhas 2.582 do respectivo processo, alega 1197 famílias atendidas, ao passo que, conforme registro do setor do PRONAF do INCRA foram emitidas em 2011 somente 406 DAPs A para acesso ao crédito rural.

Algumas dificuldades tem sido uma constante no convênio a exemplo do *turnover* verificado nos núcleos operacionais e conseqüente quadro deficitário dos Núcleos Operacionais e a dificuldade da conveniada em compor os relatórios de metas físicas de forma inequívoca. Assim sendo, a coordenação de ATES do INCRA tem feito um enorme esforço e a superintendência envidado todos os esforços no monitoramento das metas alcançadas no convênio, sendo importante pontuar novamente que apenas dois servidores estão na coordenação deste programa e ainda coordenando o programa Terra Sol. O mesmo acontece no auxílio dos técnicos das equipes mesoterritoriais para o monitoramento visto que estes técnicos também estão sobrecarregados.

Diversos indicadores de resultados dos convênios já foram consolidados. Podemos citar a confecção de 28 Planos de Exploração Anual, PEAs, instrumento utilizado na operacionalização do crédito apoio inicial a 1.378 famílias assentadas no estado. Da mesma forma, foram efetivados durante o convênio 55 anteprojetos de parcelamentos, 12 destes no exercício 2011, que subsidiarão o parcelamento dos respectivos assentamentos, tal ação beneficiou diretamente 3.910 famílias assentadas e uma vez que o PRONAF define como condição *sine qua non* para acesso do crédito rural o parcelamento das áreas para enquadramento na chamada demanda qualificada, objetiva-se no ano de 2012 possibilitar o acesso de um quantitativo maior de famílias a esta importante política pública.

Alguns avanços podem ser verificados através de indicadores intermediários, o acesso às certidões para fins previdenciários alcançou em 2011 a marca de 1.958 certidões emitidas, a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf, DAP provisória para acesso às políticas do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, e Programa do Biodiesel alcançou a marca de 2.364 documentos emitidos pelo setor do PRONAF do INCRA, a título de exemplo, anteriormente à implementação do convênio o número de documentos emitidos anualmente girava em torno de 750 documentos.

A EBDA informa em relatório do convênio 2.992 renegociações de dívidas do PRONAF efetivadas nos termos da lei 12.249/2010 e o acesso de 9.156 famílias assentadas ao Programa Garantia Safra do governo federal, que assegura o recebimento de recursos por parte do agricultor

em caso de frustração de safras, no caso do nordeste, mormente em razão da ocorrência de secas.

Ações como capacitação de técnicos e assentados para a gestão das associações foram executadas em diversos núcleos de ATES, bem como o acompanhamento na aplicação de inúmeros créditos instalação mediante a inserção de técnicos de ATES em ordens de serviço específica. Salientamos ainda, no âmbito do Programa de Melhoramento Genético de Rebanho Bovino da Agricultura Familiar, a inseminação artificial com sêmen de touros das raças zebuínas, gir e guzerá de cerca de 2.000 matrizes bovinas, pertencentes a assentados, especialmente do extremo sul do estado.

Referente à questão ambiental, a SR-05 tem contratos em vigor com duas empresas para a confecção de estudos objetivando o licenciamento ambiental de 80 áreas, sendo os técnicos de ATES constantemente acionados para a subsidiar a análise das peças técnicas recebidas pela autarquia bem como qualificar os trabalhos, assegurando a participação das famílias assentadas no planejamento espacial do assentamento em consonância com seus desejos e aptidões, ressaltando os aspectos técnicos e o atendimento da legislação ora vigente.

Adicionalmente, pontuamos que, considerando o aumento na demanda de pessoal administrativo nesta superintendência para a adequada instrução processual, eventualmente, técnicos de ATES da EBDA são disponibilizados ao INCRA para agilizar os trabalhos, considerando o diminuto quadro funcional desta autarquia frente às demandas institucionais, o que já foi citado neste relatório de gestão. Neste sentido, por oportuno, registre-se que a indisponibilidade de recurso para concessão de diárias no final do exercício de 2011 resultou na impossibilidade da fiscalização por parte dos servidores desta autarquia a todos os Núcleos Operacionais, tendo sido os mesmos fiscalizados por amostragem conforme disponibilidade na programação e roteiro de viagem de servidores da Divisão de Desenvolvimento no desempenho de outras atividades correlatas aos assentamentos.

Por fim, cabe pontuar que, como fruto do trabalho de técnicos da área social de ATES, 5 (cinco) Projetos de Assentamentos do estado da Bahia foram contemplados no edital BNB de cultura 2011 e algumas ações pontuais de certa relevância a exemplo da Realização de intercâmbio sócio cultural entre assentamentos dos municípios de Santo Amaro e Itaeté: samba de roda e beneficiamento de frutas regionais, com oficina de construção de secador solar. Outra que citamos foi a aprovação de projeto MINC, em parceria com a casa dos artistas, em Ilhéus: o projeto contempla 22 PAs assistidos pela ATES, e visa apresentação de peças teatrais, oficinas de teatro para a comunidade e capacitação de jovens em produção cultural. O valor do projeto é de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e cada jovem receberá uma bolsa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Dificuldades encontradas

Dentre as principais dificuldades encontradas e suas consequências cabe destacar alguns pontos, a saber:

a) Deficiência de quadro técnico no INCRA- A coordenação de ATES, responsável pelo acompanhamento dos dois convênios que beneficiam de 35.360 famílias assentadas conta com apenas dois servidores do quadro, sendo que um deles acumula a coordenação da ação Terra Sol. As consequências são o acúmulo de demandas, sejam do ponto de vista de intervenções técnicas ou mesmo de pendências técnico-administrativas como a elaboração de relatórios e a instrução processual.

b) Qualificação dos indicadores de resultados SIN-EBDA e análise crítica dos resultados por parte da EBDA- Relatórios com indicadores de resultados encaminhados à coordenação de ATES do INCRA geram re-trabalho tanto de vista da análise de documentos e tramites administrativos para que a conveniada proceda a qualificação do relatório, o que prejudica o monitoramento eficiente do convênio.

c) Dificuldade da EBDA em operacionalizar os recursos disponíveis no convênio para a implantação de unidades demonstrativas, dias de campo, cursos e intercâmbios. A maioria dos núcleos operacionais conseguiu operacionalizar apenas parcialmente os recursos referentes à implantação de unidades demonstrativas, dias de campo, cursos e intercâmbios sob alegação de que não dispõe os referidos núcleos de pessoal capacitado para o cumprimento do tramite administrativo referente aos respectivos processos licitatórios. Neste sentido, foi a EBDA notificada em inúmeras ocasiões acerca da necessária operacionalização dos recursos e servidor especializado no tema disponibilizado para percorrer os núcleos contribuindo na operacionalização dos recursos.

d) Rotatividade (turnover) verificada entre os técnicos de ATES- Considerando as especificidades da ATES, posto que esta congrega as ações típicas de ATER propriamente dita e os programas/ações específicas do INCRA, capacitar um técnico é oneroso e demanda um significativo lapso temporal. Como o patamar de remuneração dos técnicos está aquém do mercado, a rotatividade dos técnicos resulta em re-trabalho e relativo prejuízo no alcance das metas pactuadas. Ressalta-se que essa questão não se encontra na esfera de competência do INCRA, visto que a forma de contratação e os salários vigentes são definidos na esfera estadual, e as despesas com pessoal computadas no convênio na forma de contrapartida. Assim sendo, cabe à SR-05 envidar esforços para a recomposição do quadro técnico nos Núcleos Operacionais, o que vem sendo feito. Contudo a efetiva recomposição das equipes demanda uma série de procedimentos administrativos por parte da Secretária de Administração do estado.

2.3.7.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
181.142,00	52.416,64	52.318,31	99,81	52.318,31	99,81	52.318,31	99,81

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
67.840,41	8.071,80	59.768,61	0,00

Fonte: SIAFI.

Os recursos aplicados aqui foram destinados ao acompanhamento e fiscalização do convênio com o Governo do Estado, custeando basicamente diárias e combustíveis.

2.3.8 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marivone de Oliveira Santana

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0750.2000	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.123.029,00	4.341.965,56	4.340.110,06	99,96	4.323.327,59	99,57	4.323.327,59	99,57

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
504.190,96	43.285,67	455.025,29	5.880,00

Fonte: SIAFI.

A seguir alguns esclarecimentos e análise desse programa.

A Superintendência Regional da Bahia, juntamente com seus dois escritórios (Bom Jesus da Lapa e Itabuna, que não são unidades gestoras), alcançam os 419 municípios do Estado e respondem hoje por ações de desenvolvimento para aproximadamente trinta e cinco mil famílias, ações de obtenção para uma demanda mobilizada de vinte e cinco mil famílias. Temos aproximadamente seiscentas áreas já identificadas como Remanescente de Quilombos, recebemos cerca de noventa processos/mês, de Certificação de Imóveis Rurais e atualizamos, em média, 16.554 imóveis rurais no Sistema de Informações Rurais – SIR por ano, para tanto esta Regional demanda infraestrutura física e material cuja evolução dos custos reflete a perseguição da equação qualidade de serviço/melhor custo.

A Missão da Administração da Unidade é agregar todas as despesas destinadas ao suporte das atividades finalísticas, compreendendo os seguintes serviços:

- controle de pessoal ativo, inativos, pensionistas;
- protocolo com recepção, registro e entrega de correspondências oficiais;
- reprografia e gráfica;
- telecomunicações;
- tecnologia da informação, envolvendo ações de suporte e rede;
- locação de transporte de cargas e passageiros;
- locação de equipamentos;
- transporte e manutenção de viaturas oficiais;

- manutenção e conservação de imóveis próprios da União; cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;
- limpeza e vigilância;
- luz, água e esgoto;
- passagens, e ainda, outras despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, mas que são essenciais para a manutenção da máquina administrativa da Superintendência.

Sendo assim, compõem o rol de principais despesas na Ação 2000:

- Conservação de bens móveis, conservação e manutenção de máquinas e equipamentos, e vigilância eletrônica.
- Manutenção de contratos de terceirização de mão-de-obra de apoio administrativo, limpeza e conservação e vigilância ostensiva.

A Administração vem aprimorando o seu desempenho institucional e em 2011 esteve voltada não apenas para o cumprimento de metas propostas na Programação Operacional, como para qualidade dos serviços. Para tanto foi essencial à implantação de ações gerenciais, na racionalização de custos, acompanhamento e controle dos créditos orçamentários e recursos financeiros, melhoria dos processos e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços.

A aplicação dos recursos referiu-se não somente às despesas com a manutenção das condições de funcionamento da Sede da Superintendência Regional da Bahia e seus escritórios, mas, principalmente, proporcionou melhores condições para que as áreas finalísticas desta Regional buscassem o alcance dos objetivos institucionais e cumprimento das metas com maior eficácia e eficiência, despesas estas que foram realizadas através do cumprimento de contratos firmados em certames licitatórios ou aquisições pontuais.

2.3.9 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ – CONSOLIDADO

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	família	3.070	1.524	0	1.524	49,6	1.546
21.631.0135.8387	A	3	ha	132.000	57.956,3	0	57.956,3	43,9	74.040,69
21.631.0135.8374	A	3	licença	33	23	0	23	69,7	10
21.631.0135.4460	A	3	ha	11.800	22.068,0	0	22.068,0	87	0
21.631.0135.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.631.0137.8396	A	3	família	2.481	26	836	862	37,4	1.619
21.631.0137.8398	A	3	família	1.124	0	0	0	0	1.124
21.691.0137.4320	A	3	família	0	0	864	864	100	0
21.691.0137.4358	A	3	documento	728	1.854	0	1.854	150	0
21.631.0137.10YN	P	3	família	0	0	0	0	-	0
21.631.0137.2B06	A	3	família	0	0	0	0	-	0
21.631.0137.0427	A	3	família	6.688	454	3.415	3.869	57,8	2.819
21.631.0137.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.125.0138.2105	A	3	imóvel	16.554	19.146	0	19.146	115,6	0
21.127.0138.4426	A	3	ha	0	0	0	0	-	0
21.127.0138.2110	A	3	ha	1.463	0	0	0	0	1.463
21.127.0138.8380	A	3	ha	0	0	0	0	-	0
21.127.0138.8378	A	3	ha	0	0	0	0	-	0
21.127.0138.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.128.0139.4572	A	3	servidor capacitado	78	51	0	51	65	27
21.631.1120.2109	A	3	família	0	54.719	0	54.719	-	0
21.127.1336.1642	P	3	ha	618	4.143,0	0	4.143,0	670,4	0
21.127.1336.0859	P	3	ha	16.480	0	0	0	0	16.480
21.122.1350.4474	A	3	trabalhador	0	0	0	0	-	0
21.363.1350.6952	A	3	profissional	0	0	0	0	-	0
21.363.1350.8370	A	3	profissional	80	290	370	660	825	0
21.122.1350.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.606.1427.4470	A	3	família	27.640	0	35.493	35.493	128,4	0
21.122.1427.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.122.0750.2000	A	1/2/3/4	-	-	-	-	-	-	-

2.4Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.¹¹

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.¹²

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA.¹³

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos		927100890181	27.749,87		
	Recebidos		2112207502000	4.122,16		
	Recebidos		2163101358384			380.602,79
	Recebidos		2163101358387			619.767,30
	Recebidos		2163101358374			821.683,59
	Recebidos		2169101374320			1.100.000,00
	Recebidos		2169101374358			89.412,32
	Recebidos		2163101372B06			265.933,67
	Recebidos		2112501382105			110.891,54
	Recebidos		2112701382110			900.000,00
	Recebidos		2112801394572			88.131,27
	Recebidos		2163111202109			519.956,08
	Recebidos		2112713361642			285.415,84
	Recebidos		2112213504474			130.000,00
	Recebidos		2136313508370			991.605,21
	Recebidos		2160614274470			26.830.554,92
	Recebidos		2118311204284			65.007,57
	Recebidos		2118311204288			21.836,51
	Recebidos		2118311204304			14.047,76
	Recebidos		2112207502000			4.320.311,65
	Recebidos		2142214338402			148.892,39
	Recebidos		2163101378396			532.109,31
	Recebidos		2163101352272			38.766,21
	Recebidos		2163101372272			2.159.307,60
	Recebidos		2163101382272			321.906,10
	Recebidos		21.122.1350.2272			19.274,90
	Recebidos		21.122.1427.2272			52.416,64
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos		2112207502000	17.531,75		
	Recebidos		2163111202109	3.674,90		
	Recebidos		2163101378396	20.210.688,95		
	Recebidos		2163101370427		67.097.839,66	
	Recebidos		2163101354460		5.274.227,78	
	Recebidos		2112713360859		7.449.563,02	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Por se tratar de uma UJ, esta Superintendência não concede recursos para qualquer outro ente, mas tão somente recebe os recursos diretamente da Sede da autarquia, que são destinados às aplicações diretas nos Programas.

Tratando-se de Despesas Correntes, todo pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, até mesmo de estagiários, é de inteira responsabilidade da Sede da Autarquia, através da sua Diretoria de Administração, fato que justifica a inexpressividade de recursos recebidos para esta finalidade. Da mesma forma, eventuais Juros e Encargos da Dívida também são de integral responsabilidade da Diretoria de Administração.

As Outras Despesas Correntes representaram cerca de R\$ 40,8 milhões, cerca de 30,6% do orçamento total desta superintendência.

Deste valor, apenas R\$ 6,9 milhões (5,1% do orçamento total) se destinou ao custeio da máquina, que envolve a manutenção administrativa da superintendência e escritórios do interior e o acompanhamento, gerenciamento e fiscalização da implementação direta dos programas finalísticos na sociedade.

Todo valor restante que compôs as Outras Despesas Correntes, R\$ 33,9 milhões, destinaram-se a aplicação direta nos programas finalísticos, e que efetivamente geram o valor público almejado pela sociedade. O detalhamento da aplicação destes recursos, metas físicas atingidas, dificuldades encontradas, dentre outros, podem ser verificados a miúdo em todo item 2.3 deste relatório.

Quanto às Despesas de Capital, R\$20,2 milhões foram relativos à Investimentos, aplicados integralmente na construção e recuperação de estradas e implantação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano em projetos de assentamentos. Outros R\$ 67,1 milhões foram destinados à concessão de créditos às famílias assentadas, e finalmente R\$ 12,7 milhões para aquisição de terras, destinadas à reforma agrária ou comunidades quilombolas. Da mesma forma, o detalhamento da aplicação destes recursos, metas físicas atingidas, dificuldades encontradas, dentre outros, podem ser verificados a miúdo em todo item 2.3 deste relatório.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.8 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	52.595,35	60.416,20	52.595,35	60.416,20
Tomada de Preços	604.511,16	1.839.027,34	604.511,16	1.839.027,34
Concorrência	1.360.190,76	8.192.803,73	1.360.190,76	8.192.803,73
Pregão	6.727.928,83	7.655.696,04	6.727.928,83	7.655.696,04
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	766.668,56	583.425,41	766.668,56	583.425,41
Inexigibilidade	609.449,55	491.801,71	609.449,55	491.801,71
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	132.690,73	147.018,20	132.690,73	147.018,20
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.334.821,99	2.426.131,10	1.334.821,99	2.426.131,10
Outros				

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
8	31.872,03	16.203,05	31.872,03	16.203,05	0,00	0,00	31.872,03	16.203,05
2 – Juros e Encargos da Dívida								
n/a								
3 – Outras Despesas Correntes								
14	1.334.821,99	2.426.131,10	1.334.821,99	2.426.131,10	0,00	0,00	1.334.821,99	2.426.131,10
30	1.023.547,96	779.437,82	838.953,46	567.843,66	184.594,52	211.594,16	838.953,46	567.843,66
33	2.027.215,94	3.037.857,84	2.027.215,94	2.836.730,21	0,00	201.127,63	2.027.215,94	2.836.730,21
36	65.669,50	158.912,00	59.269,50	158.912,00	6.400,00	0,00	59.269,50	158.912,00
37	2.867.332,48	2.743.818,45	2.863.343,26	2.743.818,45	3.989,22	0,00	2.863.343,26	2.743.818,45
39	3.740.034,44	4.951.858,09	3.272.556,99	4.537.630,18	364.264,40	414.227,91	3.272.556,99	4.534.747,93
41	30.040.625,13	7.080.626,52	7.685.821,32	1.461.561,52	4.357.387,53	5.619.065,00	7.685.821,32	1.461.561,52
47	35.347,63	0,00	8.250,60	0,00	27.097,03	0,00	8.250,60	0,00
93	984,12	425,75	984,12	425,75	0,00	0,00	984,12	425,75

Fonte:

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
41	4.691.613,63	7.080.626,52	334.126,00	1.461.561,52	4.357.387,53	5.619.065,00	334.126,00	1.461.561,52
51	15.483.818,44	22.288.163,26	1.360.190,76	8.234.319,93	14.123.627,68	14.053.843,33	1.360.190,76	8.234.319,93
52	21.206,65	2.384.985,38	8.429,00	175.455,70	12.777,65	2.209.529,68	8.429,00	175.455,70
5 – Inversões Financeiras								
61	12.255.111,35	4.250.805,73	8.525.972,15	715.087,93	3.729.139,20	3.535.717,80	8.525.972,15	715.087,93
66	67.073.700,00	32.901.666,00	11.572.600,00	10.423.100,00	55.501.100,00	22.478.566,00	11.572.800,00	10.423.100,00
6 – Amortização da Dívida								
n/a								

Fonte: SIAFI

Observando-se o quadro A.2.12, entre 2010 e 2011, nota-se uma representativa redução na aplicação de recursos orçamentários nos elementos de despesas 14, 33 e 39, relativos a diárias, passagens e locações de veículos, e pagamentos de pessoas jurídicas (incluindo combustíveis), respectivamente. Tal redução é atribuída preponderantemente ao cumprimento do Decreto 7.446, que limitou em 2011 os gastos do Governo Federal com deslocamentos. Numa Autarquia, que tem suas atividades fins totalmente desenvolvidas no meio rural, não é surpresa que o cumprimento deste Decreto, por um lado contribuiu na redução dos gastos governamentais na esfera do custeio, por outro, e de forma bem mais severa, implicou na impossibilidade da total aplicação das políticas públicas à sociedade.

Ainda neste mesmo quadro, observa-se um salto entre 2010 e 2011 no elemento de despesa 41, referente à aplicação de recursos em Convênios. A Ação 4470 – Assistência Técnica às famílias assentadas – é a responsável pela quase totalidade do empenho destes recursos e tem sua análise crítica realizada de forma bastante detalhada no item 2.3.8 deste relatório.

Quanto às Despesas de Capital, o elemento de despesa 41 apresenta um decréscimo de 2011 para 2010 em virtude do cronograma de desembolso dos convênios vigentes. O elemento de despesa 51 também apresentou pequena redução em virtude das obras contratadas para Ação 8396, e o detalhamento da aplicação destes recursos pode ser verificada no item 2.3.2 deste relatório.

Os elementos de despesa 61 e 66, referem-se à aquisição de imóveis rurais e pagamento de créditos aos assentados da reforma agrária, respectivamente. Esta UJ não possui governabilidade alguma sobre estes recursos, que dependem diretamente do Orçamento Anual disponibilizado e andamento dos processos de desapropriação na esfera judiciária. A discrepância entre recursos empenhados e efetivamente liquidados se devem primordialmente à indisponibilidade de recursos financeiros para liquidação dos empenhos.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	<div> <input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. </div> <div> <input type="checkbox"/> Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br. </div>	7,16
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<div> <input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. </div> <div> <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. </div>	58,06
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<div> <input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. </div> <div> <input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. </div>	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício ^[4] , no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. <input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	2.507,74
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	10,90

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	2,48
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	Em levantamento
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. <input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	Em levantamento

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<p>□ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;</p> <p>□ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipa.</p>	96,9
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	538

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	102,32
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	n/a
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0,82
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	2

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	7,00

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	26,9
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	22,45
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	□ SIAFI e SICONV	68,75
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	0

- [1] Incluir processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.882,25	2.882,25	0,00	0,00
2009	2.508.768,67	212,40	2.508.077,97	478,30
2007	512.607,31	153.759,42	358.847,89	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	48.723.671,51	461.325,42	31.597.191,03	16.665.155,06
2009	47.390.584,93	10.681.153,11	33.149.645,52	3.559.786,30
2008	115.658.691,92	39.005.448,78	73.946.143,14	2.707.100,00
2007	45.415.449,30	15.650.446,99	29.346.102,31	418.900,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.1 Análise Crítica

O montante do “Saldo de Restos a Pagar não processados a liquidar “ até 2010 é composto 65% de Créditos Instalação, 25% de Transferências e 10% de Obras de Infraestrutura, que deixaram de ser liquidados por falta de recursos financeiros. Esta situação já vem ocorrendo desde 2007, necessitando de, no âmbito da UJ, gestão no sentido de cancelar parte dos valores referente a Crédito Instalação, para programação futura; e no âmbito da Sede, de um estabelecimento de meta mais realista, com programação de pagamento de créditos alinhados com a médias histórica de disponibilização de financeiro.

Vale ressaltar que somados ao valor acumulados de 2010, no exercício de 2011 ficará registrado mais R\$ 90.799.607,15 em RAPs para gestão do cumprimento do acordado no período.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA UPAG 503

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		193	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		193	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		189	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)		0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		193	0	1

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA - UPAG 503

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Exercício de Função Gratificada (FG)	
1.4. Atribuição de GSISTE	
1.5. Lei Complementar 73/93 (AGU)	3
1.6. Lei 10.683/03	
1.7. Lei 6.999/82 (Tribunal Regional Eleitoral)	
1.8. Lei 9.007/95 (Presidência da República)	
1.9. Lei 9.020/95 (Defensoria Pública da União)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	2
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	
2.6. Afastamento para Curso de Formação	
2.7. Servidores exercício provisório	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
4.3. Licença p/Tratamento da Saúde	
4.4. Licença Gestante (120 dias, art. 207, Lei 8.112/90)	1
4.5. Licença-Prêmio por Assiduidade	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1. Decisão Judicial	
6.2. Condenação à pena privativa de Liberdade	
6.3. Abandono de Cargo ou Emprego (art. 138, Lei 8.112/90)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: Extração SIAPE fev/12.

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA - UPAG 503

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	20	12	7
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	20	12	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		14	11	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		3		1
1.2.5. Aposentados		1	1	
2. Funções gratificadas	0	1	1	1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1	1	1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	21	13	8

Fonte: Extração SIAPE fev/12

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA UPAG 503

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	17	36	40	58	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	17	36	40	58	25
1.3. Servidores CLT (Anistiados)					
2. Provimento de cargo em comissão	3	7	3	4	4
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	6	3	4	4
2.3. Funções gratificadas		1			
3. Totais (1+2)	20	43	43	62	29

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA UPAG 503

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	17	0	69	89	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	17		69	89			
1.3. Servidores CLT (Anistiados)									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	4	17	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					4	16			
2.3. Funções gratificadas						1			
3. Totais (1+2)	0	1	17	0	73	106	0	0	0
LEGENDA <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA UPAG 503

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	113	5
1.1 Voluntária	109	5
1.2 Compulsória	1	
1.3 Invalidez Permanente	3	
1.4 Outras		
2. Proporcional	46	1
2.1 Voluntária	44	1
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	159	6

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	50	2
1.1. Integral	34	2
1.2. Proporcional	16	0
2. Em Atividade	17	0
3. Total (1+2)	67	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

SR-05/BA UPAG 503

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	11	7	11	67.205,95
1.1 Área Fim	3	3	2	3	18.280,02
1.2 Área Meio	9	8	5	8	48.925,93
2. Nível Médio	10	10	11	11	46.480,51
2.1 Área Fim	6	5	5	5	23.240,25
2.2 Área Meio	4	5	6	6	23.240,25
3. Total (1+2)	22	21	18	22	113.686,46

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011

SR-05/BA - UPAG 503

(em R\$ 1,00)

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO										
2009	11.264.409,61		1.025.585,18	337.854,67	1.717.259,54	993.437,82		0,00	28.608,03	15.367.154,85
2010	11.625.193,95		1.037.885,93	326.925,67	2.280.847,02	1.587.549,80		2.661,21	27.961,93	16.889.025,51
2011	11.537.853,36		1.011.269,54	295.368,02	1.247.205,38	1.911.898,40		0,00	27.298,32	16.030.893,02
SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS										
2009										0,00
2010										0,00
2011										0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA										
2009					24.422,94					24.422,94
2010					6.180,35					6.180,35
2011					0,00					0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR										
2009		429.301,37			244.190,91					673.492,28
2010		409.662,80			213.868,06					623.530,86
2011		394.730,59			94.253,22					488.983,81
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										
2009		5.052,12			0,00					5.052,12
2010		5.052,12			1.387,55					6.439,67
2011		3.929,42			0,00					3.929,42

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 105.821,99
2010	R\$ 168.439,20
2011	R\$ 92.028,37

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.10 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

SEDE e SRFA UPAG 1089 e 1092

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício		Ingressos no exercício		Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
n/a					
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Obs: Não se aplica no âmbito da SEDE/DF

QUADRO A.5.11 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

SEDE e SRFA UPAG 1089 e 1092

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
n/a		

Obs: Não se aplica no âmbito da SEDE/DF

QUADRO A.5.12 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

SEDE e SRFA UPAG 1089 e 1092

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
n/a			

Obs: Não se aplica no âmbito da SEDE/DF

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA													
UG/Gestão: 373053/37201							CNPJ: 00375972/0007-56						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	005/2011	CERQUEIRA MELO LTDA 10.651.081/0001-43	1/10/2011	31/01/2012		2					A
2010	L	O	001/2010	ARP AMBIENTAL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 09.135.406/0001-56	1/04/2010	31/01/2012		21					P
2009	V	O	011/2009	GURDSECURE SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA 42.035.097/0001-18	27/07/2009	31/12/2011				18			P
2008	L	O	005/2008	ESUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA				2					E
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

**QUADRO A.5.14 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA													
UG/Gestão: 373053/37201							CNPJ: 00375972/0007-56						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	009/2010	SERMA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS 00.403.982/0001-62	1/07/2010	31/12/2012				18			P
2009	1	O	009/2009	CONTACTOS RECURSOS HUMANOS LTDA 13.218.763/0001-55	14/05/2009	13/05/2011				8	2	2	P
2008	1	O	004/2008	CRETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 04.374.998/0001-45	14/04/2008	14/04/2011				35			P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA									
CNPJ: 00375972/0007-56					UG/GESTÃO: 373053/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário (famílias)	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	709227/2009	35.000	6.299.116,44	631.400,00	2011	6.299.116,44	18/11/11	31/12/12	1
1	718425/2009	340	203.465,00	44.530,00	2011	203.465,00	04/12/09	30/01/12	1
1	724108/2009	12.900	5.101.521,00	592.970,00	2011	1.000.000,00	18/12/09	01/01/13	1
1	752195/2010	3.087	1.175.000,00	25.000,00	2011	1.175.000,00	16/12/10	27/09/12	1
1	763104/2011	840	4.658.435,00	1.164.609,00	2011	334.126,00	27/12/11	27/12/12	1
1	763232/2011	40	1.098.690,43	45.778,77	2011	55.867,00	27/12/11	01/07/17	1
1	762613/2011	50	874.996,84	36.720,00	2011	14.823,60	27/12/11	27/06/15	1
1	762314/2011	50	874.996,84	36.720,00	2011	14.823,60	27/12/11	27/06/15	1
1	762315/2011	150	2.684.989,32	110.160,00	2011	45.037,20	27/12/11	27/06/15	1
1	767472/2011	2.225	972.650,97	19.850,02	2011	0	13/01/12	13/08/12	1
1	004/2008	602	231.700,00	99.300,00	2011	231.700,00	15/12/08	27/05/12	1
1	005/2008	600	600.000,00	20.000,00	2011	300.000,00	15/12/08	27/05/12	1
1	007/2006	100	2.454.800,00	24.548,00	2011	1.994.000,00	29/12/06	30/11/12	1
1	001/2008	22.100	53.585.587,00	35.589.901,62	2011	1600250	03/07/08	13/06/13	1
1	002/2008	100	1.859.000,00	90.000,00	2011	1622000	28/12/08	28/06/12	1
1	010/2005	120	1.440.000,00	72.000,00	2011	200.250,00	28/12/05	30/12/11	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 – Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ:	00375972/0007-56					
UG/GESTÃO:	373053/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	6	01	03	14.303.380,32	6.892.561,52	4.693.000,00
Contrato de Repasse	X	X	X	X	X	X
Termo de Cooperação	X	X	X	X	X	X
Termo de Compromisso	X	X	X	X	X	X
Totais	6	01	03	14.303.380,32	6.892.561,52	4.693.000,00

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

QUADRO A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 00375972/0007-56			UG/GESTÃO: 373053/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	15	79.054.676,84	15.925.380,32	21.864.889,65	20,40%
Contrato de Repasse	X	X	X	X	X
Termo de Parceria	X	X	X	X	X
Termo de Cooperação	X	X	X	X	X
Termo de Compromisso	X	X	X	X	X
Totais	15	79.054.676,84	15.925.380,32	21.864.889,65	20,40%

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

QUADRO A.6.4 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 00375972/0007-56			UG/GESTÃO: 373053/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	10	X	X
		Montante Repassado	15.568.371,00	X	X
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	08	X	X
		Montante Repassado	13.214.083,00	X	X
2010	Contas prestadas	Quantidade	04	X	X
		Montante Repassado	11.032.547,00	X	X
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	05	X	X
		Montante Repassado	12.009.824,00	X	X
2009	Contas prestadas	Quantidade	21	X	X
		Montante Repassado	13.057.913,08	X	X
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	14	X	X
		Montante Repassado	19.379.384,19	X	X
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	35	X	X
		Montante Repassado	33.841.440,09	X	X
Fonte: Setor de Contabilidade da UJ					

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 00375972/0007-56				UG/GESTÃO: 373053/37201	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			10	X
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	X	X
			Contas Não analisadas	X	X
		Montante repassado (R\$)		15.568.371,00	X
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	X	X
			Quantidade Reprovada	X	X
			Quantidade de TCE	X	X
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	8	X
			Montante repassado (R\$)	13.214.083,00	X
2010	Quantidade de contas prestadas			4	X
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	X	X
			Quantidade Reprovada	X	X
			Quantidade de TCE	2	X
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	1	X
			Montante repassado (R\$)	13.444.547,00	X
2009	Quantidade de contas prestadas			21	X
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	16	X
			Quantidade Reprovada	X	X
			Quantidade de TCE	X	X
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	5	X
			Montante repassado	13.057.913,08	X
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	X	X
			Montante repassado	X	X

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

6.2 Análise Crítica

Os pontos positivos são as parcerias celebradas para dar mais celeridade às atividades inerentes ao desenvolvimento dos projetos de assentamento quanto à assistência técnica (ATES), obras de infraestrutura (CAR), licenciamento ambiental (Floresta Viva) e a educação no campo (Pronea), que pela falta de pessoal não aconteceria em curto prazo.

A implantação do Siconv em 2008, também contribuiu para dar mais transparência aos instrumento de convênios. Apesar que no primeiro momento, pelas dificuldades na sua otimização e o desconhecimento por parte dos parceiros, temos apenas 10 (dez) instrumentos registrados no Sicon, que somados a 5 (cinco) anteriores à sua implantação, totalizam 15 (quinze) termos em vigência.

Com referência às prestações de contas, observa-se que anteriores ao exercício de 2008, havia um montante significativo, necessitando de análise registradas no Siafi na situação de “a comprovar” e “a aprovar”. E que, pelo esforço concentrado na setorial contábil foram ajustadas nos exercícios de 2009 a 2011.

O ponto negativo dessas transferências tem sido o não cumprimento do cronograma de desembolso por parte do Incra, cujo passivo verifica-se também nas RAPs, que vem se avolumando desde 2008 por falta de descentralização de recursos financeiros do Tesouro Nacional, o que, conseqüentemente, refletirá nas futuras prestações de contas diante da variação dos gastos em relação às execução das metas físicas.

É oportuno esclarecer também que o Siconv registra os documentos da prestação de contas. Contudo, só gera o relatório final no encerramento da vigência do instrumento, ficando a situação no Siafi na situação “a comprovar” com montante significativo que perpassa de um exercício para outro, independente do acompanhamento e análise parcial dos documentos visualizados pelos técnicos e setorial contábil do concedente.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **Elisangela Sousa dos Santos**, CPF nº 961.704.175-87, **Chefe de Serviços Gerais**, exercido na **Superintendência Regional da Bahia**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis (contudo deixaram de ser atualizadas no Sicon 16 (dezesseis) contratos – assinados em 2008 e 2009 - dos 33 (trinta e três) vigentes em virtude de inconsistências que migraram do Siasg para o Sicon, que impossibilita o registro.) , respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador , 30 de março de 2012.

ELISANGELA SOUSA DOS SANTOS
961.704.175-87
Chefe de Serviços Gerais

QUADRO A.7.2 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Silvia Lorena Mota Portugal**, CPF nº 950.143.815-53, **Economista**, exercido na **Superintendência Regional da Bahia**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis (contudo deixaram de ser atualizados 5 (cinco) convênios anteriores à implantação do Siconv, porém em vigência), respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 30 de março de 2012.

SILVIA LORENA MOTA PORTUGAL
950.143.815-53
Economista

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	X	X	X
	Entregaram a DBR	X	X	X
	Não cumpriram a obrigação	X	X	X
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	X	X	X
	Entregaram a DBR	X	X	X
	Não cumpriram a obrigação	X	X	X
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4	0	0
	Entregaram a DBR	4	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373053	3849 00314.500-0	Uso em Serviço Público	BOM	10.035.201,30	01/08/2002	10.035.201,30	0,00	0,00
373053	3797 00051.500-1	Cessão – Adm. Federal Indireta	BOM	62.107,00	01/10/2000	62.107,00	0,00	0,00
TOTAL							0,00	0,00
Fonte: Divisão de Administração da UJ								

11.1.1 Análise crítica:

Trata-se de sede própria, que abriga o conjunto de atividades da Regional, demonstrando necessidade de reforma na estrutura elétrica e hidráulica e a pintura do edifício para que se possa manter as devidas condições de utilização da estrutura local. Outrossim, tem-se canalizado esforços do Escritório Sul, incorporada por cessão da CEDIC que, após reforma, viabilizou a descentralização das ações do INCRA, para as regiões sul e extremo sul do Estado da Bahia.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DE TI DA UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	Este item será respondido pela sede				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	Este item será respondido pela sede				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	Este item será respondido pela sede				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10(dez)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Este item será respondido pela sede				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	Este item será respondido pela sede				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	Este item será respondido pela sede				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	Este item será respondido pela sede				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
Item: Planejamento					
✓ 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada					
✓ 2 - Planejamento Estratégico - – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada					
✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.					
Item: Recursos Humanos de TI					
✓ 4 - Caso a unidade tenha contrato em vigor de suporte a TI, deve informar o quantitativo . Ex (Adm de rede: XX Técnico de Suporte: XX					
✓ 5 – Não há carreira especifica para profissionais de TI na Instituição					
✓ Item: Segurança da Informação					

<ul style="list-style-type: none"> ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI ✓ 7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição. <p>Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI. ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades. ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos. ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, <p>Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos. ✓ 11 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações. ✓ 13 – A Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição. ✓ 14 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos. 					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

QUADRO A.13.1 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373053	Limite de Utilização da UG	226.860,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adão F. dos Santos	101.679.865-20	8.000,00		4.901,98	4.901,98
Benedito João de Sá	286.751.504-15	2.200,00		1.837,62	1.837,62
Carlos Alberto Santana	215.591.715-53	12.200,00		7.261,47	7.261,47
Edmundo Mamedio Santos	981.892.715-04	5.000,00		4.620,35	4.620,35
Edvaldo Cerqueira	043.271.875-34	4.300,00		1.713,17	1.713,17
Elias Jacob Mattar Neto	878.942.385-20	10.650,00	800,00	1.804,26	2.604,26
Fernando Python de Andrade	072.585.265-87	600,00	-	-	-
Francisco Reginaldo V. Silva	215.327.293-91	3.300,00		3.013,97	3.013,97
Francisco de A. Santana	317.900.115-15	12.600,00		6.744,45	6.744,45
Getúlio R. dos Santos	117.767.905-10	40.900,00	7.337,86	12.347,70	19.685,56
Gilvan Francisco de Barros	170.556.284-15	7.400,00		4.983,94	4.983,94
João Soares da Silva	083.340.995-68	6.000,00		5.195,98	5.195,98
Joaquim C. Moura	189.782.071-20	29.360,00	1.189,76	16.282,97	17.472,73
José Agra Melo	111.945.104-34	9.700,00		4.836,94	4.836,94
José F. de Almeida	312.813.974-15	9.700,00		5.374,60	5.374,60
José F. de Souza	947.258.888-34	7.800,00		4.612,21	4.612,21
José Fernandes Neto	030.444.325-53	600,00		156,92	156,92
Manoel Pereira da Silva	088.960.895-49	3.900,00		3.333,68	3.333,68
Manuel R. Jesus	047.384.035-91	7.150,00		5.478,92	5.478,92
Marcos Nery	365.978.995-04	3.300,00		2.073,46	2.073,46
Marilene Teixeira Conceição	043.230.505-00	24.100,00	6.545,26	10.940,00	17.485,26
Nilson Santana de Souza	996.668.048-91	6.100,00		5.487,04	5.487,04
Wilma Maria Farias Santos	100.855.135-04	12.000,00	2.903,00	913,22	3.816,22
Total utilizado pela UG		226.860,00	18.775,88	113.914,85	132.690,73

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	5	18.775,88	22	113.914,85	132.690,73
2010	5	12.138,88	29	134.879,32	147.018,20
2009	5	24.513,90	29	162.485,48	187.000,38

Fonte: SIAFI/SIASG Comprasnet.gov

OBSERVAÇÃO: Na conferência dos valores levantados nos processos de 2011, detectamos uma diferença a maior dos lançamentos do SIAFI, especificamente na conta 199110600 do valor de 10.315,66, referente a baixa de responsabilidade do suprido não processada no exercício, para regularização em 2012.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC.017.811/2010-4	60/2011	9.1	DE	OFICIO 16/2011/AECI-MDA DE 25/01/2011, ENCAMINHA AVISO Nº 35-SECEX TCU PLENÁRIO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência do INCRA no Estado da Bahia que apresente a este Tribunal, em 90 dias, Plano de Ação aprovado pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e pela Presidência do INCRA, contendo cronograma de implementação de medidas para garantir o cumprimento de suas atribuições de orientação e fiscalização da aplicação dos recursos e de acompanhamento dos resultados da concessão de créditos instalação seja aprimorada e conduzida em conformidade com as Normas de Execução de nºs 79/2008 e 84/2009, especificamente no que toca os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
INCRA Sede/Brasília - Diretoria de Desenvolvimento					89249
Síntese da providência adotada:					
Edição de Norma de Execução: INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº68 DE 16/08/2011 – Fixa valores e normas gerais para as modalidades de crédito e forma de aplicação; NORMA DE EXECUÇÃO/INCRA/Nº98 DE 16/08/2011 - Dá nova redação aos artigos 14, 20 e 33 da Norma de Execução/Nº79/2008. NORMA DE EXECUÇÃO/INCRA/Nº99 DE 21/09/2011 - Dá nova redação aos artigos 14, 20 e 33 da Norma de Execução/Nº79/2008. INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº69 DE 06/12/2011 - Estabelece os procedimentos para cobrança e recebimento de pagamento decorrentes dos Créditos Instalação concedidos pelo INCRA, em suas distintas modalidades de acordo coma as peças técnicas contidas nos processos administrativos 54.000.002379/2008-87 e 00407.0026778/2009-09 com fundamento nos seguintes atos: Lei 4.504, Lei 8.629, Medida Provisória 2.183-56, Lei 10.522, Decreto 59.428, Resolução CCFGTS/Nº371, Norma de Execução/INCRA/PJ/Nº23-INCRA/DD/Nº79, 84, 86, 98. Com prazo de carência procedimentos administrativos de cobrança, implantação de sistema informativo, normas de transição para cobrança de créditos concedidos até dezembro de 2011, ficando as Superintendências Regionais encarregadas pela divulgação através dos meios de comunicação local para assegurar os meios necessários ao seu fiel cumprimento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Demandado para esta Superintendência, o levantamento dos Devedores Duvidosos para inclusão futura no Sistema de Cobrança do Crédito/SICCI, cujo implantação acontecerá a curto prazo, quando deverá ser amplamente divulgado pelos meios de comunicação local, para conhecimento das associações, trabalhadores rurais assentados, movimentos sociais, sociedade civil e instituições parceiras.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Embora exista a preocupação do Sr. Superintendente Regional e Divisão de Desenvolvimento para a demanda dos trabalhos relativo ao levantamento necessário a aplicabilidade da Norma de Execução, o fator negativo esbarra na falta de pessoal para dar celeridade aos procedimentos inclusive os especificados no referido Acórdão para os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC.016.119/2005-0	712/2011	9.4	DE	Retirado do DOU pela Auditoria
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Descrição da Deliberação:					
Excluir a responsabilidade de Aldenes Meira Santos desta tomada de contas especial, dando-se conhecimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para adoção das providências pertinentes.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência Regional da Bahia					4030
Síntese da providência adotada:					
Em cumprimento o que determina o item 9.4, foi realizada baixa do registro do debito na Conta Contábil, Diversos Responsáveis, em nome do Sr. Aldenes Meira dos Santos, decorrente do Convênio CRT/BA/Nº008/2001 - Nº SIAFI 425101, conforme Nota de Lançamento nº 2011NL000042.					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprimento da determinação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Regularizado o Registro do nome de Aldenes Meira Santos na conta contábil “ Diversos Responsáveis “.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC.002.333/2009-0	1771/2011	9.5	RE	OFÍCIO N° 573/2011-TCU-SECEX-BA de 19/04/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Descrição da Deliberação:					
Dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Bahia (INCRA-BA).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Síntese da providência adotada:					
Cientificado do referido Acórdão e na qualidade de Gestor desta Superintendência Regional junto com a Pregoeira, os responsáveis interpôs recurso da decisão no TCU/SECEX/BA, tendo como último andamento a interposição de recurso de revisão do Acórdão 7387/2011 TCU 1ª Câmara em 12/12/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguardando decisão do julgamento do recurso de revisão.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC.022.631/2010-0	5940/2011	9.3	DE	OFÍCIO Nº 271/2011/AECI-MDA de 08/08/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Estado da Bahia que, em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Síntese da providência adotada:					
A determinação emanada no referido Acórdão foi apresentada pelo INCRA/SEDE para o CGU e para o TCU em reunião ocorrida no dia 17/11/2011, uma vez que o assunto está sendo tratado diretamente pelo INCRA/SEDE e os referidos órgãos de controle.					
Síntese dos resultados obtidos					
A proposta da criação no âmbito da Autarquia do Sistema de Cobrança de Crédito/SICCI com previsão a curto prazo da sua operacionalização, a partir do funcionamento do software os dados referente aos levantamentos que serão realizados pelas Superintendências, dos créditos recebidos pelos parceiros. Estes serão lançados no sistema, iniciando-se em seguida o processo de envio da GRU/Guia de Recolhimento da União, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Embora exista a preocupação do Sr. Superintendente Regional e de Divisão de Desenvolvimento para a demanda relativa ao levantamento necessário, o fator negativo esbarra na falta de pessoal para compor a equipe, já estruturada de forma precária, mas que somente poderá dar celeridade aos procedimentos após a sua completa estruturação/composição . Inclusive, por solicitação da Diretoria de Desenvolvimento, foi encaminhado proposta para saneamento de processos individuais quanto à concessão do crédito instalação, visando viabilizar os trabalhos no menor espaço de tempo possível.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC.014.472/2011-2	9132/2011	1.6.2	RE	OFÍCIO Nº 389/2011/AECI-MDA de 07/10/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA/SEDE					1799
Descrição da Deliberação:					
Encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA BAHIA					
Síntese da providência adotada:					
Processo 54160.001884/2010-96 TCE – Última movimentação em 12/05/10 desta Superintendência Regional, último trâmite para 8ª Secex/TCU/DF em 17/01/2012.					
Síntese dos resultados obtidos					
Sem informações do tramite processual					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Atualmente, com a falta do processo, o ponto negativo, sem condições de atender as determinações do TCU.					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC.017.811/2010-4	60/2011	9.1	DE	OFICIO 16/2011/AECI-MDA DE 25/01/2011, ENCAMINHA AVISO Nº 35-SECEX TCU PLENÁRIO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência do INCRA no Estado da Bahia que apresente a este Tribunal, em 90 dias, Plano de Ação aprovado pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e pela Presidência do INCRA, contendo cronograma de implementação de medidas para garantir o cumprimento de suas atribuições de orientação e fiscalização da aplicação dos recursos e de acompanhamento dos resultados da concessão de créditos instalação seja aprimorada e conduzida em conformidade com as Normas de Execução de nºs 79/2008 e 84/2009, especificamente no que toca os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Desenvolvimento					89249
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi demandado pela Diretoria de Desenvolvimento, o levantamento dos Devedores Duvidosos para inclusão futura no Sistema de Cobrança do Crédito/SICCI, cujo implantação acontecerá a curto prazo, quando deverá ser amplamente divulgado pelos meios de comunicação local, para conhecimento das associações, trabalhadores rurais assentados, movimentos sociais , sociedade civil e instituições parceiras.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Sr. Superintendente Regional e Divisão de Desenvolvimento têm demandado ações para os trabalhos relativo ao levantamento especificado no Acórdão, contudo o fator negativo esbarra na falta de pessoal para dar celeridade aos procedimentos .					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC.002.333/2009-0	1771/2011	9.5	RE	OFÍCIO N° 573/2011-TCU-SECEX-BA de 19/04/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Bahia (INCRA-BA).					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em andamento					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguardando decisão do julgamento do recurso de revisão.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC.022.631/2010-0	5940/2011	9.3	DE	OFÍCIO Nº 271/2011/AECI-MDA de 08/08/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Estado da Bahia que, em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
INCRA/Sede Diretoria de Desenvolvimento					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Aguardando a implantação pelo INCRA/Sede do Sistema de Cobrança de Crédito/SICCI previsto a curto prazo para sua operacionalização.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em andamento					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC.014.472/2011-2	9132/2011	1.6.2	RE	OFÍCIO N° 389/2011/AECI-MDA de 07/10/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Processo 54160.001884/2010-96 TCE – Última movimentação em 12/05/10 desta Superintendência Regional, último trâmite 8ª Secex/TCU/DF em 17/01/2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Atualmente, com a falta do processo, o ponto negativo, sem condições de atender as determinações do TCU.					

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA			4030
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	10/2011	1	MEMO/AUD/Nº262/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Descrição da Recomendação:			
Cumprimento às diligências da Controladoria Geral da União/CGU, adotando as providências a cerca das ressalvas apontadas no Relatório de Gestão do Exercício 2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA			4030
Síntese da providência adotada:			
Os encaminhamentos estão sendo esclarecidos nas recomendações da CGU que acompanha o Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício 2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os resultados estão sendo informados no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Análise das providências adotadas por esta Superintendência Regional com referência as ressalvas apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício 2011 estarão citadas no QUADRO A.16.1			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA			4030
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	10/2011	1	MEMO/AUD/Nº262/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Descrição da Recomendação:			
Cumprimento às diligências da Controladoria Geral da União/CGU, adotando as providências a cerca das ressalvas apontadas no Relatório de Gestão do Exercício 2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA			4030
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Algumas ressalvas deixaram de ser atendidas na sua totalidade, dada a complexidade das ações uma vez que os assuntos estão sendo tratados diretamente pelo INCRA/Sede e Órgãos de controle .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Com certeza a medida que são sanadas as pendências detectadas, o fluxo de informações dará ao INCRA e conseqüentemente as Superintendências Regionais maior transparência e celeridade no atendimento das ações e diretrizes desta Autarquia.			

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.1.1 – Constatação (027)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Recomendamos que a Unidade adote de forma usual, na aquisição de bens, materiais e tecnologia da informação e na contratação de serviços e obras, todos os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN/SLTI N°01/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e Comissão Permanente de Licitação	
Síntese das providências adotadas	
Nas especificações constantes dos Termos de Referência, para aquisição de materiais e execução de serviços e obras, após a constatação das recomendações foi intensificado a inclusão dos critérios previstos na IN/SLTI n° 01/2010 para composição nos Editais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O cuidado com a sustentabilidade ambiental não deixa de ser um ponto positivo para preservação dos recursos naturais.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.1 – Constatação (004)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Observar a Orientação Normativa AGU nº 13/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Ouvidoria Agrária Nacional e Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatado a recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não houve contratação com fundamento no inciso VIII do artigo 24 da Lei 8.666/93.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve impacto com referência a utilização do fundamento referenciado.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.1– Constatação (004)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 2 . Avaliar junto à PFE as alternativas para aquisição das contratações.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Ouvidoria Agrária Nacional e Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatado a recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
A avaliação do procedimento com referência as solicitações demandas pela OAN tem sido encaminhada consulta jurídica àquela Especializada para orientação quanto ao amparo legal.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve impacto com referência a utilização do fundamento referenciado.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.2– Constatação (010)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1 . Implementar rotinas de controle na realização de processos licitatórios, a fim de garantir o adequado enquadramento nas modalidades de licitação previstas em lei, assim como ajuntada dos documentos necessários.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação independentemente do quadro de pessoal alocados nesta Divisão ter sido alterado, não haver normativos específicos emanados da Diretoria de Administração, contudo enviamos esforços no sentido de intensificar a qualidade das pesquisas de preço e formalização dos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Por ser um ano atípico com referência a descentralização de Créditos Orçamentários para demanda das necessidades da Superintendência, o quantitativo de procedimentos licitatórios foi menor que dos exercícios anteriores.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Para suprir a Comissão Permanente de Licitação de conteúdo para otimizar os procedimentos licitatórios o fator negativo, foi a devolução de recursos não utilizados no final do exercício.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.1.3– Constatação (011)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1 . Implementar controles internos relativos aos processos licitatórios da SR-05 quanto à observância feita pela PFE e, caso não as atenda, que instrua o processo administrativo com as devidas justificativas e documentação comprobatória.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação independentemente do quadro de pessoal alocados nesta Divisão ter sido alterado, não haver normativos específicos emanados da Diretoria de Administração, contudo enviamos esforços no sentido de intensificar a qualidade das pesquisas de preço e formalização dos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Nas recomendações emanadas da PFE a sugestão é adequar os processos licitatórios. O Parecer emanado visou observância dos preceitos normativos aplicáveis e concluiu que a fase interna estaria finalizada não retornando, portanto, àquela PFE. No entanto, a CPL e a Divisão de Administração a partir dos questionamentos da CGU vem adequando os procedimentos, retornando os processos ao Sr. Superintendente para autorizar o novo procedimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Pelo quantitativo de servidores alocados nesta Divisão, o fator negativo é que o fluxo de demanda processual torna-se mais vagaroso .	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2.1.1– Constatação (003)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1 . Implementar rotinas de controle nas realizações de processos licitatórios, a fim de garantir a adequada realização de pesquisa de preço.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação com referência a pesquisa de preço que vem sendo coletada em quantitativos maiores, quando possível, tendo o devido registro do contato entre a equipe de cotação de preço e as empresas pesquisadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados obtidos deram a esta Superintendência Regional maior transparência na formalização processual	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Positiva no sentido de facilitar as contratações dentro do parâmetro legal.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2.1.2– Constatação (006)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1 . Implementar rotinas de controle nas realizações de processos licitatórios, a fim de garantir a sua correta operacionalização.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação com referência as rotinas de controle na realização de procedimentos licitatórios, independentemente do conhecimento da demanda de informações foi construído um modelo de formulário que dá visibilidade a formalização das consultas de propostas de preço.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados obtidos deram a esta Superintendência Regional maior transparência na formalização das consultas de propostas mais vantajosas para a Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Positiva no sentido de identificar as referidas propostas.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3.1.1 e 5.3.1.2– Constatação (041/042)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1 . Atualizar no SIASG os registros dos contratos citados no campo fato e implementar rotinas que garantam a inserção das informações dos contratos da unidade no SIASG.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação com referência ao lançamento dos contratos no SIASG/SICON, contudo os contratos anteriores ao SIDEC, não foram lançados embora tenha sido encaminhado Ofício/INCRA/SR05/ADM/Nº037/2011, com solicitação a Diretoria de Logística do Ministério do Planejamento em 03/06/11, com resposta o Ofício/2920/DLSG/MP de 07/10/11, que informar abertura do Sistema de Gestão de Contratos para inserção de Contratos, o que não ocorreu por falta de base no SIASG dos valores oriundos das licitações realizadas com publicação fora do Sistema.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não atendemos na sua totalidade os questionamentos, apenas a partir daquela data estamos com todos os contratos vigentes lançados.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator negativo foi a ausência de dados no SIASG para migrar ao SICON e possibilitar o registro.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3.1.3 e 5.3.1.4– Constatação (043/044)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1 . Atualizar no SICONV os registros dos convênios citados no campo fato e implementar rotinas que garantam a inserção das informações dos contratos da unidade no SICONV.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação com referência ao lançamento dos convênios no SICONV, contudo continuamos com a pendência de dois convênios já exaustivamente esclarecido, que ficaram registrados no SICONV na situação de LEGADO sem a continuidade por falta de disponibilização de opção para atualização.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os demais convênios foram devidamente lançados no SICONV, estando sendo acompanhados pelo referido Sistema.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator positivo está na visibilidade e transparência das transferências de recursos públicos.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	6.1.1.1 – Constatação (007)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. As responsabilidades funcionais relacionadas ao fato constatado devem ser apuradas, de forma a verificar se houve participação dos servidores do INCRA no fato apontado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação foi criada a Comissão de Sindicância de cunho administrativo constituída pela Portaria/INCRA/BA/Nº60/2011, datada de 19/09/2011, publicada no B.S. Nº 38 de 19/09/2011, designando o s servidores Fernando Pithon de Andrade, Francisco Eider Ferreira Leandro, para que sob a presidência do primeiro, se destine a apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 54160.002853/2011-33.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano corrente, foi entregue o resultado da Comissão Sindicante ao Sr. Superintendente Regional com recomendações. Cumprindo dispositivos legais o processo foi encaminhado a PFE para manifestação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Aguardando pronunciamento da PFE.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	6.1.1.1 – Constatação (007)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 2 . Implementar rotinas de controle nas realizações de processos licitatórios, a fim de garantir a adequada realização de pesquisa de preço.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação com referência as rotinas de controle na realização de procedimentos licitatórios, independentemente do conhecimento da demanda de informações foi construído um modelo de formulário que dá visibilidade a formalização das consultas de propostas de preço.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados obtidos deram a esta Superintendência Regional maior transparência na formalização das consultas de propostas mais vantajosas para a Administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Positiva no sentido de identificar as referidas propostas.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	6.2.2.1 – Constatação (013)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Adotar rotinas de controle nos processos licitatórios para a identificação da adequada realização de pesquisa de preços e da divulgação de informações completas sobre o resultado da licitação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação com relação ao valor referencial lançado no Comprasnet para servir de parâmetro nos pregões eletrônicos. Contudo, nem sempre é possível obter número suficiente de pesquisas de preço que garantam um balizamento de valor ideal (100% de probabilidade de acerto).	
Síntese dos resultados obtidos	
A expectativa da Administração é sempre conseguir valores mais vantajosos para a aquisição de materiais e contratação de serviços.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Positiva no sentido de que esta expectativa atenda os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, da publicidade e economicidade.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	7.1.2.1 – Constatação (015)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Instruir os processos de contratação de bens e serviços da documentação que comprove as tentativas de cotação com as empresas ou a consulta a valores praticados no âmbito do INCRA ou de outros entes públicos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação retornando a mesma questão da “pesquisa de preço” que norteia as contratações públicas, vêm sendo prejudicadas pela total falta de interesse, principalmente com referência a prestador de serviços, os quais além de terem itens específicos não se mostram eficazes nas pesquisas quando comparados uns aos outros pela aplicabilidade da matéria prima. Já seria bastante interessante que da mesma maneira que foi implantado o Módulo de Divulgação de Compras no Comprasnet, fosse também disponibilizado o Módulo de Divulgação de Serviços para auxiliar os órgãos na formação de valores referenciais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os esforços têm sido no sentido de adequar as pesquisas de preço especificamente de serviços com detalhamento de informações que propiciem ajustes nos resultados.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A expectativa da Administração é realmente melhorar as pesquisas de preço de serviços, embora sejamos conscientes da dificuldade para se obter estes resultados.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	8.1.2.1 – Constatação (009)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Gerar mecanismos de controle nos processos licitatórios de forma a garantir correta elaboração das pesquisas de preço.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração e CPL	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação retornando a mesma questão da “pesquisa de preço” que norteia as contratações públicas, vêm sendo prejudicadas pela total falta de interesse, principalmente com referência a prestador de serviços, os quais além de terem itens específicos não se mostram eficazes nas pesquisas quando comparados uns aos outros pela aplicabilidade da matéria prima. Já seria bastante interessante que da mesma maneira que foi implantado o Módulo de Divulgação de Compras no Comprasnet, fosse também disponibilizado o Módulo de Divulgação de Serviços para auxiliar os órgãos na formação de valores referenciais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os esforços têm sido no sentido de adequar as pesquisas de preço especificamente de serviços com detalhamento de informações que propiciem ajustes nos resultados.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A expectativa da Administração é realmente melhorar as pesquisas de preço de serviços, embora sejamos conscientes da dificuldade para se obter estes resultados.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	9.1.3.1 – Constatação (002)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Apurar as responsabilidades funcionais relacionadas ao fato constatado, de forma a verificar se houve participação dos servidores do INCRA no fato apontado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação foi criada a Comissão de Sindicância de cunho administrativo constituída pela Portaria/INCRA/BA/Nº60/2011, datada de 19/09/2011, publicada no B.S. Nº 38 de 19/09/2011, designando o s servidores Fernando Pithon de Andrade, Francisco Eider Ferreira Leandro, para que sob a presidência do primeiro, se destine a apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 54160.002853/2011-33.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano corrente, foi entregue o resultado da Comissão Sindicante ao Sr. Superintendente Regional com recomendações. Cumprindo dispositivos legais o processo foi encaminhado a PFE para manifestação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Aguardando pronunciamento da PFE.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	10.1.2.1 – Constatação (005)
Comunicação Expedida/Data	09/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação 1. Apurar as responsabilidades funcionais relacionadas ao fato constatado, de forma a verificar se houve participação dos servidores do INCRA no fato apontado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências adotadas	
Acatamos a recomendação foi criada a Comissão de Sindicância de cunho administrativo constituída pela Portaria/INCRA/BA/Nº60/2011, datada de 19/09/2011, publicada no B.S. Nº 38 de 19/09/2011, designando o s servidores Fernando Pithon de Andrade, Francisco Eider Ferreira Leandro, para que sob a presidência do primeiro, se destine a apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 54160.002853/2011-33.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano corrente, foi entregue o resultado da Comissão Sindicante ao Sr. Superintendente Regional com recomendações. Cumprindo dispositivos legais o processo foi encaminhado a PFE para manifestação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Aguardando pronunciamento da PFE.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Item do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Comunicação Expedida	9.1.3.1
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação – Proposta de preço juntada em processo administrativo de dispensa de licitação no valor de R\$ 226.332,75 não foi efetivamente encaminhada pela empresa.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Justificativas para o não atendimento	
Foi criada a Comissão de Sindicância de cunho administrativo constituída pela Portaria/INCRA/BA/Nº60/2011, datada de 19/09/2011, publicada no B.S. Nº 38 de 19/09/2011, designando o s servidores Fernando Pithon de Andrade, Francisco Eider Ferreira Leandro, para que sob a presidência do primeiro, se destine a apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 54160.002853/2011-33. Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano corrente, foi entregue o resultado da Comissão Sindicante ao Sr. Superintendente Regional com recomendações. Cumprindo dispositivos legais o processo foi encaminhado a PFE para manifestação, momento em que será encaminhado a esta CGU o relatório conclusivo	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Item do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Comunicação Expedida	10.1.2.1
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação – Proposta de preço juntada em processo administrativo de dispensa de licitação no valor de R\$ 6.500,00 não foi efetivamente encaminhada pela empresa.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Justificativas para o não atendimento	
Foi criada a Comissão de Sindicância de cunho administrativo constituída pela Portaria/INCRA/BA/Nº60/2011, datada de 19/09/2011, publicada no B.S. Nº 38 de 19/09/2011, designando o s servidores Fernando Pithon de Andrade, Francisco Eider Ferreira Leandro, para que sob a presidência do primeiro, se destine a apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 54160.002853/2011-33. Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano corrente, foi entregue o resultado da Comissão Sindicante ao Sr. Superintendente Regional com recomendações. Cumprindo dispositivos legais o processo foi encaminhado a PFE para manifestação, momento em que será encaminhado a esta CGU o relatório conclusivo.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 201109240
Item do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Comunicação Expedida	6.1.1.1
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA
Descrição da Recomendação	Recomendação Falha no controle do sigilo das propostas de pesquisa de preços para a aquisição de projetor multimídia e escadas, no valor de R\$ 6.320,70.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Justificativas para o não atendimento	
Foi criada a Comissão de Sindicância de cunho administrativo constituída pela Portaria/INCRA/BA/Nº60/2011, datada de 19/09/2011, publicada no B.S. Nº 38 de 19/09/2011, designando o s servidores Fernando Pithon de Andrade, Francisco Eider Ferreira Leandro, para que sob a presidência do primeiro, se destine a apurar os fatos apontados no Processo Administrativo nº 54160.002853/2011-33. Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano corrente, foi entregue o resultado da Comissão Sindicante ao Sr. Superintendente Regional com recomendações. Cumprindo dispositivos legais o processo foi encaminhado a PFE para manifestação, momento em que será encaminhado a esta CGU o relatório conclusivo.	


Parte B - Informações Contábeis da Gestão


Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA		373053	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Salvador	Data	30 de março de 2012
Contador Responsável	MARIA FÁTIMA DE MEDEIROS	CRC nº	0727228 BA

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL						
				EXERCÍCIO	MES	
TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS			2011	DEZ(FECHADO)	
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05			EMISSION	PAGINA	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO			14032012	1	
		INGRESSOS		DISPENDIOS		
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES		12.897,43	57.699,17	DESPESAS CORRENTES	41.167.451,24	21.195.270,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.897,43	57.699,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.872,03	16.203,05
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.827.699,21	20.963.633,01
DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	-57.182,73	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	24.360.355,21	4.999.950,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		27.837.342,19	20.155.663,88	OUTRAS DESPESAS	16.467.344,00	15.963.683,01
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS		25.515.537,72	18.359.913,81	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	307.880,00	215.434,56
SUB-REPASSE RECEBIDO		25.512.398,62	18.359.913,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	307.880,00	215.434,56
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		25.512.398,62	18.359.913,81	DESPESAS DE CAPITAL	99.525.349,97	61.825.620,37
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		3.139,10	0,00	INVESTIMENTOS	20.196.538,62	24.673.148,64
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		2.321.804,47	1.795.750,07	INVERSOES FINANCEIRAS	79.328.811,35	37.152.471,73
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		2.321.804,47	1.681.384,61	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.835.313,53	1.126.179,75
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		2.321.804,47	1.681.384,61	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	3.139,10	3.139,10
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		0,00	114.365,46	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.139,10	3.139,10
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		435.939.602,92	387.711.814,55	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.832.174,43	1.123.040,65
VALORES EM CIRCULAÇÃO		129.563.375,44	123.119.654,62	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.819.277,00	1.008.158,75
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		129.563.375,44	123.119.654,62	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.819.277,00	1.008.158,75
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		3.139,10	3.139,10	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	12.897,43	114.881,90
VALORES DIFERIDOS		3.139,10	3.139,10	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	321.261.727,80	323.720.924,13
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		182.339.410,56	135.551.850,86	VALORES EM CIRCULAÇÃO	124.729.361,60	129.563.375,44
FORNECEDORES		8.619,00	3.482,25	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	124.729.361,60	129.563.375,44
DO EXERCÍCIO		8.619,00	2.882,25	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.139,10	0,00
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	600,00	VALORES DIFERIDOS	3.139,10	0,00
RESTOS A PAGAR		182.319.060,41	135.533.301,86	DEPOSITOS	0,00	191.481,51
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		124.119.335,45	128.890.327,51	CONSIGNAÇÕES	0,00	59.735,85
CANCELADO		58.199.724,96	6.642.974,35	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	131.745,66
VALORES EM TRANSITO		11.252,85	14.588,45	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	128.908.876,51	122.669.368,89
OUTRAS OBRIGAÇÕES		478,30	478,30	FORNECEDORES	3.482,25	3.261.172,60
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES		124.033.677,82	129.037.169,97	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.482,25	2.979.922,60
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS		124.030.195,57	128.914.557,57	CONVENIOS A PAGAR	0,00	281.250,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		124.030.195,57	128.914.557,57	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	128.890.327,51	119.284.360,25
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES		3.482,25	122.612,40	OPERAÇÕES DE CREDITOS EM LIQUIDAÇÃO	0,00	122.400,00
EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.482,25	122.612,40	EM CONTRATOS	0,00	122.400,00
				VALORES EM TRANSITO	14.588,45	0,00
				OUTROS DEBITOS	0,00	1.436,04
				OUTRAS OBRIGAÇÕES	478,30	0,00
				AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	67.620.350,59	71.296.698,29
				BAIXA DE DIREITOS	67.620.350,59	71.296.698,29
				CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	67.620.350,59	71.296.698,29
INGRESSOS		463.789.842,54	407.867.994,87	DISPENDIOS	463.789.842,54	407.867.994,87

 MINISTÉRIO DA FAZENDA						
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL						
			EXERCICIO		MES	
TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		2011		DEZ(FECHADO)	
SUBTITULO	373053/37201 - SUPERINTENDE. ESTADUAL DA BAHIA-INCRASR-05		EMISSAO		PAGINA	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		14/03/2012		1	
ATIVO			PASSIVO			
TITULOS	2011	2010	TITULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	124.729.361,60	129.563.375,44	PASSIVO FINANCEIRO		124.142.824,70	128.912.015,61
CREDITOS EM CIRCULACAO	124.729.361,60	129.563.375,44	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		124.139.685,60	128.908.876,51
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	699.166,03	648.817,87	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		8.619,00	3.482,25
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	124.030.195,57	128.914.557,57	FORNECEDORES - DO EXERCICIO		8.619,00	2.882,25
ATIVO NAO FINANCEIRO	710.350.288,22	581.966.047,31	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES		0,00	600,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-108.651.808,77	-119.150.323,59	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-108.825.977,71	-119.212.368,32	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		124.119.335,45	128.890.327,51
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-124.030.195,57	-128.914.557,57	A LIQUIDAR		124.119.335,45	128.890.327,51
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	6.448.978,36	6.018.627,73	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS		11.252,85	14.588,45
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.752.815,34	3.683.561,52	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		478,30	478,30
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	2.424,16	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		3.139,10	3.139,10
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	174.168,94	62.044,73	VALORES DIFERIDOS		3.139,10	3.139,10
ESTOQUES	21.244,48	62.044,73	PASSIVO NAO FINANCEIRO		-124.119.335,45	-128.890.327,51
TITULOS E VALORES	152.924,46	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		-124.119.335,45	-128.890.327,51
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	716.776.112,75	647.372.366,89	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	0,00
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	716.776.112,75	647.372.366,89	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID		-124.119.335,45	-128.890.327,51
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	0,00	966.815,91	PASSIVO REAL		23.489,25	21.688,10
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	320.554.606,96	286.084.506,96	PATRIMONIO LIQUIDO		835.056.160,57	711.507.734,65
CREDITOS A RECEBER	395.012.738,23	360.321.044,02	PATRIMONIO CAPITAL		711.507.734,65	657.686.038,93
DIVIDA ATIVA (LP)	1.208.767,56	0,00	PATRIMONIO		711.507.734,65	657.686.038,93
PERMANENTE	102.225.984,24	53.744.004,01	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES		24.374,36	0,00
IMOBILIZADO	102.215.925,57	53.733.945,34	RESULTADO DO PERIODO		123.524.051,56	53.821.695,72
BENS MOVEIS E IMOVEIS	102.500.424,65	53.822.260,66	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA		835.079.649,82	711.529.422,75
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-284.499,08	-88.315,32	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA		-711.555.598,26	-657.707.727,03
INTANGIVEL	10.058,67	10.058,67				
ATIVO REAL	835.079.649,82	711.529.422,75				
ATIVO COMPENSADO	135.933.770,44	142.049.638,68	PASSIVO COMPENSADO		135.933.770,44	142.049.638,68
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	135.933.770,44	142.049.638,68	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS		135.933.770,44	142.049.638,68
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	938.448,14	4.755.061,77	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA		938.448,14	4.755.061,77
GARANTIAS DE VALORES	14.600.000,00	14.500.000,00	VALORES EM GARANTIA		14.600.000,00	14.500.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	86.725.656,74	95.780.060,97	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		86.725.656,74	95.780.060,97
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	23.966.376,97	27.014.515,94	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		23.966.376,97	27.014.515,94
OUTRAS COMPENSACOES	9.703.288,59	0,00	COMPENSACOES DIVERSAS		9.703.288,59	0,00
ATIVO	971.013.420,26	853.579.061,43	PASSIVO		971.013.420,26	853.579.061,43

 MINISTÉRIO DA FAZENDA							
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL							
				EXERCÍCIO		MES	
TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS			2011		DEZ(FECHADO)	
SUBTITULO	373053/37201 - SUPERINTENDE.ESTADUAL DA BAHIA-INCRASR-05			EMISSAO		PAGINA	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO			1403/2012		1	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS	2011		2010	TITULOS		2011	2010
ORCAMENTARIAS	188.124.926,46		87.915.488,70	ORCAMENTARIAS		140.818.074,54	83.171.048,29
RECEITAS CORRENTES	12.897,43		57.099,17	DESPESAS CORRENTES		41.167.451,24	21.195.270,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.897,43		57.099,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		31.872,03	16.203,05
DEDUCOES DA RECEITA	0,00		-57.182,73	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.827.699,21	20.963.633,01
INTERFERENCIAS ATIVAS	25.515.537,72		18.359.913,81	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		307.880,00	215.434,56
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	25.515.537,72		18.359.913,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		307.880,00	215.434,56
SUB-REPASSE RECEBIDO	25.512.398,62		18.359.913,81	DESPESAS DE CAPITAL		99.525.349,97	61.825.620,37
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.139,10		0,00	INVESTIMENTOS		20.196.538,62	24.673.148,64
MUTACOES							
ATIVAS	162.596.491,31		69.555.058,45	INVERSOES FINANCEIRAS		79.328.811,35	37.152.471,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	61.828.097,22		20.831.386,94	INTERFERENCIAS PASSIVAS		3.139,10	3.139,10
AQUISICOES DE BENS	45.064.109,17		9.692.707,22	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		3.139,10	3.139,10
INCORPORACAO DE CREDITOS	16.763.988,05		11.138.679,72	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		3.139,10	3.139,10
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	100.768.394,09		48.723.671,51	MUTACOES PASSIVAS		122.134,23	147.018,20
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	427.367.662,80		319.912.051,37	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		122.134,23	147.018,20
INTERFERENCIAS ATIVAS	37.234.778,51		15.970.351,69	LIQUIDACAO DE CREDITOS		122.134,23	147.018,20
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	34.912.974,04		14.174.601,62	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		351.150.463,16	270.834.796,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.321.804,47		1.681.384,61	INTERFERENCIAS PASSIVAS		1.832.174,43	1.348.540,65
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00		114.365,46	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		0,00	225.500,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	390.132.884,29		303.941.699,68	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		1.819.277,00	1.008.158,75
INCORPORACOES DE ATIVOS	331.929.677,08		296.380.203,02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		12.897,43	114.881,90
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	15.738.519,18		13.389.534,93	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		349.318.288,73	269.486.255,41
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	2.210.415,88		608.782,43	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		243.558.344,46	230.280.235,84
INCORPORACAO DE DIREITOS	313.980.742,02		282.381.885,66	BAIXA DE BENS IMOVEIS		13.416.520,34	11.505.009,50
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00		795.909,91	BAIXA DE BENS MOVEIS		1.027.533,52	712.473,72
AJUSTES DE CREDITOS	0,00		795.909,91	BAIXA DE TITULOS E VALORES		34.691.676,21	12.835.177,50
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	58.203.207,21		6.765.586,75	BAIXA DE DIREITOS		194.422.614,39	205.227.575,12
DEFICIT				AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		220.558,12	88.315,32
				DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		220.558,12	88.315,32
				INCORPORACAO DE PASSIVOS		105.539.386,15	39.117.704,25
				RESULTADO PATRIMONIAL		123.524.051,56	53.821.695,72
				SUPERAVIT		123.524.051,56	53.821.695,72
VARIACOES ATIVAS	615.492.589,26		407.827.540,07	VARIACOES PASSIVAS		615.492.589,26	407.827.540,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373053/37201 - SUPERINTENDE. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
14/03/2012	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	141.253.981,35	140.692.801,21	561.180,14
					DESPESAS CORRENTES	0,00	41.200.455,29	41.167.451,24	33.004,05
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	31.872,03	31.872,03	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	41.168.583,26	41.135.579,21	33.004,05
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	100.053.526,06	99.525.349,97	528.176,09
					INVESTIMENTOS	0,00	20.231.895,60	20.196.538,62	35.356,98
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	79.821.630,46	79.328.811,35	492.819,11
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	141.253.981,35	140.692.801,21	561.180,14
TOTAL					TOTAL	0,00	141.253.981,35	140.692.801,21	561.180,14
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	140.692.801,21	-140.692.801,21	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	140.692.801,21	-140.692.801,21	TOTAL GERAL	0,00	141.253.981,35	140.692.801,21	561.180,14

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Inexistem matrículas canceladas dos registros de imóveis rurais vinculados à títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei 6.015/75, relacionados com os processos administrativos de fiscalização decorrentes da portaria nº 558/99; 596/2001 ou 12/2006. Apesar de continuarmos encaminhando ofícios à Corregedoria de Justiça do Estado noticiando casos de irregularidades encontrados durante a análise dos processos administrativos de fiscalização, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado vem mantendo o entendimento que a via administrativa é meio inidôneo para a solução dessa questão, devendo o fato ser resolvido pela via contenciosa.

b) Constatada a existência de vícios insanáveis, evidenciando-se a hipótese de títulos nulos de pleno direito, ou procedidos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ou quando o levantamento dominial não se alcançou o destaque do patrimônio público para o particular é oficiado a Procuradoria Estadual de Justiça; a Corregedoria Geral de Justiça; o Ministério Público e o órgão de Terras do Estado, conforme determina o parágrafo 5º, do Art. 12, da Instrução Normativa 28 de 24 de janeiro de 2006.

c) Apesar de continuarmos encaminhando ofícios à Corregedoria de Justiça do Estado noticiando casos de irregularidades encontradas durante a análise dos processos administrativos de fiscalização, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado, recebemos resposta apenas do processo 54160.003333/2009-23, referente a Fazenda Sertania, de propriedade do Senhor Paulo José Theophilo Gertner.

d) Não houveram alterações em relação à 2010.

e) Não houveram alterações em relação à 2010.

A insuficiência de servidores lotados na fiscalização de imóvel rural é a principal dificuldade a ser gerida. Atualmente estamos com apenas um Analista em Reforma Agrária, que faz a análise de mais de quatrocentos processo, e um Engenheiro Agrônomo para análise dos Laudos.

A indiferença do Estado da Bahia no reconhecimento de domínio de terras com presunção estadual em sua quase totalidade constitui em outra dificuldade.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Como principais dificuldades encontradas em 2011, e anos anteriores, podemos pontuar questões orçamentárias e financeiras. Encontramos inúmeras dificuldades na execução de nossas Ações e cumprimento de metas em virtude da dotação orçamentária claramente insuficiente e sua liberação intempestiva e sem critérios institucionalizados pelo Incra-Sede. Os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional estão bem aquém da dotação orçamentária autorizada, gerando grandes passivos de Restos a Pagar para os anos subseqüentes. Da mesma forma, foram liberados de forma intempestiva, sendo concentrado quase todo no final do ano, dificultando bastante a gestão financeira da Superintendência. Ações de mitigação destas dificuldades não tem gestão interna dentro desta UJ.

Outra dificuldade está na insuficiência de servidores efetivos para desempenho das atividades. O quadro está claramente deficiente, e teremos esta situação bastante agravada com a perspectiva de muitas aposentadorias entre 2012/2013. Mesmo com a possibilidade de nomeação de todos aprovados em concurso público realizado em 2011, este número ainda ficaria muito abaixo das vacâncias, além do que, temos encontrado dificuldades na nomeação destes aprovados em virtude das desistências motivadas pela baixa remuneração do Incra. Ações de mitigação destas dificuldades não tem gestão interna dentro desta UJ, onde apenas tentamos minimizar as dificuldades através da distribuição interna de pessoal.

Questões relacionadas às questões legais e de relações institucionais entre o Incra e demais órgãos governamentais, também causaram dificuldades para o desempenho das atividades desta Superintendência. A grande exigência de peças técnicas, demora nas análises e falta de prioridade na obtenção de Licenças Ambientais para implantação de Projetos de Assentamento, implicam diretamente no desempenho desta UJ. Outro ponto diz respeito à regularização fundiária do Estado, que no caso da Bahia fica a cargo da CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário – órgão estadual responsável por tal atividade, e que tem atuado de forma bastante tímida. Também encontramos dificuldades junto à Justiça Federal no que diz respeito à excessiva demora nas imissões de posse das terras desapropriadas e nas incabíveis determinações de perícias judiciais em absolutamente todos os casos de desapropriação, mesmo quando há consenso dos valores da indenização entre o Incra e o proprietário. Vale destacar que os custos com essas perícias judiciais ficam a cargo do Incra. Esta Superintendência tem adotado uma política de diálogo constante com os outros entes governamentais, tentando sensibilizá-los quanto às questões sociais envolvidas e buscando sanar as divergências encontradas.

Quanto aos processos e normas internas, destacamos como dificuldade a mudança constante dos normativos internos, a pouca clareza e em alguns casos até omissão de certos aspectos que deveriam estar regulamentados. Estas dificuldades são refletidas em todos os setores, mas principalmente nas questões relacionadas à obtenção de terras para reforma agrária, retomada de lotes vagos e pagamentos de créditos. Ações de mitigação destas dificuldades não tem gestão interna dentro desta UJ.

Por fim, destacamos a crescente demanda da pauta Quilombola. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo fortalecimento e mobilização social na luta pela terra, inclusive com forte participação da Igreja, e nascimento dos principais Movimentos Sociais hoje existentes de forma bem consolidada. Estamos experimentando nesta década um processo bastante similar, mas desta vez ligado às questões das comunidades remanescente de quilombos e prevemos que dentro de mais alguns anos, esta demanda social adquira um status superior ao da própria Reforma Agrária. O Incra ainda não está estruturado para o enfrentamento de tal questão e a demanda desta pauta já é superior à capacidade deste órgão em dar a resposta desejada e satisfatória.